



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Ciências Sociais  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Andrew Müller Reed

**“Não tenha vergonha, vem pra Marcha da Maconha”:  
ação coletiva, política e identidade em um movimento social contemporâneo**

Rio de Janeiro

2014

Andrew Müller Reed

**“Não tenha vergonha, vem pra Marcha da Maconha”:  
ação coletiva, política e identidade em um movimento social contemporâneo**



Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Lia de Mattos Rocha

Co-orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Claudia Barcellos Rezende

Rio de Janeiro

2014

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CCSA

R323 Reed, Andrew Müller.

“Não tenha vergonha, vem pra Marcha da Maconha”: ação coletiva,  
política e identidade em um movimento social contemporâneo / Andrew  
Müller Reed. – 2014.

165 f.

Orientadora: Lia de Mattos Rocha

Co-orientadora: Claudia Barcellos Rezende

Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Bibliografia.

1. Movimentos sociais – Rio de Janeiro (Estado) – Teses. 2. Maconha –  
Rio de Janeiro (RJ) – Teses. I. Rocha, Lia de Mattos. II. Rezende, Claudia  
Barcellos, 1965- III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 615.9(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação,  
desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Andrew Müller Reed

**“Não tenha vergonha, vem pra Marcha da Maconha”:  
ação coletiva, política e identidade em um movimento social contemporâneo**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 24 de Outubro de 2014.

Banca examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Lia de Mattos Rocha (Orientadora)  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Claudia Barcellos Rezende (Co-orientadora)  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Paula Mendes Lacerda  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Adriana de Resende Barreto Vianna  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2014



## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

A todos aqueles que se mobilizam pela causa canábica e antiproibicionista e participam da Marcha da Maconha no Rio de Janeiro, sem as quais essa pesquisa não seria possível. Um obrigado especial a Antonio Campello, Thiago Vieira, Pedro Vicente, Ednardo Motta, Kathleen Feitosa, Thamires Regina e Renato Cinco.

Às orientadoras Lia de Mattos Rocha e Claudia Barcellos Rezende, pela paciência, atenção e cuidado durante o processo de pesquisa e redação, e por sua decisiva participação em minha formação, assim como às professoras Clara Mafra, Maria Claudia Coelho, Sandra Carneiro, Rosane Prado, Clarice Peixoto, Simone Vassalo e aos professores Valter Sinder e Ignacio Cano.

Aos colegas, professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, em especial Wagner Aguiar e Sônia Chaves, pela atenção e carinho, e Mariana Santos e Anderson Soares, pela amizade e reflexões críticas. Gostaria de agradecer também o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que me concedeu uma bolsa de estudos permitindo a realização desta pesquisa.

Enfim, agradeço aos amigos, cujo apoio é fundamental para seguir em frente. A Aline Borgoff, Gabriel Monteiro, Denise Luz e Luisa Cardoso, pela companhia e comentários sobre o texto. E à minha família querida, para onde tudo sempre retorna.

## RESUMO

REED, A.R. “*Não tenha vergonha, vem pra Marcha da maconha*”: ação coletiva, política e identidade em um movimento social contemporâneo. 2014. 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

O presente trabalho aborda o movimento social conhecido como Marcha da Maconha, buscando uma análise compreensiva de suas características a partir de revisão teórica e pesquisa etnográfica. Apresenta inicialmente uma revisão bibliográfica sobre o fenômeno das drogas, com o objetivo específico de contextualizar o debate em que o movimento se insere. Busca-se enfatizar a polissemia do termo “droga”, os aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos da história da proibição de algumas drogas e o atual cenário de modelo *proibicionista*. A partir deste enquadramento, o trabalho apresenta um histórico da manifestação Marcha da Maconha no Brasil, enfatizando seus princípios norteadores, modo de organização, demandas e identidade. Busca-se compreender, lançando mão da abordagem teórica de autores como Touraine e Melucci, os fatores de mobilização e pertencimento construídos na manifestação que marcam experiências na vida social. Apresenta então resultados da pesquisa de campo junto à rede de ativistas da manifestação na cidade do Rio de Janeiro no ano de 2013. Partindo da diversidade e das tensões internas e históricas da organização, o trabalho propõe mapear e caracterizar os grupos engajados, evidenciando as diferentes interpretações sobre o próprio movimento, perfis de ativismo e militância, interesses, enfoques e estratégias.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Maconha. Proibicionismo.

## ABSTRACT

REED, A.R. *“Don’t be shamed, come to Marijuana March”*: collective action, politics and identity in a contemporary social movement. 2014. 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

The present work approaches the social movement known as Marijuana March. Proposes a comprehensive description of the movement and its characteristics, starting from a theoretical revision and ethnographic search. Presents initially a bibliographic revision about the drug phenomenon, trying to comprehend the debate in which the movement acts. At this point, emphasize the polissemic aspect of the term “drug”, the cultural, social, economic and political aspects of the history of prohibition of some drugs, and the actual scenario of the *prohibitionist* model. Starting from this frame, the work presents a history of the Marijuana March events in Brazil, emphasizing its principles, organization, demands and identity. Using the theoretical approach of authors as Touraine and Melucci, we search to comprehend the factors of mobilizations and belongings constructed in the manifestation, that marks experiences on social life. Then presents results of the field search along activists of the manifestation in the city of Rio de Janeiro in the year 2013. Starting from the diversity and internal and historical tensions of the organization, the work proposes to map and characterize the groups involved, showing the different interpretations of the movement, ways of acting, interests focusing and strategies.

Keywords: Social movements. Cannabis. Prohibitionism.

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
1	<b>A “QUESTÃO” DAS DROGAS</b> .....	14
1.1	<b>Lei seca e a proibição da maconha nos Estados Unidos</b> .....	16
1.2	<b>Proibicionismo como um empreendimento moral</b> .....	18
1.3	<b>Maconha e racismo no Brasil</b> .....	20
1.4	<b>O fracasso da Guerra às Drogas</b> .....	25
1.5	<b>Usuários de maconha</b> .....	28
2	<b>O MOVIMENTO SOCIAL MARCHA DA MACONHA</b> .....	33
2.1	<b>A primeira Marcha Brasileira</b> .....	35
2.2	<b>Coletivo Marcha da Maconha Brasil e a estruturação do movimento</b> .....	42
2.3	<b>Criminalização e legitimação</b> .....	46
2.4	<b>Movimentos sociais, política e identidade</b> .....	56
3	<b>TENSÕES NA ORGANIZAÇÃO</b> .....	67
3.1	<b>“Essa reunião não é da Marcha da Maconha”</b> .....	68
3.2	<b>Evento ou movimento?</b> .....	70
3.3	<b>Auto-cultivo, empreendedorismo e cultura canábica</b> .....	72
3.4	<b>Criminalização da pobreza, esquerda e antiproibicionismo</b> .....	76
3.5	<b>“Politização” e cultura de organização</b> .....	78
3.6	<b>O Movimento pela Legalização da Maconha</b> .....	83
4	<b>PLANEJANDO A MARCHA DA MACONHA</b> .....	87
4.1	<b>Panorama</b> .....	89
4.2	<b>Política e festa</b> .....	91
4.3	<b>Trajeto e segurança</b> .....	93
4.4	<b>Reta final pré-marcha: panfletagens, debates e oficinas</b> .....	98
4.5	<b>Balanco da organização</b> .....	107
5	<b>A MARCHA DA MACONHA – RIO DE JANEIRO 2013</b> .....	111
5.1	<b>Concentração</b> .....	111
5.2	<b>Mídia e visibilidade</b> .....	117
5.3	<b>Marchando</b> .....	123

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>143</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>152</b>
<b>ANEXO A - . Matéria “Jornal do Brasil” 05 /05/2002.....</b>	<b>157</b>
<b>ANEXO B - Matéria jornal “O Globo” 05/05/2002.....</b>	<b>158</b>
<b>ANEXO C - Matérias jornais “O Dia” 05/05/2002 e “O Globo” 06/05/2002</b>	<b>159</b>
<b>ANEXO D - Notícia jornal “Extra” 05/05/2002.....</b>	<b>160</b>
<b>ANEXO E - Matéria jornal “Extra” 06/05/2002.....</b>	<b>161</b>
<b>ANEXO F - Matéria “Jornal do Brasil” 06/05/2002.....</b>	<b>162</b>
<b>ANEXO G - Manual do organizador.....</b>	<b>163</b>
<b>ANEXO H - Modelo de Ofício.....</b>	<b>164</b>
<b>ANEXO I - Manifesto do bloco carnavalesco Planta na Mente.....</b>	<b>165</b>

## INTRODUÇÃO

A Marcha da Maconha é um movimento social recente e controverso, ainda pouco estudado e compreendido. Os movimentos sociais têm sido há algumas décadas objeto de estudo da sociologia, sendo interpretados nas suas diversas áreas como importantes atores coletivos dos arranjos democráticos, nas relações entre a sociedade civil e o Estado nas sociedades contemporâneas. Se tradicionalmente os movimentos sociais se formam a partir de um recorte de classe, e apresentam teor de ruptura nas disputas em âmbito trabalhista, desde os anos sessenta novos movimentos sociais têm surgido, articulados em torno de recortes culturais e identitários, inovando em suas formas de manifestação e reivindicações. Nesse contexto surge no fim da década de noventa o movimento social aqui estudado, inédito em suas demandas e eixo de articulação.

O tema das drogas, no qual a Marcha da Maconha se insere, é polêmico e cercado de tabus. Geralmente deslegitimado como um assunto menos sério ou importante, o controverso debate sobre as drogas não tem tido muito atenção de pesquisadores das ciências humanas<sup>1</sup>, sendo monopolizado na academia pelas ciências bio-médicas. Mas, como opina o antropólogo Gilberto Velho<sup>2</sup>, a universalidade do fenômeno da alteração dos estados de consciência através do uso de substâncias psicoativas e os conflitos atuais em torno das variadas interpretações, interesses e paixões que constituem a “questão das drogas” fazem deste um tema por excelência das ciências humanas. Abordá-lo torna-se, nesse contexto, tarefa delicada, tanto para o movimento social em questão, quanto para este trabalho.

As vozes públicas pró-legalização da maconha no Brasil até o fim dos anos noventa eram iniciativas isoladas de intelectuais, acadêmicos, políticos e artistas, não se configurando como um movimento articulado<sup>3</sup>. Este panorama começa a mudar com o surgimento do movimento Marcha da Maconha, a partir dos anos 2000, quando novos atores se inserem na militância e conseguem estabelecer, a partir de ferramentas proporcionadas pela internet, uma agenda de manifestações e eventos públicos em favor da legalização da maconha em todo o país.

---

<sup>1</sup> Uma exceção importante é o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (NEIP).

<sup>2</sup> VELHO, 2008.

<sup>3</sup> Ver Silvestrin, 2011.

A Marcha da Maconha começou a chamar maior atenção pública no Brasil a partir de 2008, depois de ser proibida pela justiça. O caso teve repercussão nacional e gerou polêmica por se basear na acusação de que a manifestação fazia apologia ao uso da maconha. Apesar do impasse, que se estendeu pelos anos seguintes, o movimento foi se tornando mais conhecido em meios jovens, entre estudantes secundaristas e universitários, de extratos médios urbanos do Brasil, onde o uso recreativo é consideravelmente difundido e valorizado. A condenação do uso da maconha, não só no âmbito jurídico, mas também moral, gera questionamentos sobre a legitimidade do movimento. A proibição judicial teve fim em 2011, quando o Supremo Tribunal Federal intercedeu em favor de sua liberdade de expressão.

A peculiaridade da Marcha da Maconha em se articular em torno de uma prática criminalizada levanta algumas questões iniciais. O que explica o crescimento do movimento na última década? Que características marcam a mobilização de seus participantes? Que efeitos a manifestação pode ter sobre a subjetividade daquele que fuma maconha? Essas perguntas norteiam uma primeira abordagem do objeto e indicam caminhos iniciais para este trabalho, que terá o auxílio de abordagens teóricas da sociologia e da antropologia.

Outro conjunto de questões refere-se à organização e militância do movimento. Que princípios norteiam a Marcha da Maconha? Que atores participam de sua organização? De que forma ela se articula em âmbito nacional e local? Quais são seus objetivos e as estratégias utilizadas para alcançá-los? Essas questões se mostram importantes para compreender a complexidade do fenômeno, com um movimento que apresenta unidade externa mas é composto por grupos com atuações diversas. Ao mesmo tempo em que se articula em torno da identidade do usuário de maconha e da valorização da prática, o movimento Marcha da Maconha busca mostrar como a política de proibição das drogas fere direitos fundamentais e gera violência urbana e corrupção, prejudicando toda a sociedade.

Meu interesse pelo tema do uso da maconha como pesquisador se dá primordialmente a partir de minha própria experiência pessoal. Apesar de legalmente criminalizada, a prática é relativamente difundida e valorizada dentro de certo universo cultural universitário de classe média carioca, onde a convivência com usuários regulares de maconha é comum e corriqueira. Na minha rede de relações pessoal, uma parcela considerável de pessoas fuma maconha durante anos, não sendo algo raro na experiência de certa juventude carioca em geral. Minha imagem dessas pessoas contrasta com o discurso veiculado pela mídia e por campanhas preventivas, que enunciam os perigos da maconha como porta de entrada para drogas pesadas, e criam uma imagem depreciativa do usuário, preguiçoso e desleixado. A despeito dessa representação, acompanhei proximamente ao longo de anos inúmeras pessoas

que fazem uso de maconha seguindo suas atividades, adquirindo responsabilidades e avançando etapas em seus projetos de vida. A motivação para a realização desta pesquisa vem, portanto, desde o princípio ligada à busca por questionar preconceitos e relativizar.

Na monografia de conclusão da graduação tive a oportunidade de estudar aspectos do uso de maconha<sup>4</sup>, partindo de uma abordagem teórica que se foca nas trajetórias pessoais daqueles que fumam maconha, suas escolhas, e a construção de uma visão alternativa da prática que permite a adoção do uso regular como parte dos projetos individuais dos usuários. A Marcha da Maconha surgia, nesse contexto, como um projeto coletivo de usuários.

O acompanhamento informal e à distância que eu fazia da Marcha da Maconha nos anos anteriores à pesquisa se dava a partir de um amigo pessoal que participava da organização da manifestação no Rio de Janeiro desde 2010. Ele se tornou um importante interlocutor e nossas conversas sobre a manifestação e o debate pela legalização me estimularam a realizar esta pesquisa. A seu convite fui a algumas panfletagens de divulgação e à Marcha da Maconha de 2012, quando tive o primeiro contato com a atuação dos militantes. Essas experiências me fizeram ver a possibilidade de tomar o grupo como foco de pesquisa.

A pesquisa de campo teve a observação participante como modelo de estratégia metodológica. Essa opção privilegiou os dados qualitativos e presumiu o contato direto e pessoal com o universo pesquisado, durante um tempo relativamente extenso. A proposta foi entrar no universo em foco e buscar entender a perspectiva do movimento em seus próprios termos, participando das atividades do grupo organização da Marcha da Maconha no Rio de Janeiro.

Em meados de Outubro de 2012, através desse amigo, entrei na lista de e-mails e no grupo virtual da organização da Marcha carioca. Passei então a acompanhar os espaços de comunicação virtual do grupo, através dos quais são marcadas as reuniões, divulgados eventos, debatidas questões teóricas e práticas, compartilhadas notícias, imagens, idéias etc. Ao mesmo tempo em que participava das reuniões, pesquisava sobre a história do movimento e seus posicionamentos públicos, através de dados na internet e em publicações de militantes do próprio movimento. A pesquisa se deu, nesse sentido, em dois ambientes simultâneos: o virtual, das listas de e-mail, sites e redes sociais, que registram e acompanham o processo; e o ambiente real de encontros face-a-face, no contato com os ativistas em reuniões, panfletagens,

---

<sup>4</sup> REED, 2011.



debates e outras atividades, quando acompanhei o processo de construção da manifestação em 2013.

De maneira geral, durante a pesquisa, busquei me comportar simplesmente como uma pessoa interessada em participar da organização da Marcha da Maconha – um aspirante a ativista. Eu já conhecia superficialmente algumas pessoas, das panfletagens da Marcha da Maconha de 2012 ocorridas alguns meses antes, o que tornou minha entrada e participação muito natural. A proximidade com o universo de usuários de maconha, a partir de uma experiência de vida e trajetória acadêmica particular facilitou minha orientação no campo, onde me situava com naturalidade nas conversas e na identificação com a “causa”. Eu também me enquadrava no perfil majoritário do grupo – homem, branco, jovem, universitário, de classe média. Minha posição como mais um entre todos me permitiu interagir, observar e me envolver, e a forma como era percebido pelos outros foi assim se construindo. Registrei anotações em um caderno de campo que fazia durante as reuniões, debates e outras atividades.

Como esperado, esse processo envolveu a construção de relações interpessoais e algum grau de identificação subjetiva com as pessoas. Os caminhos percorridos no campo e os relacionamentos construídos se devem, assim, não somente a uma escolha objetiva de pesquisa, mas também às imprevisibilidades do encontro. O aspecto emocional e subjetivo é inerente e não deve ser visto, entretanto, como um defeito de pesquisa. Neutralidade e distanciamento, como ressalta Velho (2004), são noções que precisam ser relativizadas, pois a realidade, seja ela próxima ou distante, familiar ou exótica, é sempre filtrada pelo ponto de vista do observador, que também participa. Se de um lado esse movimento nos torna mais modestos quanto à construção do conhecimento, por outro permite observar o familiar sem receio de viés: os resultados nunca serão imparciais e objetivos, dado seu caráter interpretativo. Daí a necessidade de tornar o lugar do pesquisador e sua presença no campo objetos sistemáticos de reflexão e estranhamento.

Como disse Geertz (1989), a etnografia é a tentativa de uma descrição densa, a observação do mundo conceitual dos sujeitos sociais, e a compreensão dos sentidos construídos por eles. Sendo baseada em uma experiência pessoal, minha interpretação aqui apresentada é apenas mais uma versão entre outras possíveis, inclusive e principalmente vindas de representantes do próprio universo pesquisado. Dessa forma, não tenho a pretensão de que esta versão seja completa, dadas as camadas de significado em que eu mesmo me encontro preso.

Como logo fui descobrir, o que se entende como a “organização da Marcha da Maconha” no Rio de Janeiro não é um grupo coeso, mas a reunião de diferentes atores que se

engajam na organização, com diferentes enfoques, estratégias e objetivos. Meu amigo participava de um desses grupos, o *Movimento pela Legalização da Maconha* (MLM), criado em 2010, ao qual aderi e acabei acompanhando de forma mais próxima. Esse fato mostrou-se definidor do enfoque que vim a ter da organização da manifestação nesta pesquisa, pois ao mesmo tempo em que acompanhava as reuniões amplas da Marcha da Maconha, também participava das atividades do MLM, aproximando-me mais dos militantes desse grupo e tendo mais acesso à sua perspectiva sobre o movimento. No meio de uma série de indivíduos e grupos que se encontram para construir a Marcha da Maconha – o que foi definido originalmente o objeto da pesquisa – eu me inseri na organização a partir de um coletivo específico, e por isso o olhar sobre o objeto tem um recorte parcial e limitado.

O esforço de buscar uma definição clara e objetiva do significado da Marcha da Maconha esbarra em um aspecto central da análise de qualquer movimento social, que é seu caráter reflexivo e dinâmico. Os atores se encontram constantemente atribuindo significados, processo que não se dá livre de disputas e negociações. As tensões entre diferentes perspectivas sobre o movimento e suas práticas de organização tornam-se dessa forma um campo rico para uma análise qualitativa. Uma parte do esforço deste trabalho se dá no sentido de situar discursos e práticas dos ativistas sobre a Marcha da Maconha, um movimento fluido e em constante mutação.

Um ponto a ser destacado refere-se ao intercâmbio conceitual entre discursos teóricos e aqueles acionados pelos ativistas sobre o movimento e sua forma de organização, já que os mesmos termos são usados com significados diversos de acordo com o contexto. O conceito de “movimento” é usado nesse texto como uma categoria analítica da sociologia, que identifica a Marcha da Maconha como um movimento social; mas o conceito de movimento é também uma expressão cujo significado está em disputa e se constrói dentro do universo da militância, em oposição à ideia de “evento”. Está claro que as manifestações nas ruas chamadas “Marcha da Maconha” são apenas uma parte de um “movimento” mais amplo. Cada vez mais, estudos sobre a sociedade civil reiteram o papel dos próprios movimentos sociais nos processos de mudança social em andamento. O arcabouço da análise sociológica é apropriado pelos ativistas, tornando rica a tarefa de interpretar o fenômeno a partir de suas variadas leituras. Ao contrário de impedir a produção de qualquer conhecimento válido, este cenário propicia a oportunidade de complexificar a análise, ao observar nuances do processo reflexivo do movimento, dentro de uma multiplicidade de atores e concepções que se encontram na ação coletiva.

Este trabalho busca compreender o complexo fenômeno da Marcha da Maconha de uma forma ampla. O primeiro capítulo busca contextualizar historicamente a criminalização das “drogas”, dentre elas a maconha, na contemporaneidade. O objetivo será desnaturalizar a proibição das drogas, sendo a primeira questão a ser colocada: o que são drogas? Quando elas passam a ser um problema social importante? Será feita uma breve discussão sobre empreendimento moral e desvio, a partir do caso da proibição da maconha nos EUA. Dessa forma é possível entender a definição do uso da maconha como comportamento desviante e o surgimento de um movimento de resistência com caráter identitário que se expressa nas manifestações.

O segundo capítulo apresenta um resumo da história da Marcha da Maconha no Brasil, sua definição, modelo de organização, formas de divulgação e mobilização em nível nacional. Algumas reflexões teóricas de estudos dos movimentos sociais serão apresentadas no intuito de auxiliar a compreensão das motivações simbólicas e dos significados do movimento em sua complexidade. A Marcha da Maconha mostra-se um movimento social identitário em voga na sociedade brasileira atualmente, ator importante do crescimento do debate público sobre a maconha. Ela é também um exemplo de formas de mobilização autônoma através da internet que fornece reflexões sobre a ação coletiva e novas tecnologias de maneira geral.

Os capítulos três, quatro e cinco referem-se à pesquisa empírica junto ao grupo local de organização da Marcha da Maconha no Rio de Janeiro. O capítulo três busca apresentar algumas tensões da militância carioca e caracterizar os atores e suas principais características. O quarto capítulo foca-se na descrição do processo de organização da manifestação em 2013, descrevendo as principais decisões e ações da organização assim como as tensões e divergências sobre o evento. Elas mostram as diferentes concepções que a militância tem da manifestação, os cuidados tomados no seu planejamento e as estratégias práticas utilizadas para alcançar seus objetivos. O quinto capítulo, por fim, visa descrever o ponto culminante desse processo, com o recurso da fotografia, a própria Marcha da Maconha de 2013, vista como um momento ritual importante, performance coletiva expressiva das várias compreensões da manifestação em sua proposta de visibilidade.

## 1 A “QUESTÃO” DAS DROGAS

Apesar do uso das chamadas substâncias psicoativas – que interferem de alguma forma nas atividades cerebrais, alterando o comportamento e a consciência – remeter ao próprio surgimento do ser humano (FIORE, 2007; LABATE ET AL, 2008), a “questão das drogas” como um *problema social* é recente, tendo se estabelecido entre o final do século XIX e início do XX. Foi neste período que o consumo de algumas substâncias começou a se tornar, do ponto de vista do Estado e, de maneira geral, da sociedade, uma questão política, jurídica, sanitária e moral importante<sup>5</sup>. Da perspectiva das ciências sociais, e no que se refere aos objetivos deste trabalho, interessa-nos compreender de que forma essa “questão” foi colocada, que atores e discursos se mobilizaram para instaurá-la, e que efeitos decorreram de sua imposição para o surgimento do movimento social em foco.

A bibliografia aponta que o processo de instauração do “problema das drogas” se deu principalmente por via da medicalização e da criminalização da experiência de consumo de substâncias que produzem efeitos sobre os corpos – e que, até então, não eram consideradas “drogas” (FIORE, 2007; LABATE ET AL, 2008; VARGAS, 2008). A medicina ocidental se consolidava como saber científico no fim do século XIX, evidenciando vocação política que lhe garantia legitimidade exclusiva de receituário e tratamento frente a outras terapias tradicionais. Ao mesmo tempo, observava-se o desenvolvimento de uma nascente indústria farmacêutica, que passava a produzir substâncias sintéticas em laboratório, a partir do isolamento do princípio ativo de elementos naturais usados nas medicações tradicionais<sup>6</sup>. O uso de algumas dessas drogas foi legitimado pela ciência e passou a ser receitado e estimulado pela medicina moderna, no movimento que Vargas (2008) chamou de “invasão farmacêutica”. Enquanto isso, certas modalidades (não-médicas) de uso de um conjunto particular de substâncias passaram a ser vistas como patológicas e foram sendo progressivamente proibidas e reprimidas pelo Estado:

---

<sup>5</sup> Ver, entre outros, FIORE, 2007:21; LABATE ET AL, 2008; VARGAS, 2008; BURGIEMAN, 2011.

<sup>6</sup> Assim foram criadas a Aspirina (ácido acetilsalicílico), extraída da casca da árvore salgueiro, a morfina e heroína, derivadas da resina da flor da papoula (ópio), e a cocaína, a partir do arbusto de coca. Essas substâncias foram criadas para fins medicinais, mas, com exceção da primeira, foram posteriormente proibidas. (VARGAS, 2008)

Longe de serem unívocas, as relações que a maioria das sociedades contemporâneas mantêm com as drogas são ambivalentemente marcadas pela repressão e pela incitação ao consumo. (...) Tais relações configuram uma espécie de *dispositivo das drogas*, num sentido próximo ao que Foucault (1982c) estabeleceu para o “dispositivo da sexualidade”. Problema de repressão e incitação, a droga, tal como o sexo, não existiu desde sempre, sendo uma invenção social relativamente recente. De fato, mais do que se apropriar da experiência do consumo de drogas, o que as sociedades contemporâneas parecem ter feito foi criar literalmente o próprio fenômenos das drogas: mais remotamente, com a loucura das especiarias e, mais recentemente, com o duplo processo da invasão farmacêutica e da criminalização das drogas assim tornadas ilícitas (VARGAS, 2008, p. 55).

A invenção social do “problema das drogas” se dá, portanto, junto a uma “partilha moral” (VARGAS, op. Cit.) entre usos lícitos e ilícitos de drogas. Ou seja, a definição, de um lado, daquelas substâncias que seriam de uso livre, tolerado ou controlado (medicamentos, alimentos, condimentos, cosméticos etc.), e de outro, as substâncias que seriam de uso proibido, interditado. Estas passariam a ser comumente chamadas de “drogas” (ou tóxicos, entorpecentes, narcóticos etc), ainda que o termo seja vago e contenha inúmeras ambiguidades. Sua constituição discursiva é, pois, atravessada por múltiplos significados:

Poucos fenômenos remetem a tamanhas e intrincadas redes de significações históricas e culturais comparáveis e, ao mesmo tempo, têm se prestado a formas extremadas de simplificação conceitual e manipulação política como o uso de “drogas”. Deve-se ressaltar que mesmo entre os próprios especialistas das ciências biomédicas não há acordo no que diz respeito ao sentido preciso do termo “droga”. Na linguagem mais técnica, “droga” serve para designar amplamente qualquer substância que, por contraste ao “alimento”, não é assimilada de imediato como meio de renovação e conservação pelo organismo, mas é capaz de desencadear no corpo uma reação tanto somática quanto psíquica, de intensidade variável, mesmo quando absorvida em quantidades reduzidas. Nesse plano, estamos falando de substâncias tão diferentes como a cerveja, a cocaína, a jurema e o diazepam. “Psicoativo” é um dos termos cunhados para referir às substâncias que modificam o estado de consciência, humor ou sentimento de quem as usa – modificações essas que podem variar de um estímulo leve, como o provocado por uma xícara de café, até alterações mais intensas na percepção do tempo, do espaço ou do próprio corpo, como as que podem ser desencadeadas por alucinógenos vegetais, como a ayahuasca, ou “anfetaminas psicodélicas” sintéticas, como o MDMA, popularmente conhecido como ecstasy. Ao lado das significações atuais mais costumeiras de “medicamento” e de “psicoativo”, encontra-se nas línguas européias uma utilização mais antiga do termo para designar ingredientes empregados não só na medicina, mas também na tinturaria e na culinária, provenientes de terras estrangeiras distantes, como as especiarias do Oriente e, posteriormente, o açúcar, o chá, o café e o chocolate (GODOY, 2001). Na linguagem mais comum, por fim, “drogas” significam substâncias psicoativas ilícitas (maconha, cocaína, crack, heroína, LSD, ecstasy etc.), cujo uso é tido necessariamente como abusivo e que são alvo dos regimes de controle e proibição (SIMÕES, 2008, p. 13-14).

Na acepção do senso comum adotada nas sociedades ocidentais contemporâneas, o uso de “drogas” é visto como um problema de saúde, associado à criminalidade e violência urbana. Ainda de acordo com essa visão, “drogas” – substâncias usadas por “viciados” e “dependentes” – são vistas em si como um *mal*, um perigo que ameaça a sociedade e que deve portanto ser eliminado por meio de proibição e repressão. Entretanto, a definição do tratamento social e legal dispensado a cada substância (seja a total proibição, controle rígido, tolerância ou estímulo), vai para além das características farmacológicas identificadas pela ciência e os possíveis males causados ao organismo humano.

O aspecto moralizante, seja de cunho religioso ou não, mostra-se preponderante, junto à medicalização e criminalização, para a instauração de uma inédita questão em torno do uso de determinadas substâncias, tornadas ilícitas a partir do início do século XX. Além disso, a constituição do “problema” foi também historicamente atravessada por interesses geopolíticos e econômicos, permeada por relações étnicas e sociais importantes, como veremos a seguir.

### **1.1 Lei seca e a proibição da maconha nos Estados Unidos**

Destaca-se nesse processo o considerável protagonismo dos Estados Unidos da América, cuja ética protestante não via com bons olhos o uso de certas substâncias para alcançar estados alterados de consciência, e cuja indústria farmacêutica apresentava crescente poder político e econômico, o que levava ao estímulo de determinadas substâncias psicoativas em detrimento de outras. Completando o quadro, políticas xenófobas tinham como motivação o controle de etnias e classes consideradas inferiores e “perigosas”, principalmente a partir da associação direta entre grupos e o consumo e comércio de algumas substâncias que foram tornadas ilícitas: os irlandeses e o álcool, os negros e a cocaína, os mexicanos e a maconha, os chineses e o ópio (FIORE, 2007, p. 23-24). Como veremos adiante, esse processo se verificou também no Brasil, com os negros associados ao consumo da maconha.

Como nos mostra Fiore (2007), Becker (2009) e Burgieman (2011), a proibição do álcool nos EUA é ilustrativo desses aspectos, assim como das consequências observadas em relação à política proibicionista. Baseado em dogmas do protestantismo religioso, o “movimento pela temperança” passou a empreender no início do século XX uma cruzada moral contra o “vício”, termo que incluía a prostituição e o jogo, mas que tinha como

principal bandeira, naquele contexto, o combate ao uso do álcool. Seu uso era visto por tal movimento como uma busca hedonista do “prazer pelo prazer”, que levava à perda do autocontrole. O consumo de bebidas alcoólicas representava assim uma ameaça ao valor moral cristão da temperança, ligado à ideia da moderação e ao domínio da razão sobre o desejo dos instintos. Dessa forma, em 1920 o álcool foi proibido e uma burocracia estatal responsável por reprimir seu comércio ilegal foi criada.

A ideia parecia boa, pois o abuso de álcool, além de ameaçar um valor central, causava problemas, já que algumas pessoas bebiam demais e faziam arruaça. A proibição, assim, pretendia acabar com o consumo e fazer a sociedade avançar moralmente. Entretanto, como aponta Burgieman (op. Cit.), logo surgiram outros problemas, pois setores significativos da sociedade – que não concordavam tão radicalmente com os preceitos morais que justificavam a lei – continuaram a buscar o consumo do álcool, resultando no surgimento de bares clandestinos. Estes bares, ao invés de cerveja, vendiam destilados de alta concentração alcoólica, mais fáceis de esconder, o que levou ao aumento de problemas de saúde e mortes por intoxicação decorrentes do consumo abusivo. O preço da bebida subiu muito, já que os riscos para os comerciantes aumentaram, o que tornou o mercado altamente lucrativo. Esse lucro logo começou a ser usado para corromper policiais, delegados e juízes, encarregados de combater o comércio ilegal. O aparato criado para a repressão, cujos custos só aumentavam, não conseguia cessar o comércio e o consumo de álcool no país. Ao mesmo tempo, o número de pessoas presas quadruplicou e a repressão se tornou mais violenta, disparando o número de homicídios. Em decorrência de suas consequências desastrosas, a chamada “Lei Seca” foi suspensa em 1933.

A experiência proibicionista do álcool mostrou-se equivocada, mas os preceitos que a sustentaram mantiveram-se firmes. Além disso, com o fim da proibição, a grande burocracia estatal criada para reprimir o álcool se viu inutilizada. Esses são fatores apontados para explicar a campanha pública que levou à criminalização da maconha em 1937 naquele país (BECKER, 2009; BURGIEMAN, 2011). O *Federal Bureau of Narcotics* (FBN), escritório estatal criado em 1930 com a finalidade de reprimir as substâncias “narcóticas”<sup>7</sup>, teve papel ativo em fomentar, através da imprensa, um ambiente propício para que a maconha – até então uma questão menor à qual autoridades, agentes da lei e opinião pública davam pouca atenção – passasse a ser vista como um grande problema e seu uso fosse incluído na lista de

---

<sup>7</sup> O FBN tinha como objetivo inicial a repressão a produção, comércio e consumo não medicinal de drogas derivadas do ópio.

transgressões que o escritório federal estava encarregado de reprimir<sup>8</sup>. A *marijuana* era neste período consumida principalmente por imigrantes mexicanos e trabalhadores negros, grupos localizados nas camadas mais baixas da hierarquia social, que obviamente não puderam opinar sobre o assunto. Tendo em vista a desigualdade estrutural e o racismo nos Estados Unidos, havia uma clara conveniência em suprimir os direitos de uma população já marginalizada através da criminalização de seus hábitos. O FBN produziu assim dados e histórias para que matérias assustadoras publicadas na imprensa atribuísem ao uso de maconha inúmeros perigos, dentro eles a loucura e o cometimento de crimes e assassinatos<sup>9</sup>, construindo assim o terreno moral proibicionista a partir do qual a aprovação da lei que criminalizaria a maconha se desse sem maiores questionamentos.

## 1.2 Proibicionismo como um empreendimento moral

A aprovação da lei de tributação da maconha nos EUA é um caso ilustrativo de “empreendimento moral”, ideia proposta por Becker (2009). Para compreendê-la é preciso primeiramente levar em consideração o pressuposto de que não existe algo essencialmente errado em qualquer tipo de comportamento. O que faz com que determinado ato seja considerado desviante ou criminoso é a capacidade de um indivíduo ou grupo de defini-lo como tal, e de impor essa definição ao conjunto da sociedade<sup>10</sup>. Até a lei que proibiu e criminalizou o consumo de maconha ser aprovada, fumar maconha não era “errado”. A desnaturalização das regras sociais, movimento intelectual imperativo em qualquer abordagem sociológica sobre comportamentos desviantes, nos leva imediatamente a colocar a questão de como as regras são criadas e impostas. Essa perspectiva põe em evidência o juízo de valor, normalmente tido como “dado” ou natural, do que deve ser entendido como certo e errado, do que deve e do que não deve ser feito.

---

<sup>8</sup> Até 1935 nenhum artigo sobre maconha havia sido publicado em revistas populares nos Estados Unidos. Entre Julho de 1935 e Junho de 1937 esse número vai a 4, e no próximo período de dois anos nada menos que 17 artigos sobre maconha são publicados – exatamente no período em que a lei foi aprovada no Congresso. (BECKER, 2009, p. 147).

<sup>9</sup> Uma história recorrente nos artigos de jornal relatava o caso de um jovem que, por fumar maconha, teria ficado louco e matado o pai, a mãe e a irmã com um machado (Idem, p. 147-148)

<sup>10</sup> Para uma revisão teórica sobre a noção de desvio, conferir Becker (2009), Velho (1981) e Lima (2001).



Nas sociedades contemporâneas inúmeros grupos sociais, com diferentes valores, visões de mundo e códigos culturais coexistem, sem que haja consenso sobre a elaboração de normas gerais de comportamento. No momento em que as diferentes concepções se encontram dá-se a divergência sobre quais regras são apropriadas, de uma maneira geral, a todos. No conflito de perspectivas, as partes se utilizam de diferentes instrumentos e manobras para terem sua visão aceita pelos outros. É o poder que cada um deles detém que define, afinal, as “regras do jogo”. Ao longo de toda a existência da humanidade, pessoas e grupos que obtinham, por um motivo ou outro, mais poder, impuseram aos outros suas próprias normas, regras, visões de mundo, ideologias, epistemologias, identificando-as como naturais e adequadas. Nesse sentido, é importante perceber que, em geral, brancos, homens, classes mais altas e pessoas mais velhas determinam regras para negros, mulheres, classes mais baixas e pessoas mais novas (BECKER, 2009).

O que o autor quer chamar atenção aqui é o fato de que as regras que são definidas para todos não surgem automaticamente, mas são criadas e mantidas a partir de iniciativas individuais ou coletivas localizáveis, baseada em interesses particulares. Assim, onde quer que regras sejam criadas e aplicadas, é provável a presença de um indivíduo ou grupo que realiza um esforço ativo no sentido de adicionar um novo fragmento da constituição moral da sociedade – seu código do que é certo e errado. A esse esforço ele dá o nome de empreendimento moral.

Dentre os criadores de regras, Becker destaca aquele que chama de “reformador cruzado”: o tipo fervoroso, de ética absoluta, que procura sempre identificar um “mal” a ser corrigido, e não mede esforços para que este seja extinto. O empreendimento moral se inicia com sua busca por dar publicidade ao que identifica como um problema fundamental, de modo a conquistar o apoio de outros grupos. Mobiliza-se em seguida no sentido de definir o conteúdo de regras que possam solucioná-lo. Os sujeitos interessados envolvidos no processo desenvolvem discursos que justificam e conferem sentido às regras que querem definir, rotulando e acusando comportamentos que supostamente contrariam os valores que a regra vem a defender. Essa iniciativa, se bem-sucedida, pode resultar na definição de políticas e leis formais, que referendam a imposição da visão de mundo particular de um grupo específico sobre o conjunto da sociedade. Um empreendimento moral bem-sucedido, portanto, produz uma nova regra, cuja imposição virá a criar uma nova classe de *outsiders* – aqueles que são identificados como seus infratores.

A imposição das regras, por sua vez, é efetivada a partir da institucionalização da cruzada moral, com a criação de agências e a contratação de funcionários, resultando em uma

força policial encarregada de aplicar as regras. Assim, “o que começou como uma campanha para convencer o mundo da necessidade moral de uma regra torna-se finalmente uma organização dedicada à sua imposição” (Idem, p.160). Dessa forma, a própria organização encarregada de aplicar a regra torna-se um agente diretamente interessado em que ela mantenha-se válida, de modo a justificar sua existência e garantir o orçamento e emprego de seus funcionários.

No caso da proibição da maconha nos EUA, a agência estatal criada a partir da proibição das drogas opiáceas – junto ao reforço de agentes policiais e o aparato estatal que reprimiam o álcool e que, desde o fim da lei seca, encontravam-se ociosos – empreendeu um esforço articulado para a identificação do uso de maconha como um grave problema moral, de saúde e de segurança pública. Isso levou à criação de uma nova regra, cuja imposição ajudaria a criar uma nova classe de *outsiders*: os usuários de maconha. Esse esforço não encontrou resistência à época na medida em que os prejudicados pela lei eram grupos já marginalizados, com pouco poder político de representação.

### 1.3 Maconha e racismo no Brasil

A confluência entre processos de medicalização, moralização e criminalização do consumo de maconha nos EUA, junto a aspectos de controle social e racismo, também se verificou no Brasil. A planta *Cannabis Sativa*<sup>11</sup> foi trazida da África por negros escravizados, mão-de-obra base da economia extrativista colonial portuguesa. O próprio termo *maconha* é de origem africana, assim como outros utilizados na época para identificar a planta, como *diamba*, *liamba* e *pango*, mas que caíram em desuso ao longo dos anos. Era conhecida também como *pito-de-pango*, ou *fumo-de-angola*<sup>12</sup>, este último termo largamente usado, identificando a canábica com a região de onde vieram grande parte dos escravos trazidos à força para o Brasil.

---

<sup>11</sup> Nome científico da espécie mais conhecida, definido pelo sueco Linneus em 1753. Há também as espécies *Cannabis Indica* e *Cannabis Ruderalis* (esta sem propriedades alucinógenas, mais utilizada como matéria-prima fibrosa). A maconha é também chamada de modo abreviado de *cannabis*, ou sua transcrição abreviada, *canábica* – ou sem acento, simplesmente “canabis”.

<sup>12</sup> Aliamba, Bongo, Cagonha, Ganja, Gongo, Mariconga, Maruamba, Namba, e Riamba são outros nomes conhecidos (MOTT, 1986). Na região da África Ocidental, a *cannabis* seria chamada de *liamba*, *maconia* ou *makiaka* (DÓRIA, 1986; IGLÉSIAS, 1986).

O costume de fumar maconha se difundiu inicialmente principalmente por áreas da região Norte e Nordeste do país, entre grupos negros e populações indígenas<sup>13</sup>, basicamente habitantes de zonas rurais e segmentos urbanos populares e marginalizados (MACRAE e SIMÕES, 2000; DÓRIA, 1986; IGLÉSIAS, 1986). Era então utilizada como erva medicinal, estimulante para o trabalho pesado e a pesca, e agente agregador em rodas de fumantes reunidas após a jornada de trabalho. Era consumida em forma de cigarro, enrolado em folhas de milho, ou em um cachimbo feito de cabaça, conhecido como *marica*<sup>14</sup>. A prática estava presente também nos rituais religiosos dos negros no Brasil<sup>15</sup>.

O racismo tão fortemente presente na sociedade brasileira levou o país a um incrível pioneirismo na criminalização da maconha: em 1830, uma lei municipal do Rio de Janeiro viria a restringir pela primeira vez no ocidente seu consumo. Um artigo da postura municipal que regulamentava o comércio de gêneros e remédios nos chamados “boticários” (espécie de estabelecimento que daria origem às drogarias e farmácias) passou a proibir a venda e uso do “pito-de-pango”, bem como sua “conservação em casas públicas”, estabelecendo multa para o comerciante que descumprisse a lei, e três dias de cadeia para “os escravos e mais pessoas, que dele usarem” (MOTT, 1986). A observação da letra da lei reforça a tese de que a planta era tratada socialmente como erva medicinal, com seu uso associado principalmente à crescente população negra e miscigenada, que formava as crescentes camadas populares e setores marginalizados da capital do Primeiro Império.

A despeito da proibição, entretanto, o consumo ainda não era considerado um grande problema – não havia, até o início do século XX, qualquer política de Estado ou sequer um debate público no Brasil sobre o controle do uso e comércio de qualquer substância psicoativa (FIORE, 2007, p. 26). O Código Penal da República, de 1890, apesar de proibir o comércio de

---

<sup>13</sup> Já havia entre os grupos indígenas da América o costume de fumar tabaco, produto alçado ao mercado mundial a partir da colonização européia (MOTT, 1986).

<sup>14</sup> A *marica* era feita de uma cabaça onde se colocava certa quantidade de água, espetada por um caule de madeira chamado de “canudo de pita”, e um forninho de barro, onde se colocavam para queimar as florescências da planta. Tal como se fazia na África, puxando o ar através de um buraco feito na cabaça, a fumaça atravessava a água, resfriando-se, antes de ser tragada (DÓRIA, 1986; IGLÉSIAS, 1986).

<sup>15</sup> Em algumas áreas do Nordeste o termo africano *macumba* teria inclusive sido tomado como sinônimo da planta, mostrando a proximidade semântica entre a religião e o fumo (CASCUDO apud MOTT, 1986). Gilberto Freyre, em *Sobrados e Mucambos*, chegou a afirmar que a maconha figurava junto às tradições religiosas como os principais elementos da cultura negra que resistiam ao processo de “desafricanização” (apud MOTT, 1986). *Maconheiro* e *macumbeiro* se configuraram como termos pejorativos e acusatórios sobre práticas culturais dos negros, que eram reprimidas pela mesma “Delegacia de Tóxicos e Mistificações”.

“coisas venenosas”, ignorava a maconha<sup>16</sup>. A partir das primeiras décadas do século seguinte, entretanto, o uso da *cannabis* por extratos populares nos crescentes centros urbanos foi sendo paulatinamente visto como perigoso, processo que começou a se forjar com a associação entre pobreza, negritude, uso de maconha, marginalidade, banditismo e crime (MACRAE e SIMÕES, 2007, p. 20).

A categoria médica foi central na definição dessa visão sobre os usuários de maconha. Trabalhos como o publicado pelo Dr. Rodrigues Dória em 1916 (1986), o primeiro a tratar exclusivamente dos usos da maconha no Brasil, contribuíram para estabelecer a visão do consumo da erva como um problema ao mesmo tempo de saúde e de criminalidade. Dória comparou as propriedades farmacológicas da *cannabis* às do ópio, categorizando-a como “droga estupefaciente” e transferindo ao praticante do *maconhismo* todo o “quadro patológico” do *viciado* em ópio<sup>17 18</sup> (HENMAN e PESSOA JR., 1986). Foi-se formando assim a noção alarmista de que a maconha causava efeitos catastróficos na saúde humana, sendo fonte de degeneração psíquica e moral, causadora de agressividade, violência, delírios, loucura, taras, degradação física (levando até à morte), idiotia, sensualidade desenfreada, entre outros sintomas, com “graves conseqüências criminosas”<sup>19</sup> – o termo *maconheiro*, de caráter pejorativo e acusatório, passou inclusive, em algumas circunstâncias, a ser usado como sinônimo de ladrão, assaltante ou estuprador (MOTT, 1986, p. 131). O usuário de maconha era dessa forma apontado ambigualmente como “marginal” e “doente”.

A vinculação oficial, através de textos de médicos, entre o uso da maconha e os negros, no contexto das teorias eugenistas e da política de “branqueamento” da população brasileira, chegou a sugerir que a disseminação do costume de fumar maconha seria uma

---

<sup>16</sup> Por outro lado, criminalizava a capoeira, outra prática associada à cultura negra no Brasil, símbolo da resistência à escravidão e mal-vista pela alta sociedade. Curiosamente, a proibição da capoeira foi ocorrer logo após a abolição da escravatura em 1888 e a proclamação da República em 1889. A capoeira só voltou a ser permitida em 1940, no início de um processo que levou à revalorização da prática como símbolo identitário contemporaneamente.

<sup>17</sup> A imagem do viciado em ópio foi popularizada através de obras literárias como *Confissões de um Comedor de Ópio*, de Thomas de Quincey, publicada em 1821, e *Os Paraísos Artificiais, ópio e haxixe*, de Charles Baudelaire, publicada em 1860. Baudelaire fazia parte do *Club des Hashishins*, grupo de poetas, pintores e intelectuais franceses que faziam experimentações artísticas sob o efeito da droga na década de 1840.

<sup>18</sup> O Brasil teve considerável protagonismo no processo de demonização da maconha em nível mundial. Na II Conferência Internacional do Ópio, em 1924, em Genebra, a fala do delegado brasileiro Dr. Pernambuco para as delegações de 45 outros países afirmava que a maconha era até mais perigosa que o ópio. (CARLINI, 2005, p. 1)

<sup>19</sup> Apesar disso, apontava que os sintomas da “embriaguez da maconha” variavam de acordo com a dose fumada, com a proveniência da planta e com o temperamento pessoal do usuário, indicando possíveis efeitos benéficos do uso, tal como justificado pelos “maconhistas”.

“vingança” da raça negra contra “seus irmãos mais adiantados em civilização”, um crescente e problemático “vício legado pelo negro” (DÓRIA, 1986; CAVALCANTI, 1998 apud MACRAE ; SIMÕES, 2000). O estabelecimento do costume como um problema social reforçava a diferenciação e desigualdade racial presente nas estruturas de nossa sociedade escravocrata. A associação da *diamba* com os ex-escravos era conveniente à elite social do Nordeste, que podia assim manifestar seus sentimentos racistas com alguma fundamentação científica (HENMAN ; PESSOA JR., 1986).

É importante ressaltar que a crescente preocupação no âmbito da medicina com o consumo, não apenas da maconha, mas de todas as drogas tornadas ilícitas, estava ligada ao processo de legitimação do modelo de saúde pública que se estabelecia no Brasil. Naquele contexto a profissão médica buscava problemas de ordem clínica para garantir sua ascendência na política nacional, justificando a perpetuação de sua burocracia médico-legal. Nas primeiras décadas do século XX, as concentrações urbanas passaram a ser vistas como focos de desregramento, doença e vício: a prostituição, o alcoolismo, a vadiagem e as doenças venéreas foram sendo considerados obstáculos para o processo civilizatório da sociedade brasileira. A legitimação da medicina como um saber científico com força política e social se deu exatamente a partir da atuação contra esses novos problemas. Um exemplo é o processo de erradicação da epidemia de sífilis, que justificou um projeto de normatização moral da sociedade, com o controle da vida sexual, da higienização e da prostituição (FIORE, 2007). Paralelamente, buscou-se estabelecer a “questão das drogas”, na qual se inseria o vício da *diamba*, como mais um problema, ao mesmo tempo de saúde e de segurança pública, a ser controlado pelo Estado. Esse movimento tinha origem no racismo científico e era politicamente conveniente como forma de aprofundar o controle social exercido sobre a população negra (HENMAN ; PESSOA JR., 1986; FIORE, 2007). Como resultado, a prática passou a ser penalizada em lei em 1932 e a perseguição policial aos usuários se fez mais constante.

Entretanto, foi só no período pós-guerra que o combate ao “maconhismo” foi alçado à condição de bandeira nacionalista, com a constante presença do tema na imprensa e em congressos médico-psiquiátricos. A partir de meados dos anos 1950, cresce o volume de notícias publicadas sobre o assunto, apresentando um deslocamento sutil, mas significativo: o fumador de maconha passa a ser representado não mais como “vítima do vício”, mas como um “desordeiro” do espaço urbano. O discurso jornalístico adotava uma forma homogênea de se referir, irônica ou sarcasticamente, à “índole do maconheiro”. Tal abordagem, de fundo moral, teve ainda maior ressonância social do que os estudos de ambição científica que

tratavam do fenômeno, subsidiando o senso comum que se construiu em torno dos supostos efeitos e conseqüências sociais do consumo da maconha, assim como o entendimento geral de que a solução para o “problema” era o aumento da repressão (CAVALCANTI, 1998 apud MACRAE ; SIMÕES, 2000).

Em 1961 o Brasil aderiu à Convenção Internacional Única sobre Entorpecentes, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) sob pressão diplomática estadunidense. Essa convenção endureceu a política proibicionista, definindo as substâncias que teriam sua produção, comércio e consumo controladas ou proibidas em âmbito global. Uma década depois, as substâncias foram classificadas em quatro níveis, levando em consideração não seu grau de periculosidade em relação à saúde (risco de intoxicação por superdosagem ou de desenvolvimento de dependência), mas a possibilidade de uso medicinal. A maconha foi alocada na lista das substâncias proscritas – sem nenhum valor medicinal reconhecido –, uma mistificação que acabou dificultando a realização de pesquisas científicas que pudessem comprovar o contrário. Nesse contexto, o presidente dos Estados Unidos Richard Nixon lançava a política que ficou conhecida em âmbito mundial como “Guerra às Drogas”, avançando para a militarização do combate ao comércio dessas substâncias.

Ao mesmo tempo em que o discurso e as políticas para lidar com as drogas proibidas endureciam na década de 1960, o movimento da Contracultura representou uma mudança em relação ao simbolismo do uso de drogas no Ocidente. A “juventude” tornou-se o ator central de um movimento cultural e filosófico, com forte teor de rebeldia, que buscava a quebra de paradigmas morais e estéticos vigentes. A geração *baby-boomer* nos EUA, nascida da explosão demográfica no período de abundância material pós-segunda guerra mundial, reivindicava através da arte e do comportamento um novo estilo de vida, que incluía a liberdade para a experimentação das “drogas” e o pacifismo como atuação política. Fumar maconha no Ocidente deixou de ser uma prática apenas das camadas pobres e marginalizadas e difundiu-se por todos os setores e classes sociais, adquirindo um caráter de experimentação e liberdade (MACRAE ; SIMÕES, 2000).

O Brasil, dominado pela ditadura civil-militar, via o uso da maconha por segmentos da classe média e das elites urbanas tomar um sentido de resistência ao regime político autoritário, como uma expressão simbólica de liberdade de pensamentos e sensações, assim como a busca por um estilo de vida alternativo. No discurso moralista vigente, a concepção acusatória e totalizadora do termo *drogado* passava a ser articulada à ideia do *subversivo*, remetendo a uma ofensa moral que supostamente ameaçava a ordem estabelecida, indo contra a religião, a família, a civilização e todos os valores conservadores tradicionais. Com isso, o

significado do uso de maconha foi sendo construído por seus opositores não apenas como “vício” e “delinquência”, mas também como um problema político que ameaçava o *status quo* (VELHO, 2004a, p. 60). Não por acaso, foi no contexto político autoritário que a legislação sobre drogas foi endurecida, com as chamadas “leis antitóxicos”<sup>20</sup>.

#### 1.4 O fracasso da Guerra às Drogas

Nos anos 1980, o presidente dos Estados Unidos Ronald Reagan aprofundou a “Guerra às Drogas”, aumentando as penas de prisão para usuários e traficantes e criando leis que violavam princípios constitucionais, como a que autorizava o confisco de bens de traficantes de drogas sem que os casos fossem levados à justiça. Nesse período o país aumentou a pressão para que a guerra contra as drogas fosse adotada e fortalecida internacionalmente, já que a cocaína era produzida na América do Sul (Bolívia, Colômbia e Peru), a heroína vinha da Ásia e Oriente Médio e a maconha, do México. Essa política justificou a ingerência da potência mundial sobre a política interna de diversos países, fortalecendo sua posição geopolítica em âmbito regional:

Na década de 1990, países do mundo todo ampliaram o orçamento de seus órgãos de repressão, com ajuda americana, e centenas de bilhões de dólares foram gastos com helicópteros militares, armas de alto calibre, vigilância nas fronteiras. A ofensiva foi especialmente dura na América Latina, região que produzia quase toda a droga que os americanos consumiam (BURGIEMAN, 2011, p. 22)

Em 1998, os países membros da ONU insistiram na política proibicionista, definindo em um encontro chamado “Um mundo livre de drogas: é possível” a meta de eliminar completamente da face da terra as drogas proibidas em até dez anos. O resultado dessa política de “Guerra às Drogas” em âmbito mundial, entretanto, tem sido desastroso, como a experiência da “Lei Seca” nos EUA já indicava. Burgieman (2011) ajuda a elencar os motivos. O proibicionismo se mostra ineficaz porque, em primeiro lugar, não consegue realizar sua proposta, que é conter o uso. O consumo de todas as drogas proibidas cresceu, e

---

<sup>20</sup> Em 1968, estabeleceu-se a mesma pena para “traficantes” e “usuários”, equiparando-os legalmente. Tal posição foi mantida pela lei de 1971, que passou a permitir a denúncia por consumo de “drogas” sem a comprovação toxicológica do fato. A nova lei de 1976 voltou a diferenciar “traficantes” de “usuários” e a exigir o “laudo toxicológico” para permitir uma ação penal (TORON, 1986).

novas drogas surgiram por causa da ilegalidade do mercado<sup>21</sup>. A repressão requer um volume vultoso de gastos que só tem aumentado, ante a incapacidade de alcançar seus objetivos. Para completar, o proibicionismo gera novos problemas muito piores do que o original.

O crime organizado se tornou ainda mais poderoso e lucrativo. A explicação está no chamado “efeito bexiga”, fenômeno econômico descrito por Peter Router (2010 apud BURGIEMAN, 2011, p. 41). Cada vez que alguém aperta um balão de festa cheio de ar, tentando diminuir seu volume, o ar se desloca e infla do outro lado. Mesmo com o mercado de drogas ilícitas proibido, a demanda se mantém, pois as pessoas continuam buscando o consumo dessas substâncias. Com a repressão, aumentam os riscos envolvidos na operação comercial, fazendo com que o preço das drogas no destino final seja muito superior em relação à produção. Assim, quando uma rota do tráfico é descoberta e reprimida, vale a pena para o comerciante investir dinheiro e deslocar toda a operação. A repressão só consegue deslocar as organizações criminosas, mas nunca acabar com elas, puxadas pela força econômica da demanda. A corrupção se espalha por polícias e governos, pois sempre há pessoas dispostas a se beneficiar pessoalmente do volume gigantesco de dinheiro que o mercado ilícito proporciona.

Especialmente na América Latina, a proibição abre espaço para a afirmação de um poder paralelo no vácuo dos Estados nacionais, fruto do lucrativo mercado ilegal. O crime organizado em torno do tráfico de drogas passou a dominar bairros pobres e favelas, além das cadeias. A prisão de comerciantes de drogas não consegue afetar os negócios, pois a combinação de alta remuneração com um contexto social de pobreza e desigualdade leva a que haja sempre novas pessoas (e cada vez mais jovens – já que crianças e adolescentes não podem ser presos) dispostas a traficar. Assim, a cada traficante preso ou morto, uma fila se forma para ocupar o seu lugar. Em decorrência da repressão às drogas, as cadeias estão superlotadas, sem que isso resolva o problema do consumo das drogas tornadas ilícitas.

Mesmo assim, as penas para tráfico de drogas só tem aumentado. No Brasil, desde 1998 o crime de tráfico tornou-se hediondo, mesma categoria dos crimes de tortura, chacina, genocídio e estupro de menores de idade. Em 2006, a nova lei de drogas, atualmente em vigor, aumentou a pena mínima de tráfico de três para cinco anos de prisão. Isso se reflete no sistema carcerário: entre 2006 e 2011 o número de presos por tráfico cresceu 120%, tornando-se o segundo crime que mais encarcera no país. Nossa população carcerária já é a terceira

---

<sup>21</sup> O crack, por exemplo, obtido da sobra do refino da cocaína – substância cara devido à proibição –, foi criado como forma de baratear o acesso de usuários mais pobres.



maior do mundo, com 500 mil presos em 2011 (em apenas 430 mil vagas), atrás apenas dos Estados Unidos e China (BURGIEMAN, 2011, p. 43-44).

O enfrentamento ao tráfico de drogas é seletivo, levando à prisão apenas a ponta da operação criminosa, os “varejistas” que lidam diretamente com as drogas, levando-as para as ruas para serem vendidas aos consumidores. Não à toa, o perfil desse grupo, que forma a imagem estereotipada do “traficante”, é de jovens negros e pobres, os mais afetados pela repressão. Pesquisa sobre a aplicação de penas por tráfico de drogas no Rio de Janeiro e em Brasília mostra que a maior parte dos condenados era de jovens negros, presos sozinhos, desarmados, com pequenas quantidades de droga (BOITEUX, 2009). Na maioria dos casos, não havia comprovação de ligação com o crime organizado. O fato da maior parte das prisões de traficantes ser feita em flagrante mostra que a polícia não investe em trabalho de inteligência e investigação, apenas “enxugando gelo” na repressão ostensiva. A aplicação da lei, assim, não é eficaz no que se propõe e acaba resultando na criminalização de pessoas pobres, negras e jovens.

Essas prisões não alteram a estrutura do comércio de drogas em grande escala, e não alcançam os poderosos chefões da rede do tráfico, aqueles que financiam o esquema e garantem a maior parte dos lucros através da intermediação entre os produtores rurais no campo e os atacadistas nas cidades. Estes, em geral, não são identificados como traficantes e não são alcançados pela repressão, pois não lidam diretamente com as drogas, e lavam o dinheiro adquirido através de recursos contábeis em negócios legalizados. Quando um desses “peixes grandes” do tráfico é alcançado, não chega ao sistema judicial, pois dispõe de recursos para subornar os agentes policiais, ou então raramente é condenado, pois contrata os melhores advogados para deslegitimar o processo judicial.

A política de guerra às drogas gera violência, afinal, que atinge principalmente as camadas mais vulneráveis da população. Os homicídios decorrentes da política de enfrentamento superam em muito os óbitos causados pelo consumo abusivo das substâncias proibidas<sup>22</sup>. Quanto maior a repressão, mais violenta é a reação dos traficantes, que se armam para proteger seus negócios. Em alguns países, a repressão militarizada ao narcotráfico tomou contornos de guerra civil<sup>23</sup>. No Brasil, há indícios de execuções sumárias e torturas no enfrentamento ao tráfico de drogas. Os homicídios realizados por policiais em favelas são

---

<sup>22</sup> Segundo *World Drug Report 2014*, relatório anual da ONU sobre drogas, ocorreram 143 mil mortes no mundo em decorrência do uso de drogas proibidas em 2012. Consultado em: <<http://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2014/06/26-world-drug-report-2014.html>>. Acessado em: Outubro/2014.

<sup>23</sup> No México, só entre 2006 e 2011 40 mil pessoas morreram vítimas do combate ao tráfico de drogas. (BURGIEMAN, 2011, p. 25).

legitimados a partir da associação do assassinado com o tráfico<sup>24</sup>. Em geral, moradores de comunidades pobres ficam expostos a tiroteios e “balas perdidas” durante as incursões policiais e o enfrentamento ao tráfico.

### 1.5 Usuários de maconha

A proibição das “drogas” não faz diminuir o consumo também porque não leva em consideração a vontade dos indivíduos na busca pelo uso de “drogas”. Como indicam os estudos de diversos autores<sup>25</sup>, o consumo de substâncias psicoativas não se esgota na interação entre um organismo humano genérico e determinadas moléculas, sendo atravessado por fatores sociais, psicológicos e culturais que lhe conferem forma e sentido. É preciso, portanto, levar em conta os significados e dimensões que interferem nos efeitos esperados e alcançados no uso das substâncias.

Como vimos, no início do século XX foi determinante no Brasil o papel de médicos para a desqualificação do conjunto de práticas e representações que norteavam o uso da cannabis por grupos de negros, índios e trabalhadores pobres do Norte e Nordeste. A versão médico-policial que se impôs sobre a prática, determinando-a como patologia e crime, foi contraposta por novos usuários de maconha a partir da década de 60, oriundos das camadas médias urbanas, que elaboraram representações e práticas alternativas para revalorizar e justificar seu uso. No Brasil essa reinvenção não recuperou os contextos tradicionais do uso da maconha, já profundamente associados à malandragem e o banditismo, mas se deu a partir do simbolismo cosmopolita da “contracultura” (MACRAE e SIMÕES, 2000).

A maconha está, afinal, no centro da política de combate às “drogas”. Segundo a ONU, 210 milhões de pessoas fazem uso de drogas ilícitas<sup>26</sup>, dentre as quais 165 milhões (80%) consomem maconha. O combate às “drogas” é em grande medida, portanto, o combate

---

<sup>24</sup> Os “autos de resistência” foram durante muitos anos o mecanismo burocrático no Estado do Rio de Janeiro usado para que os homicídios realizados por policiais em supostas trocas de tiros com supostos traficantes de drogas não fossem investigados. No emblemático caso do pedreiro Amarildo, torturado e morto por policiais da Unidade de Polícia de Pacificação (UPP) da Rocinha em 2013, a polícia buscou legitimar sua morte atribuindo a ele participação no tráfico de drogas.

<sup>25</sup> VELHO, 1998, 2008; FIORE, 2009; BECKER, 2009; LABATE ET AL, 2008; MACRAE e SIMÕES, 2000, 2003; entre outros.

<sup>26</sup> United Nations Office on Drugs and Crime. *World Drug Report 2011* (apud BURGIEMAN, 2011, p. 11).

à maconha, que diferentemente das outras drogas tornadas ilícitas, é uma planta *in natura*. É a substância psicoativa ilegal mais consumida no Brasil: 6,7 % da população já fumou maconha pelo menos uma vez na vida<sup>27</sup>, enquanto milhares de pessoas fumam maconha regularmente, o que coloca virtualmente milhões de brasileiros na criminalidade<sup>28</sup>. Trata-se de um fenômeno contemporâneo razoavelmente comum para, por exemplo, grande número de jovens e adultos de classe média em metrópoles urbanas.

A experimentação dos jovens das camadas médias urbanas com o uso da maconha contrasta enormemente com os perigos alardeados pelas campanhas de prevenção. Ao reforçar preconceitos sociais que julgam o usuário como um “viciado”, “preguiçoso” ou “vagabundo”, não obtém sucesso por não levar em consideração as experiências do público-alvo a que se destinavam. Assim, mesmo com a inclusão da maconha no rol de substâncias interditas, o número de usuários cresce. Isso ocorre porque, ao contrário de ser irracional, o uso regular de maconha pode ser entendido como a etapa de uma trajetória criteriosa e consciente, que Becker (2009) chamou genericamente de “carreira desviante” – qualquer trajetória de vida em que um indivíduo desenvolve um padrão de comportamento que infringe uma regra ou é que é criminalizado. Como ilustração, em pesquisa realizada na década de 1960, o autor detalhou o processo social através do qual algumas pessoas se tornaram usuárias regulares de maconha. Segundo a pesquisa, as primeiras experiências dos usuários são geralmente feitas na companhia de amigos ou familiares próximos, que auxiliam os iniciantes e compartilham técnicas corporais importantes, como a técnica de tragar adequadamente, tornando possível a eles perceberem em si mesmos as alterações geradas pelo uso. Podem então avaliar esses efeitos como prazerosos e decidir fumar maconha outras vezes.

Becker mostrou que o uso continuado de maconha também ocorre porque os mecanismos de controle social criados pela proibição podem ser facilmente neutralizados pelos usuários. Com base neste estudo, entrevistei em outro trabalho (REED, 2011) jovens cariocas de classe média sobre diferentes aspectos relacionados ao consumo de maconha, que resumirei a seguir. O primeiro e mais óbvio mecanismo de controle destacado por Becker é a dificuldade de se ter acesso ao produto proibido. Segundo os relatos dos jovens cariocas entrevistados, a maconha pode ser facilmente adquirida nas “bocas de fumo” localizadas nas favelas e bairros pobres, apesar da maior parte deles não se sentir confortável com essa opção,

---

<sup>27</sup> Dados do II Levantamento Domiciliar Sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil, realizado em 2005.

<sup>28</sup> Apesar da pena de prisão ter sido excluída para quem é tipificado como usuário, a prática não deixou de ser crime de acordo com a lei de drogas (11.343/06), gerando registro, processo e penas (alternativas). O texto pode ser consultado na íntegra em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm)>. Acessado em Setembro de 2009.

pelo medo da violência e pelos riscos com a polícia. Outra possibilidade apontada é o “moto-tráfico”, moto-taxistas que têm ponto na entrada das favelas, geralmente moradores da comunidade, que pegam “na boca” e entregam a maconha na casa do usuário, na entrada do morro, ou em local pré-combinado, cobrando uma taxa pelo serviço. Nesse caso, o moto-taxista compra apenas sob encomenda a quantidade especificada para a entrega.

O mais comum, entretanto, segundo os usuários, é que o fornecimento da maconha se dê através da própria rede de relacionamentos do usuário – amigos, colegas de trabalho ou faculdade, parceiros, familiares que também fumam. Nesse caso, é preciso conseguir o acesso a uma “fonte” ou “contato”, espécie de intermediário que faz a ligação entre o morro e o asfalto (ou, mais raro, entre alguma outra fonte que não seja do tráfico armado, como uma plantação em um sítio particular, e os usuários-consumidores) e comprar uma quantidade maior da droga. Este intermediário é geralmente um indivíduo também de classe média que entrega a maconha por um preço mais caro. Ele pode ser um usuário comum, que de tanto comprar maconha diretamente no tráfico armado, decide fazer essa ponte para outros usuários como forma de subsidiar seu próprio consumo<sup>29</sup>. Adquirir maconha dessa forma significa mais segurança para o usuário de classe média, já que assim não precisa entrar em uma favela que não conhece, lidar com pessoas armadas, correr o risco de ser revistado pela polícia na rua. Uma parte minoritária dos usuários também tem acesso à maconha produzindo seu próprio cultivo caseiro.

O outro mecanismo de controle social apontado por Becker (2009) que supostamente limita o consumo de maconha é seu caráter sigiloso. Ele baseia-se no receio que o usuário tem de que descubram que fuma maconha, em função de possíveis sanções que lhe possam ser aplicadas. O resultado é que o uso pode ser feito livremente nos contextos em que a prática não pode ser identificada por outras pessoas, ou então contextos em que não haja qualquer tipo de sanção caso a infração seja identificada por outras pessoas. Nesse sentido, de acordo com as entrevistas que realizei, alguns lugares e ocasiões são considerados “legalizados”, como se diz na “gíria nativa”, ou seja, locais ou contextos onde é socialmente permitido, de acordo com regras informais, que se fume maconha – ou pelo menos que ninguém vá tomar qualquer iniciativa de reprimir o consumo. Em determinadas festas, por exemplo, em pontos da praia, em uma sala afastada dentro da universidade, na rua ou mesmo em casa, seja na presença dos pais ou não. Tudo vai depender do contexto e da presença ou não de possíveis empreendedores que possam tomar a iniciativa de fazer a lei valer e acusar a infração do

---

<sup>29</sup> Sobre a dinâmica do mercado ilegal de drogas praticado por jovens de classe média, ver Grillo (2008).

usuário. Ao longo do tempo, portanto, os usuários que entrevistei relataram desenvolver critérios para avaliar as situações em que é seguro fazer uso da maconha. Com o acúmulo e o compartilhamento de experiências entre si, aprenderam diferentes técnicas e estratégias de ocultação do uso que diminuem ainda mais os riscos e aumentam sua segurança. Eles relataram também que, com o tempo, descobriram que podem fumar ou estar sob efeito de maconha próximo a não-usuários, interagindo com eles no dia-a-dia, sem que estes percebam ou se importem com isso. Essa constatação aumenta o leque de contextos em que se permitem fumar maconha, possibilitando um uso mais constante.

O terceiro mecanismo de controle que desencoraja o uso da maconha, apontado por Becker, é o discurso moral em relação ao estereótipo do usuário de maconha. A imagem dominante de que o uso de maconha destrói a força de vontade e a capacidade produtiva, deixando o usuário incapaz de controlar seu comportamento racionalmente, é logo contrastada pelo usuário no convívio com outros usuários e o desenvolvimento da própria experiência de consumo, o que leva à construção de uma visão alternativa da prática. Dentre os usuários por mim entrevistados, as principais justificativas utilizadas para legitimar o próprio uso são principalmente a comparação com outras drogas legalizadas, que consideram mais nocivas, como o álcool e o tabaco; a referência de usuários mais velhos conhecidos que fumam regularmente e não correspondem à imagem deteriorada de “viciado em drogas” do senso comum; a percepção de que os efeitos sentidos ao fumar maconha, ao contrário de perigosos ou indesejáveis, são positivos, agradáveis, prazerosos; e a percepção de que seu uso é feito de forma pensada, controlada, com a definição criteriosa dos contextos de uso – suas possíveis companhias, os efeitos desejados –, assim como as situações em que a opção de uso não se aplica. O cuidado com a avaliação de quando é positivo e prazeroso fumar e a evitação de situações desagradáveis ou prejudiciais a si próprios aponta para uma agência individual interessada e reflexiva, culturalmente situada, de controle racional do uso (REED, 2011).

É na consolidação do proibicionismo como política de enfrentamento à “questão das drogas” que surge a categoria do usuário, o indivíduo que passa a ser acusado socialmente e sofrer a repressão, física e simbólica, sobre seu comportamento desviante. Apesar disso, ele não deixa de fazer o que deseja: passa a atuar clandestinamente, de forma escondida, sempre atento à possibilidade de sofrer sanções<sup>30</sup>. Entretanto, o discurso dos usuários de maconha parece ter se modificado e especializado, acumulando a experiência de pelo menos quatro

---

<sup>30</sup> É possível observar, entretanto, o desenvolvimento de uma gradual naturalização da prática, processo que pode ser observado em certo grau de desritualização do consumo, com a flexibilização das situações de uso para contextos mais prosaicos, inclusive em solitário, retirando da *roda de fumo* seu caráter necessário e sagrado. (MACRAE e SIMÕES, 2000, 2003).

décadas de uso difundido no Ocidente. É nesse contexto que surge a organização de um movimento social de tipo bastante específico, objeto desta pesquisa, reunindo pessoas marcadas por uma prática comum.

## 2 O MOVIMENTO SOCIAL MARCHA DA MACONHA

A Marcha Mundial da Maconha – ou *Global Marijuana March*, no original em inglês – é definida pelo site CannabisWiki, uma espécie de enciclopédia virtual colaborativa sobre maconha<sup>31</sup>, como uma reunião anual, levada a cabo em diversas cidades do planeta desde 1999<sup>32</sup>, ocasião em que são realizadas atividades relacionadas à maconha, que podem incluir marchas (passeatas, caminhadas), encontros, discursos, festas, shows, performances, mesas informativas etc. A Marcha Mundial da Maconha é concebida, ainda de acordo com o site, como uma manifestação de celebração da *cultura canábica*<sup>33</sup> e de afirmação do uso da maconha como uma escolha pessoal de estilo de vida, onde participantes se encontram para discutir, promover, entreter e educar consumidores e não-consumidores de maconha sobre o tema. O objetivo da manifestação é levar à cena pública demandas por direitos e mudanças na legislação que restringe o uso, produção e venda da cannabis, seja para fins medicinais, recreativos, religiosos ou industriais. Para isso, um conjunto amplo de argumentos são expostos, desde o direito à liberdade individual do usuário até a violência e a corrupção causadas pela repressão ao mercado de drogas tornadas ilegais.

Podemos dizer, portanto, que a Marcha Mundial da Maconha se configura como expressão de um movimento social difuso, ao mesmo tempo cultural e político, cujas reivindicações encontram alcance global (dada a quase universalidade da política de proibição), mas cujas ações práticas, geralmente manifestações públicas, são concebidas, organizadas e realizadas em âmbito local, a partir de iniciativas autônomas em cada cidade. Esse caráter descentralizado faz com que as edições do evento apresentem variações no nome<sup>34</sup>, na dinâmica, nas estratégias de ação e no enfoque das reivindicações, adaptando-se de acordo com os contextos locais. Assim, em um sentido amplo, a Marcha da Maconha é

<sup>31</sup> <[http://cannabis.shoutwiki.com/wiki/Global\\_Marijuana\\_March](http://cannabis.shoutwiki.com/wiki/Global_Marijuana_March)>. Consultado pela última vez em 18/05/2014.

<sup>32</sup> A primeira edição global em 1999 teve a participação de 31 cidades, principalmente dos Estados Unidos e Europa, mas também de Canadá, África do Sul, Israel, Austrália e Nova Zelândia (Ver a lista completa das cidades em <[http://cannabis.wikia.com/wiki/Basic\\_1999\\_GMM\\_city\\_list](http://cannabis.wikia.com/wiki/Basic_1999_GMM_city_list)>). A *Global Marijuana March* é a expansão em nível mundial da *Million Marijuana March*, manifestação criada em 1994 nos EUA, sob iniciativa do ativista Dana Beal e da ONG Cures Not War.

<sup>33</sup> Também conhecida como “cultura cannabis”, refere-se a todo um rol de símbolos, concepções, objetos e comportamentos relacionados à maconha valorizados e compartilhados de maneira geral entre os usuários.

<sup>34</sup> Alguns exemplos de nomes para a manifestação nos Estados Unidos da América, por exemplo, são *Global Cannabis March*, *World Cannabis Day*, *Cannabis Liberation Day* e *Ganja Day*.

compreendida como uma *ideia* que pode ser sintetizada na concepção abrangente de uma “manifestação pública em defesa da legalização da maconha”. Essa concepção é na prática atualizada em cada cidade em que vem a ser realizada, variando de acordo com os grupos e pessoas que dela participam, podendo também estabelecer diálogo com outras pautas<sup>35</sup>, mas mantendo-se unida pela causa comum contra o modelo de proibição da planta. Em tempos de rápida difusão de informação pela internet, desde sua primeira edição global em 1999 a *ideia* ganhou adesão e a manifestação se espalhou pelo mundo. Atualmente, 15 anos após a primeira Marcha Global, centenas de cidades realizam a manifestação, tendo sido o evento já organizado em pelo menos 845 cidades de 75 países diferentes<sup>36</sup>.

No Brasil as manifestações anuais em defesa da legalização da maconha inspiradas no conceito da *Global Marijuana March* começaram em 2002 e desde então vem apresentando um crescimento considerável, tanto no número de cidades em que são realizadas quanto de participantes que aderem aos atos, causando algum impacto na esfera pública. Esse cenário suscita questões iniciais sobre a emergência do fenômeno, bem colocadas por Lanças em sua dissertação sobre o tema:

Como poderia uma causa tão alegadamente marginal ter tamanha capacidade de articulação? Para iniciar sua explicação, parte-se de algumas hipóteses: o papel crucial da internet na circulação de ideias anti-proibicionistas a nível nacional e internacional; uma espécie de solidariedade em construção a partir da categoria inicialmente vaga de ‘usuário’; e a importância de inúmeros simpatizantes e usuários não vinculados ao movimento (isto é, que não participam do planejamento e balanço dos eventos citados) que anualmente marcham pelas principais cidades do país em apoio à causa. Além disso, há também fortes indícios de que o movimento esteja se fortalecendo e crescendo com passar do tempo. Essas hipóteses, ainda que não conclusivas, orientam o caminho para a compreensão do objeto. (LANÇAS, 2013, p. 40)

Tomando as hipóteses levantadas por Lanças como a base a partir da qual observar inicialmente o fenômeno, pretendo neste capítulo apresentar um resumo da história do movimento Marcha da Maconha no Brasil, pontuando alguns aspectos que considero importantes para compreendê-lo. Em primeiro lugar, sua estruturação em rede, através da internet; depois, o período em que as manifestações passaram a ser proibidas e os efeitos

<sup>35</sup> Por exemplo, contra o racismo, contra a intolerância religiosa, contra políticas de internação forçada de pacientes, entre outros.

<sup>36</sup> Ver lista de cidades onde a Marcha Mundial da Maconha já foi realizada: <[http://www.cannabis.shoutwiki.com/wiki/Global\\_Marijuana\\_March\\_cities](http://www.cannabis.shoutwiki.com/wiki/Global_Marijuana_March_cities)>. Acessado pela última vez em 18/05/2014.



dessa disputa. Em seguida, em diálogo com teorias dos movimentos sociais, buscarei trazer algumas reflexões sobre o significado simbólico da Marcha da Maconha enquanto movimento social identitário junto à mobilização da categoria de pertencimento emergente de usuário de maconha; por fim, pretendo analisar os princípios que definem o movimento, introduzindo algumas tensões dentro da militância que serão aprofundadas nos próximos capítulos.

## 2.1 A primeira Marcha brasileira

Segundo relatos de diversos ativistas, a primeira Marcha Mundial da Maconha tupiniquim, realizada na cidade do Rio de Janeiro em 2002, surgiu a partir da iniciativa de uma turista portuguesa chamada Suzana. Ela teria carimbado *sedas* (papel usado para enrolar *baseados*) com a data e hora do evento e distribuído o material na famosa praia de Ipanema, convocando as pessoas para celebrar a cultura da maconha e defender a legalização.

**Imagem 1** – *Seda*-panfleto: publicidade criativa da portuguesa Suzana na divulgação da primeira Marcha da Maconha no Rio de Janeiro



Fonte: página Marcha da Maconha no facebook.

Em um relato publicado na internet, o ativista e pesquisador Luis Paulo Guanabara relata que soube do ato através uma notícia de véspera no Jornal do Brasil, e foi à Praça Nossa Senhora da Paz, onde a manifestação fazia sua concentração, dar seu apoio<sup>37</sup>:

A cena que encontrei foi a seguinte: do lado direito da praça para quem está virado para a Lagoa Rodrigo de Freitas estavam dezenas de jornalistas querendo entrar em contato com os organizadores da marcha. E do lado esquerdo, estavam os

<sup>37</sup>As fotos e informações sobre a Marcha da Maconha de 2002 a seguir foram consultadas no post “Tudo ou quase tudo que você não sabia a respeito da Marcha da Maconha em 4 de maio de 2002 no Rio de Janeiro”, relato de Luis Paulo Guanabara publicado no Blog da ONG Centro Brasileiro de Política de Drogas – Psicotropicus. Ver em <<http://psicotropicus-blog.blogspot.com.br/2014/02/tudo-ou-quase-tudo-que-voce-nao-sabia.html#more>>. Acessado em 20/02/2014.

manifestantes, os ativistas. Fiquei então sabendo que poucas horas antes ocorrera uma manifestação contra a realização da marcha. Saí de onde estavam os jornalistas e fui até o outro extremo da praça onde estavam os manifestantes, com roupas, faixas e alegorias muito criativas. Nessa época eu já era um ativista e pesquisador que tinha apresentado trabalhos sobre aspectos diversos da questão das drogas no Brasil e nos EUA, e acho que por isso comecei a conversar com os maconheiros sobre a importância daquela Million Marijuana March, mais uma cidade entre as quase trezentas que todo ano realizavam um evento daqueles no primeiro sábado de maio. (GUANABARA, “Tudo ou quase tudo que você não sabia a respeito da Marcha da Maconha em 4 de maio de 2002 no Rio de Janeiro”)

**Imagens 2 e 3** – Matérias dos jornais O Globo e Jornal do Brasil na véspera da primeira Marcha da Maconha carioca em 2002

## Rio pode ter marcha pró-maconha amanhã

Secretaria de Segurança não quis falar sobre o evento que acontece na cidade pela 1ª vez

O Rio pode sediar, amanhã, pela primeira vez, a Marcha Mundial da Maconha (Million Marijuana March), que acontece simultaneamente em mais de 192 cidades, desde 1997 em diferentes países. O evento está previsto para começar às 15h, na Praça Nossa Senhora da Paz. O fim da marcha será no Posto Nove, em Ipanema.

— Escolhemos o Posto Nove por que é um lugar identificado com a repressão ao usuário. Não esperamos muitas pessoas, mas o suficiente para organizarmos a marcha do próximo ano — disse a organizadora da marcha, uma psicóloga portuguesa de 25 anos, que pediu para não ser identificada.

Militante da organização não-governamental Cures-Not-Wash, que promove a "Million Marijuana March", a psicóloga

já participou da organização do evento em Amsterdã, na Holanda, e em Nova York, nos EUA. Os organizadores ainda não avisaram a polícia sobre a marcha. A Assessoria de Comunicação Social da Secretaria estadual de Segurança Pública não quis se manifestar sobre o assunto.

O deputado federal Fernando Gabeira (PT) disse apoiar o ato, mas se mostra cético em relação à participação do público:

— Vou passar lá para me colocar à disposição no que for possível. Já participei de marchas semelhantes em Londres. Mas acho que no Brasil ainda temos dificuldades para promover esses protestos de rua por que ainda trabalhamos com temas delicados como a repressão ao consumo. Mas a iniciativa é válida. ■

## Eles vão apertar

*Ipanema terá passeata pela maconha*

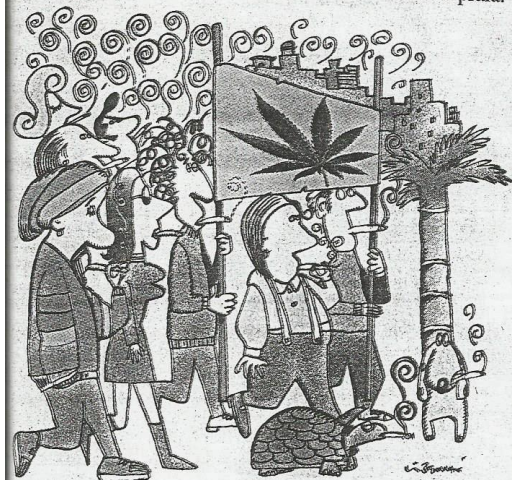
RICARDO FARIA

Tinha que ser em Ipanema. O bairro carioca da vanguarda, dos intelectuais, da tanga e de Vinícius, agora vai engrossar seu currículo como sede da primeira marcha brasileira pelo direito de apertar e acender um baseado sem o risco de acabar na delegacia.

Maconheiros e simpatizantes vão esticar as pernas neste sábado, a partir das

15h, da Praça Nossa Senhora Paz até o Porto 9, na Marcha Mundial da Maconha, que acontece pela primeira vez no Brasil.

O movimento, que visa a descriminar o consumo da erva alucinógena nasceu há cinco anos em Nova York. Promovida pela ong Cures-Not-Wash, a Million Marijuana March já acontece simultaneamente em 192 países e vai debutar no Rio no ponto mais liberal da praia.



JORNAL DO BRASIL  
3 MAIO 2002

ok  
ponto de  
unijon

Fonte: Guanabara/blog Psicotropicus

Guanabara conta que, ao falar para os manifestantes presentes, foi equivocadamente identificado pelos jornalistas como um dos organizadores do evento. Deu uma espécie de entrevista coletiva, explicando a causa defendida pela manifestação, sob os olhares das câmeras da mídia e também da Polícia Civil – o grupamento policial estava colhendo material para uma investigação na qual seria averiguada a suspeita de apologia às drogas e a possível ligação do protesto com o tráfico<sup>38</sup>. Apesar disso, a Marcha contou com a presença de algumas dezenas de pessoas e se deu de forma pacífica, sem conflitos. Seguiu da praça em

<sup>38</sup> Por fim, nenhum manifestante foi indiciado. Veja nos anexos I a VI notícias de repercussão à Marcha da Maconha e a investigação policial.

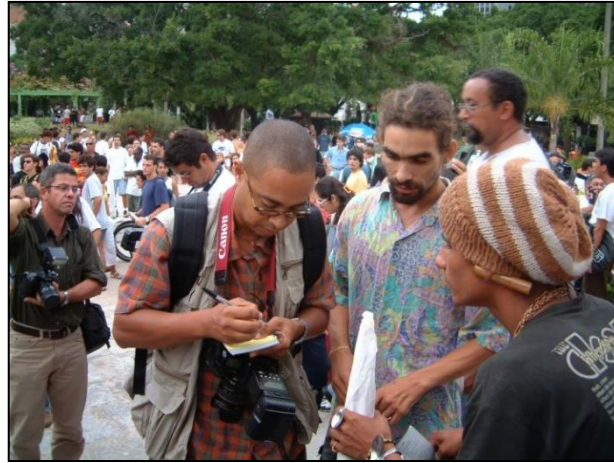


direção ao Posto 9<sup>39</sup>, conhecido como tradicional reduto de usuários de maconha na praia carioca. Veja a seguir algumas fotos disponibilizadas por Luiz Paulo Guanabara.

**Imagens 4 a 12 – Marcha Mundial da Maconha no Rio de Janeiro em 2002**



<sup>39</sup> A orla carioca é dividida em postos salva-vidas, que se tornaram ao longo dos anos pontos de referência para os frequentadores das praias.









Fotos: Luis Paulo Guanabara

A manifestação foi considerada um sucesso, e o evento se tornou uma espécie de “mito de origem” da Marcha da Maconha no país, contada e recontada por ativistas que logo se juntaram à causa. A narrativa diz que a proposta de realizar um ato pacífico e lúdico defendendo a legalização da maconha no Rio de Janeiro foi bem sucedida, a primeira Marcha da Maconha no país se realizou em clima de festa e “a semente foi plantada”<sup>40</sup>.

A descrição dos acontecimentos no primeiro evento deste tipo no Brasil nos ilumina alguns aspectos do fenômeno recorrentemente observados. Em primeiro lugar, a autonomia e a espontaneidade, relativas tanto à organização do ato – realizada neste momento inicial, segundo consta, por meio de uma iniciativa individual, isolada – quanto à capacidade do evento de atrair pessoas em adesão à proposta. Nota-se também o caráter lúdico da manifestação, observado no uso de adereços e a exposição de símbolos relacionados à maconha, a folha da planta e *baseadões* estilizados. À parte disso, a presença de jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas remete à visibilidade que o evento adquire a partir da cobertura realizada pela imprensa, e os efeitos da manifestação na opinião pública. O relato de Guanabara aponta também para outras características da manifestação: seu caráter relativamente improvisado, a tendência à identificação de lideranças ou representantes por parte da imprensa e da polícia, a própria presença da polícia, geralmente em relação tensa e conflituosa com o ato.

---

<sup>40</sup> Expressões metafóricas ligadas ao universo canábico são comuns nos discursos dos militantes, atribuindo um tom descontraído e bem-humorado às falas.

## 2.2 Coletivo Marcha da Maconha Brasil e a estruturação do movimento

Após a primeira edição em 2002, o próprio Guanabara, já como diretor da ONG Psicotropicus, e outros ativistas cariocas abraçaram a *ideia* da Marcha da Maconha e deram continuidade à iniciativa, promovendo a manifestação no Rio de Janeiro em 2004. Destaca-se nesse período o papel do fórum virtual Growroom<sup>41</sup>, possivelmente o primeiro espaço temático de sociabilidade e troca de informações sobre maconha no mundo virtual brasileiro, tendo como foco especial o auto-cultivo e o uso medicinal da cannabis<sup>42</sup>. Em um momento de popularização da internet no Brasil, o site, criado em 2002, deu lugar a uma inédita interação entre usuários de maconha conectados, tornando-se, nos anos que se seguiram, o principal espaço de articulação, incentivo e promoção da Marcha da Maconha e de um nascente “ativismo canábico”<sup>43</sup> no país.

Enquanto no Rio de Janeiro a Marcha Mundial da Maconha passou a ser realizada anualmente a partir de 2004, outras manifestações antiproibicionistas e Marchas da Maconha aconteceram nas cidades de Porto Alegre e São Paulo entre 2003 e 2006<sup>44</sup>. Entretanto, o movimento só veio a se organizar nacionalmente em 2007, quando ativistas articulados no Growroom criaram um site nacional específico para a manifestação<sup>45</sup>, com identidade visual e logomarca próprias, definindo o mês de Maio e o nome “Marcha da Maconha” para a versão brasileira do ato.

---

<sup>41</sup> <[www.growroom.net](http://www.growroom.net)>. Abordaremos o Growroom com mais enfoque ao longo do capítulo 3.

<sup>42</sup> O Growroom, que conta hoje com quase 50 mil usuários cadastrados, se tornou um dos maiores acervos colaborativos de informação sobre maconha e cultura canábica em língua portuguesa do mundo. Ver <<http://www.growroom.net/board/topic/49058-o-growroom-vai-alem-do-autocultivo/>>. Acessado em 08/09/2014.

<sup>43</sup> Entendendo “ativismo canábico” ou “militância canábica” como o engajamento pessoal de indivíduos na causa da legalização da maconha.

<sup>44</sup> Em 2003 foi realizada em São Paulo a I Passeata Verde, e no ano seguinte a II Passeata Verde foi reprimida violentamente pela polícia. Em 2005, uma Marcha da Maconha foi realizada dentro do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Em 2006, o Movimento Nacional pela Legalização das Drogas (já extinto) organizou uma passeata no Centro da cidade do Rio de Janeiro (RAJ, 2012).

<sup>45</sup> <[www.marchadamaconha.org](http://www.marchadamaconha.org)>



**Imagem 13** – Logomarca da manifestação



Fonte: Site da Marcha da Maconha

O site da Marcha da Maconha tornou-se o “cartão de visitas” público do movimento e sua criação representou maior alcance da manifestação e uma unidade mínima em nível nacional. Qualquer pessoa que procura por “Marcha da Maconha” na internet tem acesso à apresentação do movimento. Vejamos o que diz o texto de abertura do site:

O Coletivo Marcha da Maconha Brasil é um grupo de indivíduos e instituições que trabalham de forma majoritariamente descentralizada, com um núcleo-central que atua na manutenção do site [marchadamaconha.org](http://marchadamaconha.org) e do fórum de discussões a ele anexado. Apesar de existir tal núcleo, todo o trabalho é realizado de forma horizontal e coletiva entre uma rede de colaboradores, no qual os textos, artigos e todo tipo de trabalhos são compartilhados de acordo com as necessidades, disponibilidades e engajamento de cada um.

Ainda atendido esses critérios, todos somos apenas membros. Organizadores Locais, Organizadores Nacionais, Apoiadores, Colaboradores, sejam instituições ou indivíduos todos são membros do que atualmente se mantém existindo justamente graças à existência de uma rede de relacionamento entre instituições, profissionais, pesquisadores, ativistas, redutores de danos e membros da sociedade em geral engajados na questão. Mas todos somos membros desse Coletivo. Não temos líderes, coordenadores, caciques, nem presidentes. Muito menos presidentes honorários.

Gostaríamos tornar público que as responsabilidades do Coletivo Marcha da Maconha Brasil restringem-se às atuações de manter o site, o fórum e dar apoio na divulgação dos eventos locais. As responsabilidades pelas edições de cada cidade são dos organizadores locais, ainda que o Coletivo apóie essas edições com material de divulgação, procure orientar a melhor forma de realizá-las e ajude no diálogo entre as instituições e indivíduos. Em contrapartida, os créditos também são dos organizadores locais e o Coletivo entra apenas como apoiador dos eventos.

Os objetivos principais do Coletivo são: Criar espaços onde indivíduos e instituições interessadas em debater a questão possam se articular e dialogar; Estimular reformas nas Leis e Políticas Públicas sobre a maconha e seus diversos usos; Ajudar a criar contextos sociais, políticos e culturais onde todos os cidadãos brasileiros possam se manifestar de forma livre e democrática a respeito das

políticas e leis sobre drogas; Exigir formas de elaboração e aplicação dessas políticas e leis que sejam mais transparente, justas, eficazes e pragmáticas, respeitando a cidadania e os Direitos Humanos.

O Coletivo Marcha da Maconha Brasil reafirma que suas atividades não têm a intenção de fazer apologia à maconha ou ao seu uso, nem incentivar qualquer tipo de atividade criminosa. As atividades do Coletivo respeitam não só o direito à livre manifestação de idéias e opiniões, mas também os limites legais desse e de outros direitos.

Este site tem conteúdo e discussões destinados somente para maiores de 18 anos. Tem certeza que deseja entrar?

(Texto de abertura do Site da Marcha da Maconha  
<<http://marchadamaconha.org/>>)

O texto reforça alguns aspectos da estrutura organizacional, como a descentralização em núcleos locais autônomos, a ideia de horizontalidade – com a negação de relações hierárquicas e líderes – e a existência de uma rede de colaboração de ativistas em torno da manifestação. Esta rede passa a ser articulada em nível nacional através de uma lista de e-mails, que se constitui como um espaço virtual de interação direta entre os militantes, através da qual se comunicam tanto sobre questões práticas de organização das Marchas (inscrição das Marchas no calendário do site, produção de logotipos com o ano e o nome de cada cidade, postagem de material informativo no site etc); quanto sobre aspectos relativos ao próprio movimento, formas de organização, polêmicas, táticas etc.

Esse caráter reflexivo é marcante, expresso no constante olhar dos ativistas sobre a própria ação coletiva. Assim como no texto de abertura, que reflete a preocupação em definir claramente a concepção do movimento, o mesmo se percebe no discurso dos militantes, que buscam sempre ressaltar a descentralidade e horizontalidade da organização e combater práticas entendidas como autoritárias – mesmo que a definição do que são práticas autoritárias não seja um consenso, como veremos no próximo capítulo. Em âmbito nacional, a descentralização do movimento é compreendida pela inexistência de uma instância que canalize as decisões e ações. A rede do movimento é formada pelos diversos núcleos espalhados pelo território, iniciativas locais que, na prática, organizam as manifestações e tomam decisões executivas para sua realização, tendo responsabilidade e autonomia sobre todos seus aspectos<sup>46</sup>. O ambiente virtual em nível nacional oferece as bases para a

---

<sup>46</sup> Por isso é muito comum que, nas discussões sobre algum acontecimento ou divergência na organização da Marcha de alguma cidade específica, os militantes de outras cidades expressem sua opinião começando com a ressalva de que caberá apenas à organização local debater e decidir coletivamente que decisão tomar.

comunicação entre os diversos ativistas, grupos e instituições engajados no tema, permitindo que sejam compartilhadas experiências, estratégias e materiais de divulgação que vão ampliando e refinando o repertório do movimento – tomado como “um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolhas” (TILLY, 1995 apud ALONSO, 2009, p. 58). Essa articulação, iniciada a partir do surgimento do virtual “coletivo Marcha da Maconha Brasil” em 2007, permitiu que em torno da *ideia* da Marcha da Maconha se formasse de maneira inédita um movimento de rua pró-legalização no país.

Como ressalta o documento, o site passou a abrigar também um fórum de discussões (semelhante ao modelo adotado no Growroom), com tópicos divididos por cidades. Qualquer pessoa podia procurar por sua cidade e se juntar ao grupo de organização, ou criar um tópico para sua cidade para iniciar um núcleo local. Isso tornou a participação nas organizações locais mais acessível a interessados por todo o Brasil, fortalecendo a realização das manifestações e incentivando sua organização em mais cidades. Posteriormente, um “manual do organizador” foi disponibilizado para instruir de forma clara e objetiva ativistas e grupos interessados em promover o evento<sup>47</sup>. Tais iniciativas tiveram como consequência o estabelecimento de uma mínima unidade ao movimento e levaram à sua difusão, a partir de 2008, quando a Marcha da Maconha tomou proporção nacional e foi organizada em doze capitais do país.

---

<sup>47</sup> Ver anexo VII.

Imagem 14 - “Legalize Já! Cultive seus direitos”.



Panfleto nacional de divulgação da Marcha da Maconha 2008

### 2.3 Criminalização e legitimação

Um incidente no Rio de Janeiro, poucos dias antes da Marcha da Maconha da cidade em 2008, antecipou o que viria a acontecer de forma generalizada com o movimento a partir daquele ano. Na madrugada do dia 21 de Abril, cinco militantes foram presos na fila de uma casa de festas na zona sul da cidade, por estarem distribuindo panfletos de divulgação da manifestação, acusados pelos policiais de estarem fazendo apologia ao uso da droga. Os ativistas foram soltos em poucas horas e o processo foi posteriormente arquivado, mas foi o suficiente para a mídia cobrir o caso levar a notícia da manifestação ao conhecimento de um público muito superior ao que as panfletagens e divulgações militantes poderiam alcançar<sup>48</sup>.

Apesar do relevante crescimento das Marchas da Maconha em nível nacional, esse foi o início de um período crítico para o movimento, quando a própria manifestação passou a ser

<sup>48</sup> Reportagem do RJ-TV, da TV Globo: <<http://www.youtube.com/watch?v=glnKMPHtOZO>>. Acessado em 11/07/2014; Reportagem do Estadão: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,cinco-sao-presos-por-divulgarem-marcha-da-maconha-no-rio,160450>>. Acessado em 11/07/2014

proibida judicialmente em diversos estados, por supostamente fazer apologia ao crime e ao uso de drogas. O consumo de maconha durante as Marchas também era usado para justificar o impedimento à realização da manifestação. Dessa forma, poucos dias depois da prisão dos militantes cariocas, na véspera da realização da Marcha, a manifestação foi pela primeira vez proibida pelo Tribunal de Justiça do Rio, acolhendo representação do deputado federal Marcelo Itagiba (PMDB-RJ), ex-secretário de segurança pública do Estado.

No dia seguinte, marcado para a realização da manifestação, a polícia se fez presente com grande pelotão. Sem tempo hábil para questionar a proibição por meios legais, a organização carioca acatou a ordem judicial, explicando aos manifestantes que apareciam no local que a Marcha da Maconha tinha sido cancelada. Mesmo assim, um jovem advogado que caminhava com sua cadela foi levado à força para a delegacia, sob acusação de apologia, por carregar um pequeno cartaz onde se lia “A estupidez é a essência do preconceito. Legalize Cannabis”<sup>49</sup> (imagem 15, na próxima página). O rapaz foi solto algumas horas depois e o processo foi posteriormente arquivado, mas o caso garantiu, mais uma vez, certa repercussão ao evento, mesmo sem a sua efetiva realização<sup>50</sup>. O episódio evidenciou, por outro lado, que a proibição da manifestação, justificada como forma de evitar um suposto incentivo ao uso, resultava na prática na interdição de qualquer manifestação de pensamento em defesa de mudanças na legislação.

---

<sup>49</sup> Tecnicamente, sua cadela Sara é que foi levada à delegacia, pois era o animal que a princípio carregava o cartaz. Ver em <<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI2865336-EI5030,00-Marcha+da+Maconha+para+advogado+prisao+foi+truculenta.html>>. Acessado em 11/07/2014.

<sup>50</sup> Último Segundo: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/advogado-e-presos-em-quotquotmarcha-da-maconhaquotquot-no-rio-de-janeiro/n1237680290126.html>>. Acessado em 11/07/2014; UOL: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/2008/05/04/ult23u2156.jhtm>>. Acessado em 11/07/2014. Terra: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI2865252-EI306,00-Rio+preso+advogado+que+faria+apologia+a+maconha.html>>. Acessado em 11/07/2014.

**Imagem 15** – Jovem preso na Marcha da Maconha do Rio de Janeiro em 2008, proibida na véspera pela Justiça Estadual



Fonte: Blog Direito Pra Quem?<sup>51</sup>

A proibição de véspera da Marcha da Maconha do Rio de Janeiro se repetiu por todas as cidades com Marchas marcadas em 2008, com exceção de Recife, resultando, em alguns casos, em repressão policial sobre os manifestantes reunidos, com revistas arbitrárias, intimidações e mesmo o uso da força física. A criminalização do movimento foi vista pela militância como uma absurda censura prévia ao debate da legalização que a manifestação propunha levantar, mas também uma mostra de que o movimento começava a ocupar um espaço importante no debate público – e a incomodar. Inclusive, segundo alguns relatos, levantou-se dentre a militância, na época, a suspeita de que as proibições eram orquestradas, já que as ações dos Tribunais de Justiça dos Estados apresentavam o mesmo conteúdo textual, apesar de sua independência institucional.

Tais iniciativas, entretanto, ao invés de minarem as manifestações, resultaram em ganho de visibilidade do tema, com cobertura das proibições e conflitos pela mídia, tornando-se um incentivo para os ativistas. Para o “Maio Verde” de 2009 – como se tornou “tradição” chamar o mês em que se realizam as manifestações no país – a Marcha da Maconha foi programada por organizações locais novamente em treze cidades, apesar da expectativa de novas proibições.

<sup>51</sup> <<http://direitopraquem.blogspot.com.br/2010/04/hc-concedido-para-marcha-da-maconha.html>>. Acessado em 11/07/2014.

O grupo de ativistas que organizava a Marcha no Rio de Janeiro, no entanto, tomou a dianteira e solicitou à Justiça um *habeas-corpus* preventivo, devidamente concedido, garantindo assim a realização da manifestação na cidade. Entretanto, o Judiciário se mostrou dividido, pois seguiu impedindo a maior parte das Marchas da Maconha no país, de acordo com os critérios de cada Tribunal Estadual. De toda forma, as proibições em série das Marchas, sempre impetradas nas vésperas das manifestações como estratégia de desmobilização, passaram a gerar grandes debates e um fato político em âmbito nacional. Alçadas do desconhecimento e indiferença ao centro de debates calorosos na mídia impressa e televisiva, em universidades e rodas de fumo, a Marcha da Maconha foi se estabelecendo como um evento de conhecimento relativamente geral, marcando a presença do debate sobre a maconha na agenda pública, mesmo com as proibições – ou melhor, com a ajuda delas.

Alguns meses depois da manifestação, ainda em 2009, os militantes cariocas se articularam e enviaram uma representação à Controladoria Geral da República, pedindo que o caso da criminalização da Marcha da Maconha fosse levado ao Supremo Tribunal Federal (STF). A entidade máxima do judiciário nacional deveria afinal julgar se as manifestações constituíam apologia ou se eram livre expressão de pensamento, se podiam afinal ser proibidas ou não.

Enquanto os ativistas aguardavam o caso chegar ao STF, mais ou menos o mesmo panorama se manteve em 2010. A Marcha da Maconha no Rio de Janeiro, garantida pelo salvo-conduto novamente concedido, cresceu e contou com a presença estimada de quatro mil pessoas, enquanto outras Marchas da Maconha chegaram a mobilizar grande contingente de manifestantes, mas foram proibidas pelo país afora – resultando em alguns casos, mais uma vez, em repressão policial e prisões de manifestantes. A presença da polícia durante as Marchas se tornou uma constante, mesmo nos casos em que as manifestações estavam legalmente garantidas. A convivência entre os manifestantes e os policiais se estabeleceu definitivamente como um fator, potencialmente conflitante, com que as organizações locais tinham que lidar.

O ano de 2011 representou uma virada no impasse. Na madrugada do dia 23 de Abril, quatro militantes cariocas foram novamente presos enquanto panfletavam na Lapa, bairro boêmio da cidade<sup>52</sup>. O panfleto continha imagens de folhinhas da planta, argumentos pela

---

<sup>52</sup> Matérias sobre a prisão dos ativistas durante a panfletagem: Jornal O Globo <<http://oglobo.globo.com/rio/integrantes-da-marcha-da-maconha-sao-detidos-fazendo-panfletagem-pela-legalizacao-na-lapa-2792991>> Acessado em 10/01/2014. Portal de notícias G1 <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/04/jovens-sao-detidos-com-panfletos-da-marcha-da-maconha-no-rio.html>> Acessado em 10/01/2014. Jornal Folha de São Paulo <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/906276-integrantes-da-marcha->



legalização da maconha e uma convocação para o comparecimento ao ato. Dessa vez, segundo um dos ativistas envolvidos, os policiais buscaram negociar, oferecendo a liberação em troca de que parassem de distribuir os panfletos. Como se negaram a fazê-lo, foram detidos e levados à delegacia. Mais uma vez, a prisão não foi adiante e o processo foi posteriormente arquivado.

A divulgação da Marcha carioca naquele ano, garantida mais uma vez por um *habeas corpus* preventivo, contou até com a utilização de um avião publicitário no céu da orla da zona sul durante o fim de semana, com uma grande faixa divulgando local, data e hora do evento. A prisão dos ativistas, entretanto, gerou considerável repercussão na mídia, mais uma vez difundindo o debate sobre a Marcha e a legalização da maconha para além do que as divulgações militantes poderiam sonhar. O panfleto confiscado chegou a ser reproduzido em matéria do jornal O Globo<sup>53</sup>, principal periódico carioca, alcançando a mesa do café da manhã de milhares de pessoas. A Marcha do Rio de Janeiro ocorreu mais uma vez em clima de festa, com a presença estimada de cinco mil pessoas. Um grande contingente da Polícia Militar acompanhou o ato, de modo a “garantir o direito de manifestação”. Apesar do ambiente descontraído, perto do fim três manifestantes foram detidos e levados à delegacia – e logo soltos –, um por colar adesivos da Marcha em motocicletas da polícia, os outros dois por defenderem o rapaz que ia preso<sup>54</sup>.

---

da-maconha-sao-presos-no-rio.shtml> Acessado em 10/01/2014. Portal de notícias R7 <<http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/quatro-organizadores-da-marcha-da-maconha-sao-detidos-com-panfletos-na-lapa-20110423.html>>. Acessado em 11/07/2014. Programa Balanço Geral, TV Record: <<https://www.youtube.com/watch?v=sp7G1B2Ppv4>>. Acessado em 11/07/2014. Programa RJ no AR, TV Record: <<https://www.youtube.com/watch?v=ingEt875rfY>>. Acessado em 11/07/2014.

<sup>53</sup> Ver em <<http://oglobo.globo.com/rio/integrantes-da-marcha-da-maconha-sao-detidos-fazendo-panfletagem-pela-legalizacao-na-lapa-2792991>> Acessado em: 11/07/2014.

<sup>54</sup> Sobre a Marcha da Maconha carioca de 2011 e o caso das prisões, ver análise de Veríssimo (2011). Matérias sobre o ocorrido em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/05/dois-jovens-foram-detidos-apos-marcha-da-maconha-no-rio.html>>. Acessado em: 11/07/2014; e <<http://g1.globo.com/vc-no-g1/noticia/2011/05/internauta-registra-tumulto-em-marcha-da-maconha-no-rio.html>>. Acessado em 11/07/2014.



**Imagem 16** – Trecho do artigo 5º da Constituição em cartaz na Marcha da Maconha São Paulo/2011



Blog do Bruno Torturra <http://torturra.com/2011/05/22/nao-somos-conduzidos-conduzimos/>

Em São Paulo, assim como em outras das mais de vinte cidades com Marchas programadas no Brasil em 2011, mais uma vez a manifestação foi proibida de véspera, frustrando centenas de manifestantes que chegavam ao vão livre do Museu de Arte de São Paulo no dia marcado. Inconformados com a proibição, decidiram adaptar a bandeira do movimento e marchar contra a proibição *da Marcha da Maconha*. A organização local orientou que fossem guardados os materiais (cartazes, faixas, adereços, etc.) relacionados à maconha e a manifestação encontrava assim uma forma de acatar a decisão judicial, transformando a Marcha da Maconha em Marcha pela Liberdade, protestando pela liberdade de expressão e contra a censura e criminalização da Marcha da Maconha e dos movimentos sociais.

Não foi possível evitar, entretanto, que grande parte dos manifestantes, logo iniciada a caminhada, gritasse “Ei, polícia, maconha é uma delícia!”, em reação à aproximação de um grupo policial. Neste momento a Polícia Militar do Estado de São Paulo avançou por trás da multidão e passou a reprimir o ato com violência, agredindo e prendendo manifestantes. O Batalhão de Choque distribuiu cacetadas, jogou spray de pimenta no rosto de manifestantes e repórteres, lançou bombas de efeito moral e gás lacrimogênio, causando corre-corre e atingindo transeuntes alheios à manifestação numa das áreas centrais mais importantes da cidade.

A repercussão da confusão foi grande, com a veiculação em âmbito nacional das cenas de violência da polícia em plena Avenida Paulista. As mídias sociais e blogs amplificaram a difusão do caso, a partir do compartilhamento de reportagens, fotos e links de vídeos postados no *youtube* que mostravam a truculência e desproporcionalidade da repressão policial sobre pessoas pacíficas, segurando cartazes. Um dos trechos de um vídeo publicado chamou a atenção pelo nível da violência: um fotógrafo é derrubado no chão e, sem esboçar qualquer tipo de reação ou resistência, tem sua câmera quebrada e é espancado por vários policiais ao mesmo tempo<sup>55</sup>.

**Imagem 17** - Marcha da Maconha de São Paulo, 2011



Reproduzido do blog *No Fato*<sup>56</sup>

O caso tomou tamanha proporção que tornou-se tema de apreço de editoriais e colunas dos principais jornais, de juristas e desembargadores, da OAB e do Ministério Público. As opiniões foram unânimes em criticar o abuso policial e a censura ao debate manifestado pelas proibições prévias das Marchas da Maconha. O caso adquiriu contornos mais amplos que o debate sobre a legalização da maconha em si, ganhando a adesão de outros movimentos e organizações da sociedade civil, em torno da defesa da liberdade de expressão e manifestação como direitos básicos da cidadania, necessários para a democracia. Uma nova Marcha pela

<sup>55</sup> “Repórter da TV Folha e manifestante são agredidos pela polícia na marcha da Maconha”. Ver em <[www.youtube.com/watch?feature=player\\_embedded&v=fCfxshW2OME](http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=fCfxshW2OME)>. Acessado em 10/06/2014.

<sup>56</sup> <[http://blogsergio.net/page\\_78.html](http://blogsergio.net/page_78.html)> Acessado em 09/06/2014.

Liberdade foi organizada na semana seguinte, em 35 cidades, contando com a presença de milhares de pessoas<sup>57</sup>.

Poucos dias depois, possivelmente influenciado pela repercussão pública da repressão à Marcha da Maconha de São Paulo, o STF julgou a ação iniciada dois anos antes pela militância. A sentença, definida por pelos juízes unanimidade, determinou a legalidade da realização das Marchas da Maconha no país, garantidas pelos direitos constitucionais de reunião e de livre expressão do pensamento, não podendo ser confundidas com os artigos que tipificam apologia ou incitação ao crime e impedidas, dessa forma, de serem proibidas. Além disso, os juízes ressaltaram a importância da discussão do tema, já que havia indícios de que a política de drogas vigente era ineficaz no combate ao consumo e contribuía para agravar problemas sociais como corrupção, violência e encarceramento.

O julgamento foi considerado pela militância um marco histórico que, ao garantir os direitos civis de liberdade de reunião, expressão e manifestação, significava a aceitação da Marcha da Maconha como uma manifestação cultural e política legítima que defende mudanças na legislação. Podemos dizer, assim, que o julgamento do STF assegurou simbolicamente o lugar do movimento enquanto segmento da sociedade civil organizada. Segundo Scherer-Warren (2006), o conceito de “sociedade civil” tende a ser utilizado genérica e contemporaneamente dentro de um modelo que divide a realidade em três: Estado, mercado e sociedade civil. A sociedade civil nesse modelo se configura como um campo amplo, formado por um conjunto múltiplo e diverso de segmentos e forças sociais, relacionado de maneira geral à esfera da defesa da cidadania, voltada para interesses públicos e valores. Esta característica distingue a sociedade civil do Estado e do mercado, pautados pela racionalidade do poder, da regulação e da economia. Sendo assim,

“a sociedade civil é a representação de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 110).

---

<sup>57</sup> Ainda assim, em São Paulo, a Marcha pela Liberdade foi proibida por um desembargador que afirmava que a Marcha Pela Liberdade era na verdade a Marcha da Maconha “disfarçada”. Mesmo com a proibição, a organização local entrou em acordo com os policiais e a manifestação se realizou sem grandes tumultos. Ver: <<http://www.brasildefato.com.br/node/6593>>Acessado em 18/09/2014.  
<<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/05/marcha-da-liberdade-termina-na-praca-da-republica.html>>  
<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia/2011/06/18/marcha-da-liberdade-reune-mil-pessoas-na-av-paulista.jhtm>  
<http://outraspalavras.net/posts/22-razoes-para-ir-a-marcha-da-liberdade/>  
<http://coletivodar.org/2011/05/marcha-da-liberdade/>

Para Alexander (1998), “os movimentos sociais podem ser vistos como mecanismos sociais que constroem traduções entre o discurso da sociedade civil e os processos institucionais específicos” (p. 13), relacionando problemas práticos, em esferas específicas, às premissas simbólicas centrais da sociedade. Eles não são, portanto, entendidos apenas como simples respostas aos problemas existentes, mas como respostas à possibilidade de *construir* problemas convincentes em esferas específicas de conflito, e de transmitir essa realidade ao conjunto da sociedade. Nesse sentido, o movimento Marcha da Maconha, através de manifestações públicas anuais espalhadas pelo país, mostrou-se capaz de construir uma *questão* em relação à política de drogas, tendo por referência a defesa de valores sociais centrais: cidadania, liberdade individual, combate à corrupção, à discriminação e à violência. Sua motivação e legitimidade passam também pela defesa do direito à liberdade de reunião, expressão e manifestação, referência a obrigações criadas pela sociedade civil.

A busca por esse reconhecimento se coaduna com o que Melucci (1996) afirma, sobre a ação coletiva do tipo antagonista ser uma *forma*, que por sua própria existência, com seus modelos de organização e expressão, transmite uma mensagem para o resto da sociedade. Assim, a simples existência da Marcha da Maconha transmite uma mensagem, a mensagem de que está posta uma questão, e que há um coletivo de cidadãos engajados em promover sua mudança. Para Melucci, nesses casos, os objetivos instrumentais típicos da ação política tornam-se pontuais, até mesmo substituíveis. No período em que a Marcha passou a ser criminalizada como apologia, nesse sentido, o movimento deu um passo atrás e seu principal objetivo instrumental passou a ser a própria possibilidade de existir enquanto movimento e se expressar, de ser reconhecido socialmente enquanto parte da sociedade civil e transmitir sua mensagem.

O período de 2008 a 2011, apesar das derrotas pontuais e frustrações das Marchas impedidas, foi portanto de fortalecimento e expansão do ativismo, assim como de aumento do número de participantes e de cidades que organizam o evento – possivelmente em reação ao que as proibições simbolizavam. O movimento cresceu exatamente em torno da disputa por sua possibilidade de existir, obtendo o apoio de diversas instituições e personalidades. Ano após ano, advogados que se juntaram à causa encamparam batalhas jurídicas de *habeas corpus* e liminares na tentativa de garantir as Marchas.

Por outro lado, houve um movimento de adequação e uma preocupação da militância em deixar claro, através do site (vide texto de abertura), de materiais impressos ou de pronunciamentos realizados durante as Marchas que a manifestação não estimulava o uso da

maconha, estando em conformidade com a lei. O veredicto final foi considerado uma vitória definitiva do movimento canábico – sua possibilidade de existir. A decisão realizou simbolicamente a legitimação da manifestação e marcou a presença do debate sobre a legalização da maconha e a atual política proibicionista na agenda pública. De maneira mais ampla, a decisão foi considerada uma amostra da capacidade da população de pressionar, através de manifestações públicas, instituições do Estado democrático, a fim de garantir o respeito à cidadania e aos direitos humanos.

A decisão do STF ofereceu maior segurança jurídica e retirou qualquer carga de clandestinidade que ainda pudesse haver no ativismo das organizações das Marchas da Maconha. Esses aspectos contribuíram para o aumento de iniciativas locais e a aglutinação de novos atores na defesa da legalização da maconha e na organização do evento. Desde 2011 o número de Marchas da Maconha realizadas no Brasil segue crescendo, ocorrendo também em cidades médias e pequenas. Em 2013, mais de quarenta cidades realizaram Marchas da Maconha no país, algumas delas contando com aproximadamente dez mil pessoas, como as de São Paulo e Rio de Janeiro.

**Imagem 18** - Marcha da Maconha 2013 no Rio de Janeiro



Arquivo do Autor



**Imagem 19** – Marcha da Maconha 2013 em São Paulo



Fonte: site Coletivo DAR<sup>58</sup>

## 2.4 Movimentos sociais, política e identidade

Antes de passar às questões suscitadas durante a pesquisa junto ao núcleo de organização da Marcha da Maconha carioca, pretendo neste momento abordar algumas interpretações teóricas de estudos dos movimentos sociais, sobre processos de mobilização coletiva baseados em pertencimentos culturais ou identitários. Procuo, desta forma, estabelecer uma base analítica, através da qual se possa melhor compreender a manifestação enquanto um caso significativo de ação coletiva na contemporaneidade. Busco assim caminhos para a apreensão dos seus sentidos e do que sua existência nos diz sobre a sociedade brasileira.

Para tanto, é preciso remeter à década de 1960, quando diversas manifestações públicas na Europa e nos EUA passaram a levar às ruas demandas de grupos sociais que não se definiam por classe, mas principalmente por etnia (o movimento pelos direitos civis),

<sup>58</sup> O DAR (Desentorpecendo a Razão) é um coletivo antiproibicionista que participa da organização da Marcha da Maconha e de outros eventos em São Paulo, assim como tem um site com produção de conteúdo próprio, coberturas e outras notícias e manifestos relacionados ao tema das drogas. Foto retirada de post em: <<http://coletivodar.org/2013/06/tao-linda-quanto-historica-marcha-da-maconha-reune-10-mil-pessoas-em-sao-paulo/>> Acessado em Junho/2014.

gênero (movimento feminista) e estilos de vida (o pacifismo e o ambientalismo). Como explica a socióloga brasileira Angela Alonso (2009), essas ações contestatórias tinham como protagonistas não os “trabalhadores”, tradicionais atores de mobilizações coletivas, mas jovens, mulheres, estudantes, profissionais liberais, principalmente de classe média. Eles apresentavam demandas simbólicas, “pós-materiais”<sup>59</sup>, ou seja, não mais voltadas para condições de vida ou redistribuição de recursos, mas para a *qualidade* de vida, para a afirmação da *diversidade* de estilos de viver a vida, para o reconhecimento de novas identidades e valores de minorias.

É também neste período que aflora o movimento cultural e filosófico conhecido como *Contracultura*, marcado pela quebra de paradigmas morais e a revisão de costumes, com o questionamento do *status quo* levado a cabo principalmente por jovens que buscavam maior liberdade frente às obrigações sociais impostas. Estava em voga a idéia da experimentação, na arte, nos modos de vida, no corpo, na consciência – através da meditação, do uso da maconha, dos alucinógenos. A ideologia hippie, os grandes festivais de rock e a psicodelia marcavam o ambiente cultural da juventude de classe média do “primeiro mundo” neste momento. O que significavam essas formas particulares de resistência?

Segundo os principais teóricos dos chamados “novos movimentos sociais”, Alain Touraine, Jürgen Habermas e Alberto Melucci, tais mobilizações generalizadas podiam ser compreendidas principalmente como expressões de mudanças macroestruturais na sociedade capitalista, ocorridas durante o século XX, que levaram à alteração de dinâmicas sociais e ao surgimento de novos atores – e novas formas de conflito. Touraine (1989) explica que a idéia anterior, de que a sociedade industrial era dominada pela economia, situava os conflitos fundamentais no setor produtivo, tornando o trabalhador das fábricas seu principal ator contestatório. Com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, a produção e o controle de alta densidade de informação, e a interdependência entre técnica e cultura características da sociedade pós-industrial, um novo modelo de dominação eminentemente cultural se impõe. Baseado na intervenção da ciência e da tecnologia nas relações sociais, signos e identidades, este modelo teria levado ao que Habermas (1981 apud ALONSO, 2009) chamou de “colonização do mundo da vida”.

Dessa forma, na sociedade pós-industrial, complexa, “de massas”, ou, como chamou Melucci, “sociedade da informação” (1989, 1997), as linhas divisórias entre o mundo público e privado se desfazem, levando a mudanças nas subjetividades. A principal consequência

---

<sup>59</sup> Termo cunhado por Inglehart (1971 apud ALONSO, 2009)

desse processo é o surgimento de novas zonas de conflito, que se expandem para além do mundo do trabalho e avançam sobre a vida cotidiana, as relações interpessoais, familiares e sexuais, a identidade biológica e a relação com o corpo – tomado ao mesmo tempo como objeto científico (medicalizado), e como objeto da moda, do consumo (padronizado). Os movimentos de mulheres, homossexuais, jovens, ambientalista e a Contracultura são interpretados como efeitos desse deslocamento.

Outro efeito do desenvolvimento das informações e comunicações, segundo os autores, foi o enfraquecimento do papel dos intermediários nos conflitos, pois as reivindicações sociais não dependiam mais de sindicatos ou partidos mediadores. Esse aspecto reaproximou a base social da ação coletiva, fundada na participação direta e na espontaneidade, constituindo-se como uma prática de autonomia individual (TOURAINÉ, 1989, p. 8). O espaço público se torna, nesse contexto, o espaço preferencial para a atuação dos movimentos sociais, na busca por visibilidade e a extensão de suas demandas para o conjunto da sociedade:

(...) grandes manifestações na praça pública, incluindo a participação de simpatizantes, com a finalidade de produzir visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes (no sentido político-pedagógico) e para a sociedade em geral, como uma forma de pressão política das mais expressivas no espaço público contemporâneo (SCHERER-WARREN, 2006, p.112).

Além da novidade dos atores envolvidos nas manifestações, os movimentos sociais identitários passam a adotar como estratégia política a ação direta e pacífica dirigida à sociedade civil, buscando mudanças graduais nas orientações valorativas, na sociabilidade e na cultura, a serem alcançadas através do convencimento público e da persuasão. (ALONSO, 2009, p. 51). Em um contexto onde a “opinião pública” é formada por um conjunto amplo de grupos de pressão, interesses e conflitos cada vez mais autônomos, eles aparecem como um novo ator coletivo, portador de um projeto cultural, agente de pressão social por mudanças rumo a uma nova sociedade, demandando uma democratização a ser construída no plano não apenas das leis, mas também dos costumes. As grandes lutas reivindicatórias, nesse contexto, passam a ser feitas não apenas em nome do trabalhador, definido por sua atividade laboral e corte de classe, mas em nome de coletividades, definidas por formas de viver a vida, de ser e estar no mundo. Os problemas no âmbito do trabalho não deixam de existir, mas são englobados num conjunto mais amplo e deixam de ter um papel central (TOURAINÉ, 1989, p. 8-10).



Nas sociedades complexas, se por um lado a experiência do “eu” é atravessada por uma codificação socialmente produzida, ao mesmo tempo há a crescente possibilidade, para os atores sociais, de controlarem e orientarem suas ações, definindo-se enquanto *sujeitos* (MELUCCI, 1996, p. 4). A categoria de “sujeito” esteve sempre associada nas grandes tradições históricas, religiosas, filosóficas e políticas de pensamento a um princípio superior, uma concepção universalista e abstrata, separada da experiência, motivo pelo qual muitos estudiosos declararam a “morte do Sujeito” na sociedade contemporânea (GOHN, 2006). Mas, é neste processo de dissolução do Sujeito abstrato que nasce o Sujeito pessoal, afirma Touraine (1997 apud GOHN, 2006). A categoria passa a se referir ao ator, dotado de agência e reflexividade, que luta pela produção e determinação de si próprio. O indivíduo que faz de suas experiências a base para construção de si mesmo, empoderado como ator de sua própria história de vida. O Sujeito individual busca, dessa forma, a afirmação de sua liberdade frente às ordens sociais, a partir de pertencas herdadas ou resistência a uma determinada regra, contra o poder normatizador e seus aparatos, as ideologias e autoritarismos que querem adequá-lo ao mundo ou à comunidade.

**Imagem 20** – “Nem criminoso nem doente, Legaliza”. Auto-determinação e demandas de usuários na Marcha da Maconha, Rio de Janeiro/2013



Arquivo do Autor

Essas considerações nos levam a algumas reflexões sobre o movimento em estudo pois, para além da articulação coletiva de militantes engajados na organização das

manifestações, a visibilidade e força simbólica da Marcha da Maconha deve-se em grande medida à adesão de centenas (em alguns casos milhares) de pessoas que fumam maconha e comparecem espontaneamente aos atos, tomando o movimento como seu. Há, portanto, um caráter central de afirmação dessa categoria amplamente definida como “usuário de maconha”, que forma a base social e dá origem ao movimento. Indivíduos que fumam maconha de forma recreativa, mais ou menos regular, compartilhando saberes *outsiders* e uma “cultura canábica” específica, criminalizados pela lei e reprovados pela moral estabelecida, participam autonomamente das manifestações, buscando com isso também seu reconhecimento social: onde existia a repressão ao “maconheiro” surge a reivindicação, a oposição, a luta pela liberdade de escolha, de pensamento, de direito ao corpo, de cidadania.

Por ser um costume não apenas estigmatizado como também legalmente criminalizado, a figura genérica do “usuário” é socialmente invisibilizada, na medida em que pessoas reais que fumam maconha tendem a esconder sua conduta, sempre que necessário, de modo a evitar sanções legais. O discurso do senso comum sobre o “usuário” é assim construído sobre um “outro” sempre distante, posto que não é socialmente identificado. A Marcha da Maconha tem como efeito simbólico, nesse sentido, dar voz e visibilidade a um considerável e diverso contingente de indivíduos que têm a prática de fumar maconha em comum. Ainda que não se identifiquem com os estereótipos depreciativos que se veiculam sobre a figura do “usuário”, compartilham em maior ou menor grau essa espécie de “condição”.

Podemos portanto interpretar a auto-afirmação de usuários e a celebração da “cultura canábica” na Marcha da Maconha como um ato político, a expressão de um sujeito coletivo em processo de constituição e afirmação. Parte-se da ideia de que uma solidariedade coletiva – oriunda da experiência compartilhada de fumar maconha e do intercâmbio de significados em relação a essa prática – é reforçada simbolicamente entre os participantes da manifestação, ao se reconhecerem enquanto membros do mesmo “grupo”; o pertencimento a essa comunidade imaginada de indivíduos é normalmente ocultado e revestido de um caráter desviante. Nas manifestações ele é ritualizado, ressignificado, reforçado, valorizado, exposto e tomado como bandeira, expressão de orgulho. Por esse motivo fala-se do movimento de “sair do armário”, expôr-se publicamente e afirmar-se coletivamente. Esse movimento pode ser visto como a resistência de um novo sujeito coletivo a um padrão normativo de reprovação moral, patologização médica e proibição legal do uso da maconha.

Imagem 21 – Arte: Juca



<<http://blogdocajus.blogspot.com.br/>>

Não à toa, Touraine (1989) observa que os “novos sujeitos” em movimentos sociais tendem a ser formados por grupos marginalizados em relação aos padrões impostos de normalidade sociocultural, podendo surgir de todos os grupos excluídos. Segundo o autor, o enquadramento do conflito em função da marginalidade provoca a reinterpretação da marginalidade em termos de conflito. Isso faz com que onde existia apenas a repressão ao desvio, apareçam a reivindicação e a oposição. Assim, o movimento LGBTT<sup>60</sup> combate a homofobia, o movimento de mulheres combate o machismo, e o movimento negro combate o racismo. Um nascente movimento canábico, que aqui buscamos enfatizar, combate o preconceito, a “ceticidade” e o proibicionismo. Podem ser considerados Movimentos contra opressões, impostas a grupos de minorias, que representam lutas libertárias.

Como observa o historiador Henrique Carneiro (2011), a defesa dos direitos de consumidores de “drogas” compartilha o mesmo fundamento filosófico do feminismo e do movimento homossexual: a livre disposição sobre o próprio corpo. Ele conta que essa autonomia, oficialmente conquistada em diversos terrenos como uma das bases da democracia

<sup>60</sup> Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

moderna, foi ampliada na segunda metade do século XX com a ascensão de movimentos político-culturais internacionais que asseguraram o direito à privacidade, à intimidade, à liberdade de pensamento e expressão. Os usuários de drogas ainda não tem esse direito assegurado.

Nesse caso, o ato definidor da categoria não é auto-evidente, não é um *estigma* marcado no corpo. É, portanto, passível de ocultação. Uma pessoa pode fazer uso regular de maconha sem que outros com quem convive necessariamente saibam ou a identifiquem socialmente como um “maconheiro”. Essa possibilidade aproxima em teoria a posição de desviante do usuário de maconha com a de “homossexuais”. Em alguns casos, a opção sexual e a identidade de gênero são conscientemente manipuladas pelos indivíduos, gays, lésbicas, bissexuais, travestis ou transexuais que não necessariamente são identificadxs no espaço público enquanto tal.

Nesse sentido, é ilustrativo o fato de o processo de visibilização e demanda de reconhecimento de usuários expresso na Marcha da Maconha ser comparado por seus ativistas ao movimento LGBTT. “Sair do armário” e “assumir a identidade” publicamente tem um valor político e simbólico importante frente às pressões sociais, no sentido de desconstruir preconceitos e discriminações – processo central na afirmação do movimento LGBTT desde o fim da década de 1970. Ambos os movimentos representam um processo de mudança social em andamento, onde grupos abertamente estigmatizados e marginalizados, que tendiam ao comportamento clandestino, passam cada vez mais a se auto-afirmar e reverter os sinais valorativos do “rótulo”, expressando orgulho de ser aquilo que originalmente era usado em um sentido acusatório.

É preciso atenção, entretanto, para não reificar ou essencializar a ideia de identidade, como se o fato de um indivíduo se identificar como “usuário de maconha” ou “gay” englobasse tudo que uma ele é. As sociedades contemporâneas são marcadas por uma crescente multiplicação de sistemas de significação e representação cultural, em um contexto onde multiplicam-se também as identidades possíveis. Não caberá aqui fazer uma revisão aprofundada do tema, muitos autores refletiram sobre como o indivíduo moderno, em sociedades complexas, tem uma experiência fragmentada e não se identifica a partir de uma matriz única e total, como definia o Iluminismo. Dessa forma a identidade deixa de ter o sentido essencialista e fixo tradicional, para tornar-se plural, múltipla, por vezes contraditória, assumindo uma condição interacionista: móvel, condicional, relacional; construída e reformulada permanentemente de acordo com a forma como é representada ou acionadas nos diversos grupos sociais freqüentados pelo sujeito. Diferentes identidades são assim acionadas

de acordo com o contexto vivido, e não se unificam em um “eu” coerente, mas se deslocam, se desfazem, se refazem, se reinventam (HALL, 2011).

Sobre esse ponto, Giddens (1990), afirma que a vida na modernidade toma uma forma reflexiva, onde “as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz das informações recebidas sobre aquelas próprias práticas, alterando, assim, constitutivamente, seu caráter” (apud HALL, 2011, p. 15). As sociedades modernas, a partir da segunda metade do século XX, são, portanto, caracterizadas pela “diferença”, atravessadas por relações de poder, antagonismos e divisões sociais que produzem múltiplas “posições de sujeito”. Como já foi dito, a classe social não é mais suficiente para definir uma identificação “mestra”, que prepondera sobre as outras e as unifica. Nenhuma é. Novas e múltiplas identidades emergem dentro da base política definida pelos novos movimentos sociais. Elas na prática se modificam de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado na vida social. A identidade torna-se politizada: “Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política da identidade (de classe) para uma política da *diferença*.” (HALL, 2011, p. 22).

Essa diferença, que marca a diversidade e especificidade do ser, atua especialmente quando o Sujeito individual torna-se coletivo, colocando-se em movimento. A experiência de aderir a um Sujeito Coletivo constitui e posiciona indivíduos na história dos processos sociais, culturais e políticos de uma sociedade, conferindo-lhes protagonismo e ativismo (GOHN, 2006). Eles se tornam, assim, atores sociais, agentes de seu tempo, história e identidade, reconhecidos objetivamente e reconhecendo-se subjetivamente como membros de um coletivo. Alonso (2009) reforça que, ao incluir o aspecto subjetivo, a teoria dos novos movimentos sociais se configura como uma teoria cultural para a formação dos movimentos sociais, que explica a conversão de cidadãos comuns em ativistas por meio de um processo ao mesmo tempo racional e emocional (pp. 66-67).

Melucci (1988,1989 apud ALONSO, 2009, p.65-66) afirma que parte importante da atividade dos movimentos consiste exatamente no processo de construção dessa identidade coletiva, que pode ser vista como uma definição interativa e compartilhada, permanentemente sujeita à redefinição, produzida na ação coletiva à medida que os atores se comunicam, produzem e negociam significados, avaliam e se reconhecem entre si, e tomam decisões conjuntas. A ação coletiva tem, portanto, um surgimento historicamente definido, possui organização, estratégias, lideranças, e se realiza a partir de “redes de relacionamento”, de onde ocorrem as interações entre os indivíduos.

A identificação com a posição de usuário de maconha é central para entender a dinâmica de pertencimento e a participação de milhares de pessoas na Marcha da Maconha, assim como os efeitos simbólicos dessa exposição no conflito em que o movimento se insere. É interessante observar, entretanto, que, tanto no que se refere aos participantes que engrossam a manifestação, quanto àqueles que se engajam no seu planejamento e organização, a Marcha da Maconha é composta por uma gama de atores que não se resume a um movimento “de usuários”, definindo-se formalmente de maneira mais ampla. Vejamos o que diz sua carta de princípios:

A Marcha da Maconha Brasil é um movimento social, cultural e político, cujo objetivo é levantar a proibição hoje vigente em nosso país em relação ao plantio e consumo da cannabis, tanto para fins medicinais como recreativos. Também é nosso entendimento que o potencial econômico dos produtos feitos de cânhamo deve ser explorado, especialmente quando isto for adequado sob o ponto de vista ambiental.

A Marcha da Maconha Brasil não é um movimento de apologia ou incentivo ao uso de qualquer droga, o que inclui a cannabis. No entanto, partilhamos do entendimento de que a política proibicionista radical hoje vigente no Brasil e na esmagadora maioria dos países do mundo é um completo fracasso, que cobra um alto preço em vidas humanas e recursos públicos desperdiçados.

A Marcha da Maconha Brasil não tem posição sobre a legalização de qualquer outra substância além da cannabis, a favor ou contra. O nosso objetivo limita-se a promover o debate sobre a planta em questão e demonstrar para a sociedade brasileira a inadequação de sua proibição.

A Marcha da Maconha Brasil tem como objetivo agregar todos aqueles que comunguem dessa visão, usuários da erva ou não, que desejem colaborar de alguma forma para que a proibição seja derrubada. Os que estão presos pelo simples fato de plantar a cannabis para uso pessoal são considerados presos políticos, assim como todos aqueles que estão atrás das grades sem ter cometido violência nenhuma contra ninguém, por delitos relacionados a esse vegetal que o conservadorismo obscurantista teima em banir.

Para atingir os seus objetivos, a Marcha da Maconha Brasil atuará estritamente dentro da Constituição e das leis. Não abrimos mão da liberdade de expressão, mas também não promovemos a desobediência a nenhuma lei. Entretanto, reconhecemos que se a sociedade tem o dever de cumprir a lei elaborada e aprovada por seus representantes eleitos, os legisladores devem exercer a sua função em sintonia com a evolução da sociedade.

Uma vez por ano, simultaneamente com o movimento internacional Global Marijuana March, a Marcha da Maconha Brasil organizará e convocará manifestações públicas pela legalização da cannabis. Além disso, também poderão ser organizadas outras atividades, tais como seminários, conferências e debates, inclusive em colaboração com outros grupos e movimentos, nacionais e estrangeiros.

(Carta de princípios da Marcha da Maconha Brasil  
<<http://blog.marchadamaconha.org/carta-de-principios-da-marcha-da-maconha-brasil>>)

O documento reforça alguns pontos já destacados, como o fato de a manifestação não incentivar o uso de maconha ou qualquer outra “droga”, respeitando as leis e exigindo ser respeitada enquanto expressão da sociedade civil organizada; e seu âmbito global, em alinhamento com um movimento internacional de manifestações e protestos públicos pela legalização da maconha. O que busco chamar atenção, entretanto, são pontos relativos à identidade coletiva do movimento, que se apresenta externamente como uma relativa unidade mas, internamente, contém concepções, enfoques e formas de ação bastante diversos.

Nesse sentido, é relevante o fato de o movimento deixar claro que não adota uma posição definida sobre a legalização de outras drogas além da maconha; e não se coloca como um movimento apenas de usuários. Esse pontos logo sugerem que há na militância indivíduos e grupos que divergem com relação à legalização de outras drogas, assim como não necessariamente se identificam com a posição de usuário, e entendem que a causa se justifica por outros motivos além do aspecto do consumo individual.

Como pretendo mostrar no próximo capítulo, esses pontos explicitados na carta de princípios evidenciam um esforço coletivo para a construção de uma definição “genérica” que englobe a diversidade de atores que compõe o movimento, expressando apenas aquilo que, no meio de certas diferenças, “une” o grupo. Essa constatação está em consonância com o conceito de “rede de movimento social”, tal como definido por Scherer-Warren (2006), que pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem atores ou situações antagônicas que devem ser combatidas e transformadas.

O sujeito coletivo da Marcha da Maconha, portanto, se identifica genericamente a partir do objetivo comum de legalizar a maconha, definindo-se em oposição a sua proibição. Este pertencimento se combina à estratégia de dar visibilidade à luta pela legalização através de manifestações de rua, demarcando espaço nos diferentes campos da vida social. O movimento, articulado em forma de rede, permite assim aglutinar e manter uma unidade no meio de uma diversidade de atores que tem na defesa da legalização da maconha e na crítica à política proibicionista seu ponto em comum. Isso possibilitou a construção e manutenção de uma agenda de manifestações anuais que trouxeram uma notoriedade inimaginável à causa e geraram um impacto positivo na esfera pública nacional em seus dez anos de existência.

A definição de “rede de movimento social” a partir de valores, objetivos ou projetos em comum, exposta por Scherer-Warren, não por acaso se aproxima do que Gilberto Velho chamou de “projeto social” (2004a), que engloba diferentes projetos individuais a partir de

uma percepção e vivência de interesses comuns. Velho ressalta que o sucesso do projeto depende não apenas de sua eficácia simbólica, ou seja, de sua capacidade de mapear e dar sentido a emoções e sentimentos individuais, mas também de sua eficácia política, ou seja, de estabelecer uma definição de realidade convincente, coerente e gratificante. O potencial intrínseco do projeto está, portanto, associado à possibilidade do grupo de divulgá-lo, implicando em processos de dinâmica social e relações de poder (VELHO, 2004a, p. 33-34). Sujeitos coletivos como a Marcha da Maconha, dessa forma, adquirem capacidade de interlocução com a sociedade: propõem ações, criam e desenvolvem uma identidade ao grupo que o compõe, baseado em valores e significados compartilhados, e expressam demandas de naturezas diferentes, tornando-se capazes de interferir nos processos sociais (GOHN, 2006).

Essas reflexões nos são valiosas para avaliar a eficácia do projeto da Marcha da Maconha, surgido em um contexto de popularização da internet, dando lugar a novas formas de articulação em rede e divulgação de conteúdo através de redes sociais virtuais em novas tecnologias de comunicação. Essas inovações possibilitaram que uma diversidade de atores, com perspectivas potencialmente conflitantes, se unissem em torno da causa em comum.



### 3 TENSÕES NA ORGANIZAÇÃO

Por sua característica de organização em núcleos locais autônomos, sem qualquer tipo de institucionalização além das diretrizes expostas no site, o processo de construção da Marcha da Maconha adquire uma dinâmica própria em cada cidade em que é realizada. A definição dessa dinâmica de organização e a forma como são tomadas as decisões em nível local nem sempre são consensuais e livres de disputas, estando sujeitas às diferentes concepções dos indivíduos e grupos que se juntam na ação coletiva. Os conceitos de horizontalidade e descentralização que norteiam o movimento, por exemplo, parecem bem definidos no âmbito nacional (na relação entre os diversos núcleos locais e na comunicação virtual nacional), mas não tanto quando buscam ser aplicados nas organizações locais. Além disso, outras diferenças marcam a atuação dos indivíduos e grupos que participam da organização da Marcha no Rio de Janeiro.

Neste capítulo, buscarei contextualizar a organização carioca e mapear os grupos de ativistas que têm historicamente polarizado o processo coletivo de construção da manifestação. Inicialmente, minha compreensão de que a “Marcha da Maconha” é foco de disputa se deu em uma reunião de organização de outro evento, chamado “Dia Nacional pela Legalização da Maconha” (ver seção 3.1). Para compreender esse debate, será preciso remeter a uma crise ocorrida dentro da organização em 2010, quando as próprias reuniões de organização começaram a ser questionadas, evidenciando uma divergência de “concepção de movimento” (seção 3.2). Passarei então à descrição dos grupos, suas tensões e divergências (seções 3.3, 3.4 e 3.5) e finalmente à resolução momentânea da crise, com a criação, por parte de um deles, de um novo coletivo a fazer parte da organização carioca (seção 3.6).

Observar a dinâmica deste conflito no Rio de Janeiro pode ser útil na compreensão do panorama do movimento em nível nacional e os diferentes atores que se engajam na sua realização. Isso porque existe certo pioneirismo histórico que faz com que muitas inovações e iniciativas surgidas na cidade se repliquem em outras, mas também pela existência de vários grupos de ativismo estabelecidos na capital fluminense. Também pode se observar na lista nacional de e-mails e em conversas com militantes que muitas das questões levantadas na organização carioca se repetem e influenciam, em maior ou menor grau, em outras cidades, o que torna esse estudo de caso possivelmente ilustrativo de dinâmicas mais ou menos recorrentes nas diversas organizações locais de Marchas da Maconha pelo país.

### 3.1 “Essa reunião não é da Marcha da Maconha”

No Rio de Janeiro, a organização da manifestação é já há alguns anos articulada através de uma lista de e-mails local, e mais recentemente também através de um *grupo* restrito em uma rede social. Esses ambientes virtuais constituem-se como ferramentas permanentes de comunicação em nível local, servindo para o debate de questões as mais diversas, principalmente no que se refere à própria Marcha da Maconha e sua organização na cidade, mas também à convocação de reuniões, troca de informações, materiais gráficos, textos, idéias.

Meu primeiro contato com o grupo de organizadores da Marcha da Maconha foi em Outubro de 2012, em uma reunião para organizar as atividades do “Dia Nacional pela Legalização da Maconha”. A reunião, convocada pela lista de e-mails logo que passei a acompanhar a comunicação do grupo, foi no campus de uma universidade pública, em um bairro da zona sul da cidade, numa tarde de Sábado. Quando lá cheguei, havia em torno de vinte pessoas sentadas em cadeiras de plástico formando uma grande roda, em um pátio a céu aberto ao lado de uma pequena lanchonete da universidade. A maioria das pessoas era de homens, brancos, jovens (eu diria abaixo dos 30 anos), de classe média. Alguns homens entre seus 35 e 50 anos também estavam presentes, e poucas mulheres. O campus estava fechado naquele dia, mas a reunião podia acontecer porque alguns dos ativistas eram alunos da universidade e faziam parte do Diretório Central de Estudantes. O “Dia Nacional” ia acontecer no mês seguinte.

Um ativista que eu já conhecia de vista da Marcha de 2012 pediu a palavra para dar um *informe*<sup>61</sup> e explicou que o Dia Nacional Pela Legalização da Maconha foi proposto como uma segunda data – a ser somada à Marcha da Maconha – para promover o debate pela legalização, enfatizando especificamente os usos terapêuticos e medicinas da maconha. O dia escolhido foi 27 de Novembro, mesmo do Dia Nacional de Combate ao Câncer. A escolha

---

<sup>61</sup> “Informe” é a maneira pela qual alguns militantes se referem genericamente a qualquer tipo de fala, durante uma reunião, que vise compartilhar informações com o grupo. Os informes em geral são dados no início da reunião, ou no final, e são concebidos como falas mais objetivas, explicativas, não se caracterizando como uma fala de opinião ou de discussão sobre algum tópico em específico.

objetivava associar a maconha ao tratamento do câncer, já que um dos usos medicinais comprovados da *cannabis* é o de amenizar sintomas da doença, e também da quimioterapia, como enjoô e falta de apetite. Nesse dia, em todo o Brasil, os coletivos canábicos<sup>62</sup> se esforçariam para organizar em suas cidades uma atividade para marcar a data e dar visibilidade ao debate da legalização, focando nos argumentos da maconha medicinal.

Depois do informe a reunião continuou, com algumas pessoas dando sugestões para ações prévias de divulgação. Uma pessoa anotou as decisões, que foram lidas ao final. Definiram a confecção de dez mil panfletos e a realização de um “abraço” ao Instituto Nacional do Câncer (INCA), uma semana antes do Dia Nacional Pela Legalização da Maconha. No fim da reunião foi passada uma lista para que as pessoas “novas” presentes deixassem seus endereços de e-mail, para que pudessem receber a relatoria da reunião e manter o contato. Enquanto o papel passava de mão em mão, perguntei sobre qual lista de e-mails se tratava, pois eu já estava inscrito na lista da organização da Marcha do Rio, da qual a maior parte das pessoas ali fazia parte.

Eu imaginava que a pergunta não fosse suscitar qualquer questão de fundo, mas o fato é que nesse momento houve uma pequena controvérsia, pois a resposta não era óbvia. Alguém sugeriu que fosse usada a lista de e-mails do Movimento Pela Legalização da Maconha (MLM), do qual grande parte dos presentes também fazia parte, pois tinha sido o MLM a sugerir a criação do Dia pela Legalização, dois anos antes. Mas logo alguém logo lembrou que aquela reunião tampouco se configurava como uma reunião específica do MLM; O Dia nacional Pela Legalização da Maconha estava proposto como uma data ampla do chamado “ativismo canábico”. Um terceiro militante opinou então que era melhor usar a lista da organização da Marcha da Maconha do Rio de Janeiro; Nesse momento outro militante disse que não importava tanto qual lista de e-mails a ser usada, mas que era preciso ficar claro que aquela reunião não era *da* Marcha da Maconha, que o Dia Nacional pela Legalização da Maconha não era *a* Marcha da Maconha, *ligado* à Marcha da Maconha ou *organizado pela* Marcha da Maconha. Ele parecia bastante zeloso em separar os dois eventos e seus respectivos espaços de organização – apesar da minha impressão de que os militantes presentes participassem dos dois espaços de organização (muitos ali estavam na Marcha da Maconha do

---

<sup>62</sup> “Coletivo” é uma categoria política no âmbito de movimentos sociais que se refere amplamente a qualquer grupo organizado de pessoas que atue em um fórum, movimento ou coletivo maior, podendo apresentar formas de atuação e organização diversas. Os coletivos canábicos, mais especificamente, são grupos organizados de ativistas que se mobilizam em torno da defesa da legalização da maconha, a maior parte deles atuante na organização da Marcha da Maconha em suas cidades.

ano anterior). Por isso a dúvida: que lista de e-mail utilizar pra se comunicar? Afinal, um deles sugeriu que se usasse a lista de e-mails da organização da Marcha da Maconha, pelo fato de ser a plataforma comunicacional mais abrangente possível do ativismo canábico carioca, mesmo não se tratando da organização da Marcha da Maconha em si. A solução pareceu adequada aos presentes e a reunião terminou em seguida.

### 3.2 Evento ou movimento?

Essa situação sobre a lista de e-mails, com a necessidade e o cuidado em diferenciar a reunião de organização do recém-criado Dia Nacional Pela Legalização da Maconha da organização da Marcha da Maconha – apesar da causa ser a mesma e de vários militantes participarem dos dois espaços – me chamou a atenção. O motivo para essa divisão explícita, como ficaria mais claro ao longo do acompanhamento do grupo, se deve a um grande debate ocorrido em 2010 sobre a natureza da Marcha da Maconha e os limites do seu espaço de organização no Rio de Janeiro.

Como já ressaltado, apesar de geralmente aparecer ao público como um grupo coeso, o espaço de organização da Marcha é ocupado por uma diversidade de indivíduos e grupos que tem em comum a defesa da legalização da maconha e o interesse no sucesso da manifestação. Alguns ativistas fazem parte de ou se identificam com mais de um grupo, representando pontos de interseção, enquanto outros são ativistas “independentes”, não fazendo parte de nenhum coletivo em específico. Dessa forma, a colaboração entre os ativistas e coletivos se dá em prol do objetivo comum de realizar e fazer crescer a manifestação, motivo pelo qual, de maneira geral, buscam agir em relação de parceria e solidariedade.

Mas essa relação é constantemente permeada por diferenças de posição, disputas e pelo contraditório, que colocam em confronto múltiplas concepções sobre a manifestação e seu método de organização, assim como outras divergências que pretendo abordar neste capítulo. Os espaços de organização da Marcha da Maconha se tornaram ao longo do tempo também uma arena de disputa entre essas diferentes visões. As próprias reuniões se tornaram, durante certo período, uma arena *em* disputa, já que a concepção da organização e o método das reuniões em si se tornou foco de dissenso. Tensões surgidas no interior da organização da Marcha carioca culminaram, dessa forma, em uma grande polêmica após a Marcha da

Maconha de 2010, que ameaçou a continuidade daquele espaço de articulação amplo e unificado.

Segundo me foi relatado por militantes que participavam da organização, naquele período, logo após a manifestação de 2010, foi decidido em reunião a realização de um encontro, com o intuito de fazer uma avaliação do ato daquele ano e buscar um salto de qualidade na organização do movimento. O objetivo, apoiado pela maioria presente à reunião, era estabelecer uma mobilização e articulação mais sistemática dos ativistas para a promoção de mais atividades, debates e atos em defesa da legalização, para além da Marcha da Maconha que acabara de ocorrer em Maio. Eles avaliavam que o período logo após a manifestação era propício para estabelecer vínculos e trazer para a militância novas pessoas interessadas em participar do movimento. Buscava-se com isso ampliar e diversificar as frentes de atuação do coletivo “Marcha da Maconha – Rio de Janeiro” – o espaço amplo em torno do qual se encontrava o ativismo canábico da cidade – para o ano todo, intensificando a visibilidade do debate.

A ideia foi adiante e algumas reuniões chegaram a ser realizadas após a Marcha da Maconha naquele ano. Depois de alguns meses, entretanto, ativistas que não vinham comparecendo a essas reuniões passaram a questionar na lista de e-mails a legitimidade dos encontros, gerando intenso debate. Eles defendiam que o papel da organização da Marcha deveria ser restrito apenas ao planejamento da manifestação em si, e que esse espaço de organização não deveria promover outras atividades. O questionamento explicitava uma divergência fundamental existente na organização que colocava em disputa a definição da natureza da “Marcha da Maconha”.

Para os militantes que vinham realizando as reuniões era interessante que, em torno do valor simbólico e relevância pública adquiridos pela Marcha da Maconha ao longo dos anos, a organização pudesse planejar e executar não apenas a manifestação anual em si, mas também outras atividades, constituindo-se como um movimento social organizado, com maior capacidade de interlocução com a sociedade e proposição do debate no espaço público. Esses ativistas tinham a intenção de aprofundar a articulação da “militância canábica” em torno do eixo comum que os unia, e viam no espaço de organização da Marcha (a lista de e-mails, o grupo no facebook e as reuniões ali convocadas) o espaço amplo e democrático adequado a isso. O grupo de ativistas contrários à idéia achava, por outro lado, que a rede de organização da Marcha da Maconha deveria servir apenas para a realização do evento, não podendo ser

concebida como um “movimento”. Nessa perspectiva, não faria sentido qualquer reunião da organização da Marcha que não tivesse o objetivo explícito de organizar a manifestação.

Por trás da disputa pela definição dos limites de atuação da organização da Marcha da Maconha, havia algumas diferenças fundamentais que marcavam dois grupos bem definidos da rede que tendiam a polarizar as polêmicas: diferenças em relação ao enfoque no debate pela legalização e ao perfil de ativismo.

### 3.3 Auto-cultivo, empreendedorismo e cultura canábica

O site *Growroom* (em inglês, “sala de cultivo”) foi criado em 2002 por um jovem carioca que, durante intercâmbio de estudos na Europa, entrou em contato com o universo de produtos e revistas voltados para a chamada “cannabis culture” disponíveis na Europa e nos Estados Unidos (SILVESTRIN, 2011). Observando a ausência desse tipo de material no Brasil, criou o *Growroom* como um fórum virtual sobre cannabis, focado especialmente no cultivo caseiro – o que explica o subtítulo: “*seu espaço pra crescer*”.

O fórum consiste em um espaço eletrônico de interação que funciona como os assim chamados *sites de relacionamento*, nos quais o sujeito entra através de uma *identidade* que não necessariamente corresponde à sua, de pessoa física, e a partir dela interage, aprende, ensina, estuda, troca informações e se sociabiliza<sup>63</sup>. O *Growroom*, onde a cultura do auto-cultivo foi primeiramente fomentada no Brasil, rapidamente se tornou o principal fórum virtual brasileiro sobre maconha, reunindo grande quantidade de informação também sobre usos medicinais, ativismo e tudo o mais relacionado à cultura canábica, e onde usuários, cultivadores ou não, se juntam para trocar informações, experiências, impressões, técnicas e visões-de-mundo<sup>64</sup>.

O cultivo caseiro de maconha para consumo próprio (ou simplesmente auto-cultivo) é entendido por seus praticantes como uma forma de evitar os efeitos colaterais negativos da proibição da maconha. Dessa forma, o usuário que planta a própria erva torna seu consumo

---

<sup>63</sup> Os fóruns de internet foram no fim da década de 1990 e início dos 2000 os precursores do que vieram a ser as redes sociais como *Orkut* (já extinta) e, depois, *facebook* (rede social mais utilizada no mundo hoje). Mesmo assim, muitos dos fóruns originais, temáticos – como é o caso do *Growroom* – se mantêm até hoje.

<sup>64</sup> Sobre o *Growroom*, seu alcance e seu papel na difusão e afirmação da cultura canábica, ver: VIDAL, 2010.

independente do mercado ilegal, evitando os perigos ou constrangimentos a que estaria exposto no momento da compra (seja pelo risco de levar uma “dura” da polícia, seja pelo contato com traficantes armados); e conseguindo produzir uma cannabis de melhor qualidade, evitando consumir a maconha *prensada* – muitas vezes mofada ou seca, sem qualquer controle de qualidade – encontrada no varejo ilegal.

Segurança pessoal e qualidade do produto já seriam motivos suficientes para justificar a plantação caseira de cannabis. Entretanto, o principal argumento usado para valorizar e legitimar o auto-cultivo, é o de que o usuário, ao plantar maconha para seu próprio consumo, deixa de financiar o tráfico de drogas e, conseqüentemente, o crime organizado<sup>65</sup>. O auto-cultivo é visto dessa forma não apenas como uma prática de interesse individual, mas também como uma contribuição direta na diminuição da violência e criminalidade do tráfico armado que atinge a toda a sociedade. Por esse motivo o auto-cultivo é considerado também uma forma de ativismo, visto por seus defensores quase como um “dever cívico” de todo usuário de maconha: uma atividade benéfica onde o plantador é um aliado da sociedade, ao evitar o financiamento do tráfico de drogas e conseqüentemente contribuir para a diminuição da corrupção e violência.

Cultivar maconha em casa exige certas condições, necessárias para seu sucesso, como a disponibilidade de um local adequado e seguro para a plantação, um investimento financeiro na compra e manutenção de equipamentos (vasos, terra, adubo, lâmpadas e outros), e um investimento pessoal em estudos técnicos e dedicação cotidiana no trato com as plantas. Cultivar maconha, tanto de um ponto de vista prático quanto subjetivo, não é portanto um empreendimento acessível a qualquer usuário; além da questão financeira, como aponta Veríssimo (2012), para dar certo como cultivador é preciso internalizar toda uma sabedoria técnica e filosófica sobre o processo de cultivo da cannabis. Existe nessa filosofia *grower*<sup>66</sup> uma valorização da dedicação diária e da paciência necessárias no processo, recompensado ao cabo de alguns meses, onde o prazer do consumo é planejado com sofisticação<sup>67</sup>. Por esse motivo alguns *growers* também se auto-definem como *canabiers*, em alusão aos *someliers* –

---

<sup>65</sup> O adesivo do Growroom distribuído na Marcha da Maconha tem a frase: “Você sabia que o cultivo caseiro de Cannabis combate o crime organizado?”

<sup>66</sup> Em inglês, “cultivador” ou “plantador”.

<sup>67</sup> Veríssimo (2012) descreve o processo relatado por cultivadores no qual o “dedo-amarelo”, ou seja, o *maconheiro* de longa data, torna-se um “dedo-verde”, cultivador de sucesso que internalizou a sabedoria técnica e filosófica *grower*.

degustadores especialistas em vinho – ou seja, apreciadores refinados de espécies de cannabis oriundas de autocultivos doméstico, diferenciando-se assim do usuário de maconha “comum”.

O auto-cultivo está ligado também ao uso medicinal da maconha, previsto na atual lei de drogas aprovada em 2006 (11.343/06), mas com entraves burocráticos que impedem na prática que os pacientes tenham acesso legal à planta. A solução encontrada por muitos deles torna-se exatamente o auto-cultivo, onde é possível ter controle sobre a variação genética da maconha a ser administrada, e a garantia das propriedades medicinais que podem não ser encontradas na maconha comercializada ilegalmente. Nesse sentido, a atuação de ativistas do Growroom tem sido em grande medida ensinar e estimular o auto-cultivo, permitindo que usuários medicinais e recreativos tenham acesso à planta, e contribuindo para a diminuição do mercado ilegal.

O problema é que a lei – que tornou equivalente o cultivo para consumo pessoal e o porte para consumo pessoal, não prevendo pena de prisão<sup>68</sup> – não define critérios objetivos para diferenciar o que se caracteriza como cultivo para consumo pessoal e o que configura cultivo para tráfico. Dessa forma, auto-cultivadores têm sido sistematicamente presos como traficantes<sup>69</sup>, ficando a decisão final na mão do juiz<sup>70</sup>. Como tráfico é crime hediondo, o *grower* acusado acaba não podendo nem responder ao processo em liberdade, ficando preso por algum tempo mesmo nos casos em que acabe comprovando que é usuário. A atuação de ativistas do Growroom tem sido central na assessoria jurídica a auto-cultivadores presos, de modo a provar que plantavam para consumo próprio, e não para venda.

Membros ativos do Growroom, auto-cultivadores militantes, imersos no universo canábico disponível no mundo virtual, participam ativamente da construção da Marcha da Maconha no Rio de Janeiro desde sua primeira edição em 2002. Mais que isso, o Growroom foi durante os primeiros anos a principal plataforma virtual de organização e fomento da

---

<sup>68</sup> Apesar de não punir o usuário com penas privativas de liberdade, a lei mantém criminalizado o porte para consumo pessoal, passível de detenção em caso de flagrante e dando origem a processo, com penas alternativas previstas. Nesse sentido, na falta de um nome melhor, diz-se muitas vezes que o uso de drogas foi “despenalizado”, apesar da imprecisão do conceito. Mesmo assim, alguns discursos, por ignorância ou interesse, insistem em afirmar erroneamente que o uso de drogas foi descriminalizado.

<sup>69</sup> <<http://cgn.uol.com.br/noticia/68081/preso-por-trafico-diz-cultivar-maconha-em-casa-para-garantir-pureza-da-erva>> Acessado em 15/01/2014.

<<http://www.growroom.net/2010/03/10/cultivador-preso-em-alto-paraiso/>> Acessado em 15/01/2014.

<[http://ultimainstancia.uol.com.br/conteudo/noticias/60943/Tj\\_sp+extingue+pena+de+acusa+de+trafico+de+drogas+por+cultivar+maconha+em+casa.shtml&SyAxxOu==](http://ultimainstancia.uol.com.br/conteudo/noticias/60943/Tj_sp+extingue+pena+de+acusa+de+trafico+de+drogas+por+cultivar+maconha+em+casa.shtml&SyAxxOu==)> Acessado em 15/01/2014.

<[http://www.youtube.com/watch?feature=player\\_embedded&v=esR4kO7J49k](http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=esR4kO7J49k)> Acessado em 15/01/2014.

<sup>70</sup> Sem qualquer conhecimento sobre a planta e o fato de apenas a flor da cannabis ser fumada, agentes da lei muitas vezes consideram todo o conjunto do jardim na soma da quantidade de droga encontrada, chegando ao absurdo, em alguns casos de até a terra ser contabilizada como se fosse “droga”.



manifestação, quando esta ainda não tinha a visibilidade adquirida posteriormente, e ainda não havia se espalhado para outras cidades do país. Por esse motivo, muitos ativistas consideram o Growroom como a “casa” da Marcha da Maconha pelo menos até 2007, quando então foram criados o site e a logomarca da manifestação, que definiram nome, apresentação e identificação visual comum. Nesse momento, a organização da Marcha deixou o âmbito particular do fórum e tornou-se minimamente “institucionalizada”<sup>71</sup>, com a criação do “coletivo Marcha da Maconha” e a articulação independente de ativistas em nível nacional<sup>72</sup>. O Growroom se constitui, portanto, como um histórico e central ator coletivo dentro da organização da manifestação. Ao longo dos anos, usuários assíduos do fórum foram se conhecendo pessoalmente e formando uma rede de relações de ativistas atuantes na organização da Marcha do Rio de Janeiro, identificados com certa “cultura *grower*”, especificamente, e certa “cultura canábica” em geral, tendo como principais bandeiras no debate pela legalização a defesa do auto-cultivo e da maconha medicinal.

Observa-se nesse núcleo de ativistas construído em torno do Growroom – cujo perfil é de homens de classe média, entre 25 e 40 anos aproximadamente, profissionais liberais, formados em diferentes áreas como biologia, jornalismo, design, direito e outras – a crescente realização de iniciativas empreendedoras voltadas para o incentivo e exploração de um nascente mercado de consumo de “cultura canábica”<sup>73</sup>. Como exemplos pioneiros, há a loja *La Cucaracha*, criada em 2002 no bairro de Ipanema, e o próprio site Growroom, viabilizado através da publicidade de lojas virtuais de artigos relacionados ao consumo de maconha. Segundo explica Silvestrin (2011), as proibições em série das Marchas da Maconha a partir de 2008 geraram grande visibilidade para o tema, refletindo em aumento dos acessos ao site da Marcha e do Growroom e resultando no crescimento dos valores de anúncios e banners expostos. O fenômeno da procura por informações relacionadas a maconha na internet fortaleceu o movimento das Marchas e, sob inspiração da viabilidade financeira e sucesso do fórum, levou à criação de novas iniciativas culturais e comerciais voltadas para tal mercado.

---

<sup>71</sup> O texto de abertura e a Carta de Princípios publicadas no site da Marcha da Maconha configuram esse caráter minimamente institucionalizado, onde um conjunto básico de princípios e a estrutura da organização são formalmente explicitados. Ver capítulo 2, pgs 37 e 58.

<sup>72</sup> Por esse motivo alguns militantes afirmam que a “Marcha da Maconha” (com esse nome, e da forma como é concebida e organizada atualmente) só surgiu no Brasil em 2007.

<sup>73</sup> Esse mercado se refere em um sentido amplo a tudo que possa ser relacionada ao universo da maconha, desde produtos usados no seu consumo como sedas, bongs, cachimbos, passando por livros, quadrinhos e revistas especializadas, músicas e outras expressões artísticas relacionadas à maconha ou produzida por pessoas que faziam uso dela, roupas e acessórios alusivos, assim como a pura informação sobre maconha, auto-cultivo, legislação e ativismo.

Surgiram assim lojas de artigos e aparelhagens para cultivo *indoor* (feito em ambientes fechados, com o uso de lâmpadas em substituição à luz solar) como a Jardins Urbanos<sup>74</sup> e, mais recentemente, Horta Urbana<sup>75</sup>, sites de cultura canábica como o blog Hempadão<sup>76</sup>, a estação online Rádio Legalize<sup>77</sup> (que toca “músicas que maconheiro gosta de ouvir”), a revista *SemSemente*<sup>78</sup> (primeira revista impressa de cultura canábica do Brasil) e a revista *Maconha*<sup>79</sup> (projeto inicial de uma versão brasileira da revista de cultura canábica americana *Haze*).

No grupo de ativistas formado através do fórum Growroom constituiu-se portanto um núcleo com perfil de militância que Silvestrin chamou de “mercadológica/empreendedora”, que alia mercado e ativismo através de pequenos negócios virtuais:

“Através da criação, fomento e exploração do que denominam de mercado de ‘cultura cannabis’, tais militantes auferem rendimentos através do fornecimento de produtos e/ou informações relativas a esta cultura, podendo assim se dedicar, em grande parte, exclusivamente à cannabis, como negócio e militância” (Silvestrin, 2011: 7).

### 3.4 Criminalização da pobreza, esquerda e antiproibicionismo

A Marcha da Maconha, que se articulou em um fórum virtual de usuários focado no auto-cultivo, teve ao longo do tempo sua organização ocupada também por um perfil de militância que, na ausência de termo melhor, poderíamos chamar, de “política”. Ele é composto por estudantes universitários e profissionais de direito, sociologia, história, psicologia e outras disciplinas, em geral da área de humanas, que se identificam com concepções políticas de esquerda, e tem uma atuação militante que passa muitas vezes pelo

---

<sup>74</sup> <[www.jardinsurbanos.com.br](http://www.jardinsurbanos.com.br)>

<sup>75</sup> [www.hortaurbana.com.br](http://www.hortaurbana.com.br)

<sup>76</sup> [www.hempadao.com](http://www.hempadao.com)

<sup>77</sup> [www.radiolegalize.com](http://www.radiolegalize.com)

<sup>78</sup> [www.semsemente.com](http://www.semsemente.com)

<sup>79</sup> [www.revistahaze.com/portugues/inicio.php](http://www.revistahaze.com/portugues/inicio.php)

engajamento em partidos políticos e outras redes e movimentos sociais: estudantil, feminista, de direitos humanos, antimanicomial.

Tais militantes, em seus discursos, priorizam um enfoque considerado mais “amplo” e “social” no debate da legalização, trazendo a discussão dos danos *sociais* causados pelo atual modelo de segurança pública baseado no combate às drogas. Assim, apontam o encarceramento em massa e a explosão de homicídios de jovens negros e pobres; e a negação de direitos à população das favelas e periferias. Esse núcleo de ativistas em geral questiona não apenas a proibição da maconha, mas de todas as drogas tornadas ilícitas, identificando-se como militantes antiproibicionistas. O posicionamento se diferencia, dessa forma, da militância mais focada na defesa da liberdade individual, do auto-cultivo e na difusão da cultura canábica – temas mais próximos da experiência e do universo do usuário de maconha.

A trajetória do militante Renato Cinco<sup>80</sup> é significativa na aproximação desse perfil de ativistas com a Marcha da Maconha no Rio de Janeiro. Cinco, como é conhecido, é sociólogo, tem 40 anos, e se define publicamente como militante socialista. Mais jovem, fez parte do movimento estudantil e de outros movimentos sociais de esquerda. Era filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) até o momento em que o partido alcançou a Presidência da República e, em nome da governabilidade, fez alianças com setores conservadores e deu passos em direção ao Centro político. Essa mudança deu origem a um movimento de dissidência dentro da militância do partido, resultando na criação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Antes de participar da organização da Marcha da Maconha em 2005, Cinco militava no extinto “Movimento Nacional Pela Legalização das Drogas”, que chegou a fazer algumas manifestações no início da década, sem grande repercussão. Segundo ele mesmo explicou em conversas entre os militantes e palestras públicas, a dificuldade de mobilização e a pouca aceitação do debate sobre a legalização das drogas o levou a se aproximar da Marcha da Maconha como um movimento estratégico. A maconha é a droga ilícita mais consumida do mundo, e mobiliza um enorme contingente de jovens e adultos, socialmente integrados, que são usuários, tendo maior abertura para debate na sociedade brasileira. Assim, Cinco avalia que a pauta da legalização da maconha é a “porta de entrada” para o debate sobre a legalização de todas as drogas que ele busca fazer – além de um passo inicial óbvio, na leitura a médio prazo de qualquer mudança na política de drogas.

Ao longo dos anos, Cinco foi se tornando uma figura conhecida na militância canábica, principalmente a partir de sua atuação junto à organização da Marcha da Maconha

---

<sup>80</sup> Escolhi preservar o nome dos informantes durante o texto, mas não faria sentido a mesma lógica com Renato Cinco, que se tornou uma figura pública relativamente conhecida.

no Rio de Janeiro, e também em outras cidades do país<sup>81</sup>. Ao levar debates e panfletagens da Marcha da Maconha para universidades e fóruns sociais, teve um papel importante para que a manifestação se tornasse conhecida no meio universitário, da esquerda e de movimentos sociais, atraindo para sua organização estudantes, militantes de esquerda e do movimento estudantil. Carismático e com boa oratória, Cinco discursa em defesa da legalização das drogas focado no argumento de que a política proibicionista é um mecanismo de criminalização da pobreza: “não se fazem guerras contra coisas, mas guerras contra pessoas” e “A guerra às drogas é uma guerra aos pobres disfarçada” são conhecidas frases suas. Esse posicionamento contribuiu para atrair para a Marcha da Maconha do Rio de Janeiro – e para o debate sobre drogas como um todo – apoio e simpatia de usuários convencidos da necessidade de reivindicar mudanças na lei, assim como indivíduos e grupos que não se mobilizam necessariamente pela defesa da liberdade individual do usuário recreativo e por uma identificação com a cultura canábica, mas pela associação mais ampla entre proibição das drogas, violência de Estado e controle social, com a denúncia da desigualdade social e do racismo camuflados na política de enfrentamento às drogas.

### 3.5 “Politização” e cultura de organização

A aproximação de militantes antiproibicionistas, de esquerda, do movimento estudantil e de outros movimentos sociais junto à Marcha da Maconha criou um ambiente em que grupos com origens e concepções ideológicas distintas tinham que coexistir e trabalhar em parceria para a construção da manifestação comum. O confronto entre as diferentes convicções na rede de organização da Marcha resultaram em inevitáveis atritos, discussões e críticas de lado a lado.

---

<sup>81</sup> Eu o conheci, por exemplo, quando organizava a Marcha da Maconha realizada no Fórum Social Mundial, em Belém-PA no ano de 2009. Naquela ocasião ele se postou durante os primeiros dias do fórum em locais de grande circulação utilizando um megafone para convocar as pessoas a participarem da marcha, construindo aparentemente sozinho a mobilização para o ato. Cinco também estava no grupo de ativistas presos em 2008, e também no grupo preso em 2011, por distribuição de panfletos de divulgação da manifestação. Sua atuação nos bastidores também foi central: foi um dos subscritores da representação dirigida à Procuradoria-Geral da República em 2009 que deu origem à Arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) 187, ação que foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal e reconheceu a legalidade da Marcha da Maconha em 2011 (Ver seção 2.3 deste trabalho).

Uma das divergências observadas, por exemplo, se refere à defesa da legalização de todas as drogas, de um lado, e apenas da maconha, de outro. Ativistas mais identificados com a maconha e a cultura canábica questionavam o fato de outros militantes tratarem de questões relacionadas a outras drogas – como a internação compulsória de usuários de crack – e defenderem a legalização de todas as drogas na Marcha. Um deles, por e-mail, certa vez afirmou que “a Marcha é da Maconha”, e que portanto falar de outras drogas era uma forma de se aproveitar da manifestação indevidamente<sup>82</sup>. Ou então, que seus usuários fizessem uma manifestação específica para reivindicar isso, e não “invadissem” e “usassem” a Marcha da Maconha. Havia por trás dessa crítica certo discurso de que “maconha não é droga”, “é uma erva natural”, e por isso deve ser legalizada, ao passo que outras substâncias, como o crack e a cocaína, essas sim são drogas perigosas, cuja proibição é justificada. Para os militantes antiproibicionistas, defender apenas a legalização da maconha é uma posição limitada, egoísta e elitista, por ser voltada apenas para os interesses da experiência pessoal do usuário de maconha. Alguns *growers* por vezes também colocam a descriminalização do uso e, conseqüentemente, do auto-cultivo, como solução suficiente para toda a problemática da proibição, deixando de lado a questão da criminalização de jovens pobres como traficantes e dos usuários de outras drogas. Para os antiproibicionistas, esse posicionamento era digno de uma categoria contraditória: o “maconheiro proibicionista”.

Além desta diferença de fundo no enfoque do debate, havia divergências também em relação ao método de organização da Marcha da Maconha – a convocação das reuniões, sua dinâmica e a forma de tomada de decisões. Segundo um ativista me relatou em conversa informal, alguns antigos militantes identificados com o Growroom preferiam que as reuniões de organização fossem fechadas, realizadas em locais privados, sem ampla divulgação. Essa teria sido a prática da organização nos primeiros anos da manifestação, defendida como ideal para dar segurança ao grupo, principalmente no período de criminalização do movimento. Já ele e outra parte dos militantes considerava essas medidas anti-democráticas: por um lado davam à organização um caráter “clandestino”; por outro, faziam a reunião assemelhar-se a um “encontro de amigos” – atravessado por relações pessoais, hierarquizado por “antiguidade”. Em contrapartida, defendiam que as reuniões fossem sempre amplamente convocadas, abertas, horizontais, que todos os presentes tivessem direito garantido à fala e o mesmo peso decisório, para que qualquer pessoa pudesse chegar e se sentir parte do movimento. Ele chamava isso de maneira geral de “cultura de organização”, mais próximo à

---

<sup>82</sup> Durante uma discussão sobre o tema no grupo virtual de organização, por exemplo, um cultivador afirmou que a Marcha não era antiproibicionista, mas sim “maconhista”.

prática de outros movimentos sociais, fóruns e coletivos políticos organizados. Por esse motivo, inclusive, as reuniões convocadas após a Marcha de 2010, que originaram a crise, eram vistas por ele como legítimas, já que eram sempre definidas nas reuniões imediatamente anteriores, reuniões que tinham sido previamente convocadas de forma ampla na lista de e-mail e redes sociais, tendo sido decisões aprovadas democraticamente pelos presentes às reuniões, sem qualquer distinção dos ativistas por “antiguidade” ou direito a voto “vitalício” sem a real participação no espaço deliberativo.

Essa cultura de organização de movimentos sociais prevê, entre outras coisas, a reunião aberta como o único espaço legitimado para tomada de decisões, a constituição de uma “mesa” (mesmo que informal) para a inscrição e controle do tempo das falas, quando necessário para garantir voz a todos, e o registro de uma ata e a realização de votações em caso de dissenso. Ela era, por outro lado, considerada “burocratizada” por alguns ativistas, que consideravam que o formato abria a possibilidade de uma liderança carismática manipular os resultados, usando os presentes como “massa de manobra”, construindo maiorias para encaminhar decisões de seu interesse e não respeitando a perspectiva de todos os coletivos. Por esse motivo, defendiam que alguns ativistas, representando coletivos, tivessem direito a voto mesmo que, por algum motivo, não pudessem comparecer às reuniões.

Sem pretender fazer juízo sobre qual método de organização seria de fato o mais adequado, é importante perceber que a divergência com relação às reuniões tinha como pano-de-fundo diferenças político-ideológicas mais amplas que marcam os grupos dentro da organização da Marcha da Maconha. Essas diferenças ficaram evidentes a partir da atuação política de Renato Cinco. Ao longo dos anos, além de uma referência pessoal para parte da militância, Cinco foi se transformando também em uma figura pública relativamente conhecida, identificada com a Marcha da Maconha. Isso se deveu à sua ativa participação, ao longo de anos, na divulgação da Marcha em eventos, fóruns, debates, panfletagens, e aos seus discursos, mas principalmente ao fato de ser um dos únicos militantes que, antes da legitimação da manifestação em 2011, se dispunha a dar declarações à imprensa.

O fato de Cinco ter sido identificado em algumas reportagens como “organizador” do evento<sup>83</sup> gerou pesadas críticas, principalmente de alguns antigos ativistas, que diziam que ninguém podia “falar em nome” da Marcha da Maconha e acusavam Cinco de estar usando a manifestação como “trampolim político”, ou seja, como meio de ganhar visibilidade com

---

<sup>83</sup> Como vimos no relato de Luiz Paulo Guanabara na primeira Marcha da Maconha no Brasil (Ver seção 2.1), a mídia geralmente identifica e atribui o papel de “organizador” da manifestação aos ativistas que falam à imprensa.

motivações eleitorais. Cinco havia sido candidato a Deputado Federal em 2006, sem sucesso, e nunca escondeu sua pretensão em exercer um mandato político. Um dos argumentos críticos era de que sua identificação pública como “organizador” da Marcha era uma personalização que contrariava o caráter horizontal, descentralizado e autônomo da manifestação, onde nenhum grupo ou indivíduo pode ser identificado como líder ou representante da “Marcha da Maconha”.

Em 2010, Cinco foi candidato a Deputado Federal<sup>84</sup>, sendo boa parte de sua campanha centrada na defesa da legalização da maconha. O material de divulgação enfatizava explicitamente sua atuação na manifestação, utilizando para isso fotos e vídeos de Marchas da Maconha das quais tinha participado, onde aparecia caminhando, panfletando, segurando faixas e discursando. Esse uso de imagens das Marchas e, principalmente, de parte do logotipo da manifestação estampando um panfleto de campanha também foram motivos para que um grupo de ativistas fizesse a acusação de “aparelhamento” da manifestação, de aproveitamento político da Marcha da Maconha para fins eleitorais.

É interessante observar que junto a essas acusações há uma crítica de fundo generalizada a partidos de esquerda e políticos em geral – chamados de “populistas”, “oportunistas” e “corruptos”, interessados somente no poder – junto a uma descrença no sistema político de representação como meio para mudanças reais na política de drogas. Um desdobramento dessa divergência é a polêmica em torno do uso de bandeiras de partidos políticos de esquerda na Marcha da Maconha, coisa que não costuma acontecer no Rio de Janeiro, mas que se replica em Marchas da Maconha de diversas cidades do país. Existe a crítica de que as bandeiras sobressaem visualmente no meio da multidão e “mancham” a Marcha, passando a ideia de que a manifestação como um todo apóia o partido em questão. A acusação de “aparelhamento” é mais forte no caso de partidos que não tem membros participando da organização da manifestação, mas aparecem no dia do ato com vários militantes e bandeiras, aproveitando-se da Marcha para dar publicidade ao partido.

Essa acusação levou em alguns casos à proposição de que bandeiras de partidos fossem proibidas na Marcha da Maconha – onde só se deveria levantar a “bandeira verde da maconha”, que unifica os grupos. Por outro lado, diferentes ativistas que participam das organizações contemporizam que a Marcha da Maconha é uma manifestação ampla, aberta, *apartidária*, mas não *anti-partidária* – ou seja, precisa conviver com a diversidade de espectros políticos e não pode simplesmente impedir previamente bandeiras de partidos. Argumentam

---

<sup>84</sup> Não se elegeu em 2010, ficando como primeiro suplente de Deputado Federal pelo PSOL-RJ.

que não faz sentido uma manifestação que se concebe como libertária e antiproibicionista busque definir quais bandeiras podem ser levantadas, proibindo algumas. Essa polêmica já rendeu muitos debates na lista de e-mails da Marcha, e parece estar sendo superada aos poucos com o entendimento geral de que grandes e numerosas bandeiras de partidos devem ser evitadas, mas não outras formas de divulgação e expressão partidárias, como panfletos e faixas.

Segundo relatos, as críticas feitas a Renato Cinco, por outro lado, não fizeram eco em amplo setor da militância que participava das reuniões e apoiava sua iniciativa. Para estes, o fato da Marcha da Maconha ser concebida como uma organização não-hierárquica, sem líderes ou representantes formais, não tornava ilegítima a iniciativa de um ativista de candidatar-se a um cargo político a partir de sua atuação no grupo<sup>85</sup>. Tampouco significava que a construção da Marcha enquanto projeto coletivo não tivesse suas lideranças informais, a partir da interação dos ativistas em torno da causa comum. Pelo contrário, a possibilidade de que um dos ativistas, que teve ao longo dos anos importante papel na organização, se elegeisse ao cargo de Deputado Federal a partir de sua participação na Marcha da Maconha, propondo o debate sobre a legalização no Legislativo e representando-os na política, era vista como extremamente benéfica para a causa, um meio eficiente de dar ainda mais visibilidade ao tema. A politização da Marcha da Maconha, incluindo aí a eleição de um militante da causa, ao contrário de ser algo que deveria ser afastado da manifestação, era entendida por eles como um objetivo importante a ser alcançado para o avanço do movimento.

Por outro lado, estes mesmos militantes buscavam fazer com que interesses comerciais de ativistas empreendedores não se misturassem à organização da Marcha. Esse debate ocorreu algumas vezes quando foi levantada a possibilidade de que as iniciativas e lojas canábicas patrocinassem a Marcha da Maconha, financiando gastos em troca da exposição de suas marcas em faixas da organização e no carro de som, por exemplo. Essa opção sempre foi criticada por militantes de esquerda, que temiam a associação direta da manifestação com o mercado e a possível distorção do ato, com o enfraquecimento de seu aspecto horizontal e político e sua transformação em um evento financiado por empresas, atravessado por interesses privados.

---

<sup>85</sup> O uso de imagens da Marcha na campanha, nesse caso, foi entendido como legítimo, dada a efetiva participação e contribuição de Cinco na organização da manifestação ao longo dos anos. Por outro lado, o entendimento geral que ficou definido sobre o logotipo da Marcha da Maconha foi de que este não deveria ser usado em campanhas políticas, ou para quaisquer outros fins que não a divulgação da própria manifestação – apesar de, na época da escolha, Cinco ter feito uma consulta no fórum do Growroom para eleger a logo mais adequada, tendo sido escolhida pelos usuários aquela que gerou as críticas posteriormente.



### 3.6 O Movimento pela Legalização da Maconha

Até aqui procurei apresentar algumas informações básicas para a compreensão do quadro político da organização da Marcha da Maconha carioca até 2010. Havia de um lado uma diferença de enfoque no debate da legalização da maconha, que definia as duas polaridades: um grupo mais voltado para o auto-cultivo e a “cultura canábica”, e outro voltado para a denúncia da criminalização da pobreza sob o discurso de guerra às drogas, identificado com uma posição política de esquerda. Havia também uma diferença na concepção de ativismo e na forma de atuação, com um grupo voltado para o fomento do auto-cultivo como ação direta de combate ao crime organizado e a criação de pequenos empreendimentos culturais e comerciais voltados para o mercado de cultura canábica, e outro interessado na construção de movimentos sociais e uma “politização” do debate sobre drogas. Essas diferenças se expressavam também em divergências de método sobre o modo de operar do coletivo local da Marcha da Maconha e a disputa por sua definição como evento ou movimento social – ou seja, a disputa pela definição dos limites do espaço de organização – no momento em que reuniões estavam sendo realizadas com o objetivo de ampliar a capacidade de atuação do grupo. Por trás de toda a discussão, acusações de aparelhamento e uso político da manifestação, de um lado, e de desrespeito às decisões coletivas, autoritarismo e interesses privados, de outro, levaram a convivência entre as duas polaridades a tornar-se quase impossível, fazendo com que alguns temessem uma verdadeira ruptura na organização.

A polêmica sobre a concepção de movimento evidencia o caráter adaptável e sob disputa da Marcha da Maconha enquanto ação coletiva, pois se de um lado a manifestação nunca deixou de ser um evento pontual – que funciona como nó aglutinador de uma rede de indivíduos e grupos em torno da causa em comum – por outro não existe uma definição previamente estabelecida sobre o método e os limites de ação dos núcleos organizativos locais, que têm autonomia para definir seu campo e forma de atuação. A proposta de realizar reuniões mensais e promover atividades pela legalização da maconha durante todo o ano era contemplada no escopo da definição ampla que o “coletivo Marcha da Maconha” nacional

concebia para as organizações locais<sup>86</sup>. A proposta, entretanto, estava sendo questionada no Rio de Janeiro por ativistas ligados a um de seus principais atores coletivos, o Growroom, que deixaram de frequentar as reuniões agendadas depois da Marcha e questionaram sua legitimidade nos ambientes virtuais.

A discussão sobre as reuniões “pós-Marcha” seguiu por e-mail até que os ativistas que concebiam a Marcha como um movimento social e buscavam ampliar as ações da organização cederam. Na avaliação deles, o conflito girava mais em torno do *nome* e do capital simbólico da “Marcha da Maconha”, do que pela possibilidade de construir um movimento organizado ao longo do ano todo, como se pretendia. Como saída para o impasse criaram o “Movimento pela Legalização da Maconha”, que se tornou assim mais um coletivo a participar da organização da Marcha da Maconha, tendo independência e autonomia em relação ao espaço de construção da manifestação. Dessa forma, esses militantes puderam voltar-se para a defesa da legalização da maconha através de uma articulação permanente para além da Marcha, evitando o uso – definido como indevido – do nome “Marcha da Maconha” para isso. Eles concordaram naquele momento, portanto, que a “Marcha da Maconha” seria entendida apenas como um evento, e não como um movimento social organizado, como explicou um ativista durante uma reunião do MLM em 2013:

“Existia uma grande divergência de concepção. Segundo eles, a Marcha da Maconha não era um movimento, não podia ser um movimento: a Marcha da Maconha é só um evento, que acontece uma vez por ano, é a festa dos maconheiros, e não é um movimento. A gente achava que era importante ter um movimento que tocasse essa pauta o ano inteiro – a gente achava inclusive que o nome Marcha da Maconha podia servir pra isso – mas diante de um monte de crises que rolaram, a gente achou que a melhor forma de fazer o que a gente já estava fazendo – que era se reunir regularmente e promover o debate, promover atividades – era criar um coletivo autônomo, com outro nome, como já existem em várias outras cidades, que também organizasse a Marcha da Maconha, mas que pudesse depois da Marcha da Maconha continuar se reunindo”.

O resultado da disputa explica porque um militante, já em 2012, na reunião para organizar o Dia Nacional pela Legalização da Maconha que relato no início deste capítulo,

---

<sup>86</sup> “Uma vez por ano, simultaneamente com o movimento internacional Global Marijuana March, a Marcha da Maconha Brasil organizará e convocará manifestações públicas pela legalização da cannabis. *Além disso, também poderão ser organizadas outras atividades, tais como seminários, conferências e debates, inclusive em colaboração com outros grupos e movimentos, nacionais e estrangeiros*”. (Trecho da Carta de Princípio do coletivo Marcha da Maconha, disponível no site. Grifo meu.)

ênfatizava que a reunião não estava ligada à Marcha da Maconha, que não era uma reunião *da* Marcha da Maconha. Ele buscava dessa forma se prevenir de qualquer tipo de acusação de que estivessem “usando” a Marcha da Maconha, ou “falando em nome” da Marcha da Maconha.

Dada a tendência de crescente animosidade dentro da organização da Marcha observada em 2010, a criação do Movimento pela Legalização da Maconha pode ser entendida como uma solução mediada para a manutenção da coexistência entre as duas tendências conflitantes naquele espaço amplo. O resultado da polêmica definiu limites para a organização, restrita, a partir de então, exclusivamente ao planejamento da manifestação. Assim, foi possível aos militantes antiproibicionistas, de esquerda, através do MLM, estabelecerem de volta uma ponte de diálogo com os ativistas ligados ao Growroom, de modo a retomar o espaço de organização da Marcha da Maconha como um fórum que se reúne apenas nos meses que antecedem à manifestação. O resultado também definiu novas regras implícitas: o ambiente virtual deixou de ser legitimado como um espaço de tomada de decisões, e todo início de ano os dois principais coletivos do Rio de Janeiro, que tendem a polarizar as principais polêmicas da organização da Marcha, buscam negociar e marcar as reuniões em conjunto, em datas de comum acordo.

Além de se tornar um dos principais coletivos organizadores da Marcha da Maconha, o MLM passou a atuar em outras frentes, como era o objetivo de seus militantes. Em 2011, organizaram pela primeira vez, no Rio de Janeiro, o “Dia Pela Legalização da Maconha”, focado na pauta da maconha medicinal. Em 2012, propuseram a realização do que se configurou como o primeiro encontro nacional de ativistas e coletivos canábicos, no Rio de Janeiro. Aproveitando a realização do Fórum de Desenvolvimento Sustentável Rio+20, promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU), os coletivos canábicos – articulados inicialmente em torno da Marcha da Maconha – se reuniram de forma autônoma no território do Fórum conhecido como Cúpula dos Povos, no Parque do Flamengo. O encontro, chamado jocosamente pela militância de “Cúpula Canábica Rio+4:20”<sup>87</sup>, tinha o objetivo de promover a integração entre os diversos coletivos, analisar a conjuntura do movimento canábico no Brasil e planejar ações conjuntas. Do encontro foram tiradas duas resoluções: a criação da Rede Nacional de Coletivos e Ativistas pela Legalização da Maconha (RENCA), uma rede independente e formalmente mais abrangente que aquela formada para articular as organizações da Marcha da Maconha; e a definição do “Dia Nacional pela Legalização da

---

<sup>87</sup> Enquanto o Rio+20 se refere aos 20 anos passados da Eco-1992, Rio+4:20 faz alusão ao horário (4:20) conhecido na cultura canábica como a “hora de fumar maconha”.

Maconha” como uma data nacional para visibilizar o debate pela legalização, focando no tema da maconha medicinal.

A avaliação dos militantes foi de que a criação do MLM deu liberdade aos ativistas para uma intervenção mais orgânica na sociedade, a possibilidade de construir pontes com outros coletivos e movimentos sociais e de participar de outros fóruns que dialogam com o debate pela legalização, conferindo maior capilaridade social do MLM com outros movimentos. Por exemplo, a participação na Frente Estadual Drogas e Direitos Humanos (FEDDH)<sup>88</sup>, que permitiu a articulação do MLM com profissionais de saúde mental, militantes do movimento antimanicomial e de direitos humanos. Essa articulação levou à construção do “Ato Contra a Internação Forçada e Contra o PL 7663” (em repúdio ao Projeto de Lei do Deputado Federal Osmar Terra com medidas de retrocesso à política de drogas), articulado pela FEDDH em conjunto com a ONG Tortura Nunca Mais, profissionais da saúde, militantes do movimento antimanicomial, e outras instituições.

---

<sup>88</sup> Instância estadual da Frente Nacional Drogas e Direitos Humanos, criada em 2012 reunindo entidades e movimentos sociais que lutam por políticas públicas de drogas baseadas nos direitos humanos. A frente foi criada em reação às políticas em âmbito federal, Estadual e municipal de combate às drogas focadas em internações forçadas e repressão policial à população em situação de rua. “Defendemos uma Política de Segurança Pública baseada na garantia dos direitos humanos e sociais e não na repressão policial, ações higienizadoras e criminalizadoras da pobreza. Posicionamos-nos contra a atual política de drogas e assumimos os princípios da Luta Antimanicomial e da Redução de Danos no acolhimento e no tratamento de usuários abusivos de drogas” (Trecho da “Carta de Apresentação da Frente Nacional Drogas e Direitos Humanos”, no site da entidade. <<http://drogasedireitoshumanos.org/>> Acessado em 04/08/2014.)

#### 4 PLANEJANDO A MARCHA DA MACONHA 2013

Em 2013 a conjuntura do debate sobre a legalização encontrava-se, na avaliação de alguns militantes, relativamente favorável. Recentemente tinham sido realizados nos estados de Colorado e Washington, nos Estados Unidos, plebiscitos que aprovaram a legalização da maconha. Diferentemente de outros estados que há anos permitiam o uso medicinal, desta vez a regulamentação contemplava a produção, venda e consumo da cannabis inclusive para fins recreativos. O país que exportou o proibicionismo para o mundo durante o século XX agora indicava caminhos alternativos para a legalização do mercado da maconha<sup>89</sup>. No Brasil, uma longa matéria de capa da revista *Veja* – apesar do título (“Maconha faz mal, sim”<sup>90</sup>) – pela primeira vez reconhecia que usuários são pessoas comuns, normais, responsáveis, trabalhadoras, estudantes, pais de família, etc. Se a reportagem se colocava contra a legalização, por outro lado, na opinião de um militante, contribuía para a desmarginalização da figura do usuário. Conhecida por sua posição conservadora sobre temas polêmicos, a revista mais lida do país apresentava, nas entrelinhas, mudanças significativas, até pouco tempo inimagináveis, sobre a percepção do uso da maconha.

No cenário político institucional brasileiro, entretanto, havia a percepção de uma ameaça de retrocesso. Um Projeto de Lei (PL 7663) apresentado pelo Deputado Federal Osmar Terra (PMDB) buscava alterar a Lei de drogas. O projeto propunha, entre outras medidas, aumentar a pena mínima do tráfico de drogas de cinco para oito anos, instituir um “cadastro nacional de usuário de drogas”, definir a internação compulsória e involuntária como política ampla para o tratamento de usuários de drogas e regulamentar o repasse de verba pública do Sistema Único de Saúde (SUS) para as chamadas “Comunidades Terapêuticas” (CT’s), instituições não-médicas, em grande parte religiosas, que faziam o tratamento dos usuários. Da perspectiva dos militantes antiproibicionistas, o projeto era um evidente retrocesso na política de drogas, levado a cabo principalmente por interesses de

---

<sup>89</sup> Maiores de 21 anos poderiam comprar até 28 gramas ou possuir seis plantas em casa para uso pessoal; Com o novo mercado regulado, estimava-se que o Estado poderá recolher até US\$500 milhões anuais em impostos. <<http://noticias.terra.com.br/mundo/estados-unidos/eua-colorado-e-washington-legalizam-o-consumo-da-maconha,18081a7e0335b310VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html>> Acessado em 14/01/2014.

<sup>90</sup> <<http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/politica-cia/maconha-faz-mal-sim-quem-afirma-e-a-medicina/>> Acessado em 14/01/2014. Ao fim da reportagem, uma foto da Marcha da Maconha – junto à menção de que o Supremo Tribunal Federal havia, em nome da liberdade de expressão, autorizado as manifestações em favor da liberação (SIC) da droga – mostrava a importância da Marcha para alavancar o debate público sobre o tema.

instituições religiosas que pressionavam sua aprovação por meio de lobby político da base aliada do Governo Federal<sup>91</sup>.

Como também não havia qualquer perspectiva de alteração da Lei de Drogas por meio do Executivo Federal do governo Dilma (PT) (por sua aliança com setores conservadores religiosos), a única possibilidade de avanço naquele momento era, em âmbito institucional, a descriminalização do usuário de drogas via Supremo Tribunal Federal. Essa possibilidade estava aberta pelo Recurso Extraordinário (RE) 635.659, processo em que um usuário condenado recorreu de sua pena por porte de maconha para consumo pessoal à instância máxima do Judiciário Nacional<sup>92</sup>. A tese é que o artigo 28 da Lei de Drogas, que criminaliza o usuário (porte para consumo pessoal), é inconstitucional por violar, entre outros, os princípios de liberdade, intimidade, privacidade e não-lesividade garantidos ao indivíduo pela Constituição democrática (o ato de consumir uma droga ilícita está circunscrito ao âmbito da livre escolha privada e íntima do indivíduo sobre a própria consciência, conduta e corpo, não causando em si danos a terceiros e não podendo, portanto, ser passível de intervenção do Estado)<sup>93</sup>. O RE, que está pronto para ser colocado em pauta, tem repercussão geral, ou seja, o julgamento desse caso específico valerá para todos os casos de criminalização de usuários, levando na prática, caso a tese seja aceita, a uma alteração na Lei. Apesar da descriminalização do usuário ser considerada uma conquista parcial (já que só resolve uma parte do problema, a criminalização do consumo, mantendo a produção e distribuição criminalizados), era a possibilidade de avanço mais evidente e próxima de se realizar naquele momento, na perspectiva dos militantes.

No âmbito da militância canábica carioca havia também uma novidade importante: nas eleições de 2012 Renato Cinco foi eleito para um inédito mandato político como Vereador da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, pelo PSOL. Segundo explicou em reunião do Movimento Pela Legalização da Maconha, o tema das drogas era uma das prioridades de sua atuação, e o mandato apoiaria a Marcha da Maconha e o movimento canábico como um todo, sempre que possível e conveniente, como no envio de ofícios às autoridades, por exemplo.

---

<sup>91</sup> O Projeto de Lei foi posteriormente aprovado na Câmara dos Deputados, após modificações (onde foram retiradas as propostas mais polêmicas, mantendo a regulamentação do repasse de verbas para as CT's) e encontra-se no momento da publicação em avaliação por comissões do Senado sob o nome de PLC 37.

<sup>92</sup> PS: no momento da publicação o caso segue à espera que o STF coloque em pauta para julgamento.

<sup>93</sup> Ver artigo de Roberto Soares Garcia, "A inconstitucionalidade do art. 28 da Lei de Drogas", entre outros artigos publicados no boletim especial sobre Drogas do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM). <[http://www.ibccrim.org.br/boletim\\_artigo/4740-A-inconstitucionalidade-do-art.-28-da-Lei-de-Drogas](http://www.ibccrim.org.br/boletim_artigo/4740-A-inconstitucionalidade-do-art.-28-da-Lei-de-Drogas)>. Acessado em 01/09/2014.

Além disso, três militantes do coletivo passaram a trabalhar no gabinete com o tema das drogas, o que lhes permitiu dedicar mais tempo à militância antiproibicionista. Apesar de um possível projeto de legalização da maconha ser da alçada do Legislativo Federal e não Municipal, Cinco pautou o debate sobre a questão das drogas em seus discursos como Vereador na Câmara municipal, questionando principalmente a política de internação compulsória de usuários de crack levada a cabo pela prefeitura de Eduardo Paes (PMDB) à época. Assim que tomou posse, Cinco propôs uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar os contratos da prefeitura com as clínicas privadas para onde os usuários eram levados à força – clínicas suspeitas de não oferecer condições adequadas de tratamento – mas não conseguiu as assinaturas necessárias<sup>94</sup>. No entanto, promoveu uma Audiência Pública sobre o tema na Câmara Municipal, onde profissionais da saúde e instituições de Direitos Humanos e do movimento antimanicomial puderam expôr os problemas e ameaças à dignidade humana contidos nessa política.

#### 4.1 Panorama

Foram realizadas entre Janeiro e Maio de 2013 o total de seis reuniões de organização da Marcha, quase todas no campus de uma universidade pública localizada em um bairro da zona Sul da cidade<sup>95</sup>. Como ficou definido após a crise de 2010, as reuniões foram os principais espaços legitimados de tomada de decisões e discussão de assuntos relacionados à manifestação. As reuniões são concebidas como encontros presenciais convocados e divulgados nas plataformas de comunicação, tendo o objetivo genérico de organizar a manifestação. Elas podem ter ou não uma *pauta* pré-definida (um conjunto de tópicos ou questões a serem debatidas ou resolvidas), podendo ser alterada a qualquer momento. Dentro de uma concepção de cultura de organização enfatizado pelo MLM, a reunião pressupõe a

---

<sup>94</sup> Para abrir a CPI eram necessárias 17 assinaturas (de um total de 51 Vereadores), mas a base política do governo, amplamente majoritária, não apoiou a iniciativa. Posteriormente, durante a campanha eleitoral de 2014, veio à tona um escândalo de corrupção que envolvia o ex-secretário de assistência social Rodrigo Bethlem e a ONG que tinha contrato com a Prefeitura para prestar os serviços de “acolhimento” de menores usuários de crack. Em troca do contrato feito sem licitação e com suspeita de repasses irregulares, o ex-secretário recebia criminosamente uma “mesada” da ONG. Ver em <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/07/gravacoes-revelam-que-bdeputado-rodrigo-bethlem-recebia-propinab-na-prefeitura-do-rio-e-mantem-conta-na-suica.html>>. Acessado em 01/09/2014.

<sup>95</sup> A excessão foi uma reunião realizada em uma praça pública, também na zona Sul.

realização de *discussões* sobre *pontos de pauta*, que, se espera, cheguem a *decisões*, *propostas* ou *encaminhamentos*, de caráter deliberativo e executivo. Em geral, uma pessoa se encarrega do registro das decisões e posterior produção de uma *relatoria* ou *ata* da reunião, a ser compartilhada na lista de e-mails ou nas redes sociais, de modo que todos possam acompanhar o andamento da organização.

Diferentemente do que o histórico poderia supor, o processo de organização da Marcha em 2013 se deu sem grandes tensões entre os coletivos. Havia claramente uma preocupação dos militantes em evitar brigas e discussões nas reuniões de organização. Esse posicionamento foi facilitado pelo fato de ter havido pouca participação de ativistas que outrora tinham sido pivôs de divergências importantes, segundo membros do MLM analisaram ao fim do processo. Assim, o espaço das reuniões de organização da Marcha naquele ano acabou sendo pacificamente ocupado principalmente por membros do Movimento pela Legalização da Maconha e do bloco de carnaval Planta na Mente<sup>96</sup>, assim como por ativistas dos coletivos Growroom, Cultura Verde<sup>97</sup>, Hempadão, SmokeBuddies<sup>98</sup>, SemSemente e outros, além de militantes independentes. De toda forma, a maior parte das posições propostas pelos militantes do MLM foi aprovada por consenso e boa parte das ações construídas naquele espaço de organização foram, na prática, levadas a cabo por estes militantes. Essas posições se referiam principalmente à garantia de um espaço de falas durante a manifestação, a confecção de faixas com bandeiras políticas do movimento canábico naquele momento, e a adoção de estratégias de divulgação valorizadas pelo grupo – panfletagem intensiva no mês antecedente à manifestação e a realização de debates em universidades, onde os argumentos pela legalização podem ser melhor desenvolvidos e expressados.

Os pontos definidos pela organização para a manifestação foram basicamente data, trajeto, dinâmica, divulgação e financiamento. A data foi definida consensualmente para 11 de Maio, um Sábado, pensada para que a manifestação pudesse contar com a presença do maior número possível de pessoas, evitando o feriadão do Dia dos Trabalhadores (1º de Maio), o Dia das Mães (segundo Domingo do mês) e a final do Campeonato Estadual de futebol

---

<sup>96</sup> O “Planta na Mente” é um bloco de carnaval temático que defende a legalização da maconha e participa da Marcha da Maconha desde 2011.

<sup>97</sup> Coletivo antimanicomial e antiproibicionista de Niterói. Ver <[www.culturaverde.org](http://www.culturaverde.org)>.

<sup>98</sup> O SmokeBuddies nasceu como um grupo virtual de usuários de maconha. Aos poucos, os moderadores do grupo criaram também um site que passou a ter produção de conteúdo, difundindo notícias sobre maconha e política de drogas. Ver <[www.smkbd.com](http://www.smkbd.com)>



(geralmente nessa época do ano). Foi falado durante a reunião que a organização do Rio de Janeiro em geral procura marcar a Marcha para o princípio de Maio, por considerar que a manifestação carioca serve como um estímulo para outras cidades que pretendem realizar a manifestação. Em 2013 seria interessante também que a Marcha não caísse nos dias em que estaria ocorrendo um congresso acadêmico sobre drogas em Brasília, do qual vários militantes cariocas iriam participar<sup>99</sup>. A concentração, como de costume, foi marcada para as 14 horas, com o início da Marcha pontualmente às 16:20.

#### 4.2 Política e festa

A “dinâmica” definida para a Marcha de 2013 foi a mesma dos anos anteriores: microfone aberto para falas durante a concentração, e o bloco Planta na Mente tocando durante toda a caminhada. O momento das falas, ou discursos, é considerado pelos ativistas do MLM como fundamental para o que chamam de politização da manifestação, pois é a hora em que os militantes podem se comunicar com os manifestantes e outras pessoas presentes, expôr os argumentos, demandas e reivindicações da luta pela legalização e os aspectos que justificam a existência da Marcha da Maconha<sup>100</sup>. A organização da Marcha tinha ao longo dos anos chegado a um consenso sobre essa dinâmica, que garantia os aspectos festivo e político da manifestação. Esse duplo caráter tinha levado no passado a divergência de opiniões sobre como deveria ser a dinâmica da manifestação, o uso do som, e a importância dada aos discursos e falas políticas, de uma lado, e ao “show” e as atrações culturais, de outro.

Um militante do MLM, por exemplo, em reunião específica do coletivo, explicou que em 2012 a organização gastou muito tempo e energia tentando planejar um “festival” de música para o fim da Marcha, que chegou a ser anunciado nos panfletos de divulgação. No dia da manifestação, entretanto, o festival foi embargado por fiscais da prefeitura, pois os responsáveis por organizar o festival não tinham solicitado o aval para montar a estrutura do palco. Ele discordava da ênfase que alguns ativistas davam à ideia dos “shows” e defendia o reforço do aspecto político da Marcha. Era contrário, por exemplo, como havia sido proposto em anos anteriores, que houvesse discotecagem (som mecânico) durante toda a Marcha, como

<sup>99</sup> Tratava-se do “I Congresso Internacional sobre Drogas”, realizado em Brasília entre os dias 03 e 05 de Maio.

<sup>100</sup> Apesar de outros ativistas considerarem as falas desnecessárias, chamando-as de “blá-blá-blá”.

se a ela fosse *somente* uma festa. O militante dava importância ao aspecto festivo – ele e alguns membros do MLM faziam parte, inclusive, do bloco Planta na Mente, que tocava na manifestação –, mas a Marcha não deveria ser *apenas* uma “festa da maconha”, como outros militantes defendiam: um dos objetivos do coletivo era exatamente garantir e ressaltar o aspecto político da manifestação.

Como forma de solucionar a divergência sobre o uso do som, uma ativista do MLM chegou a sugerir que em 2013 a Marcha tivesse dois carros de som, divididos entre a organização. Assim não haveria tanta discussão sobre o conteúdo a ser veiculado nos auto-falantes. De maneira geral os militantes do coletivo concordaram que essa seria uma tendência para o futuro, mas que a Marcha da Maconha ainda não tinha tamanho para isso<sup>101</sup>. Eles tinham como modelo de comparação a “Parada Gay”<sup>102</sup> (SIC), que no Rio de Janeiro contava com cinco ou seis carros de som, cada um com a programação sob responsabilidade de um ou mais grupos. Essa divisão, segundo opinaram, gerava uma diversidade maior de público dentro do mesmo evento, o que seria positivo também no caso da Marcha da Maconha, visando o objetivo comum de todos que participam da organização: apoio popular e o maior número possível de pessoas presentes. Além disso, havia a avaliação de que administrar projetos em comum é difícil, e por isso dividir tarefas era uma boa forma de evitar crises.

Outro militante do MLM comentou que mais de um carro de som não garantia, entretanto, uma “politização” da manifestação. Como exemplo, citou uma Marcha da Maconha que tinha presenciado na Itália, com cinco carros de som, cada um com um DJ “discotecando”, e proporcionalmente poucas pessoas presentes, o que dava uma aparência de manifestação esvaziada. O que significava uma Marcha “não-politizada”? Segundo ele, os participantes ficavam em sua maior parte “simplesmente fumando maconha”, não havendo falas além da música eletrônica, o que fazia o evento parecer uma “festa da maconha” – um momento especial onde as pessoas podiam fumar na rua sem serem incomodadas, mas sem qualquer tipo de discussão ou conscientização política. Outro militante também lamentou que algumas pessoas entendessem a Marcha apenas como uma “festa” de “celebração da maconha”, e que por esse motivo defendiam que se fumasse maconha durante o evento.

---

<sup>101</sup> Foi estimada pela polícia a presença de dez mil pessoas na Marcha da Maconha de 2012 no Rio de Janeiro.

<sup>102</sup> A 17ª edição da Parada do Orgulho LGBT em 2012 teve a presença estimada de 700 mil a 1,5 milhão de pessoas na orla de Copacabana.

O que aponta para outra dimensão conflituosa sobre a manifestação. Uma das críticas feitas à Marcha é de que os participantes só vão à manifestação para fumar maconha. Por outro lado, alguns ativistas defendem que fumar maconha (seja na Marcha ou em qualquer contexto) é por si só um ato de libertação e de desobediência civil, sendo também, nesse sentido, uma manifestação política. Sobre o conceito de desobediência civil na Marcha da Maconha, ver Lanças (2013). Militantes do MLM, por sua vez, enquanto membros da organização da Marcha do Rio, fazem questão de orientar pelo carro de som durante a Marcha que não se deve fumar maconha na manifestação, como forma de isentar a organização de acusações de incentivo ou apologia ao uso. Isso não impede, é claro, que a grande maioria dos presentes fume maconha durante o evento.

Por outro lado, a própria divisão entre compreender a Marcha como uma festa de celebração da cultura canábica *ou* como um ato político parece ser uma falsa dicotomia. O MLM, por exemplo, defende uma Marcha festiva, cultural, lúdica, mas com conteúdo político, incluindo discursos, palavras de ordem, faixas com pautas políticas. O bloco Planta na Mente representa, nesse sentido, uma síntese dessas polaridades: com elementos festivos, artísticos, culturais, mas politizado, com marchinhas que se tornam palavras de ordem cantadas. A definição da dinâmica – com as falas e discursos garantidos na concentração, e apenas o bloco tocando durante o trajeto – parecia portanto acomodar bem os dois enfoques, evitando também que, de forma prática, falas durante a passeata atrasassem o andamento da manifestação, como já havia ocorrido em anos anteriores.

### 4.3 Trajeto e segurança

A definição do trajeto em 2013 passa por uma avaliação da confusão ocorrida no ano anterior, quando a Marcha da Maconha no Rio de Janeiro foi pela primeira vez reprimida pela polícia, de forma extremamente violenta<sup>103</sup>. Naquela ocasião, em que eu estava presente, quando já anoitecia e a manifestação quase alcançava o ponto previsto para o fim e a dispersão, a Tropa de Choque da Polícia Militar, sem motivo aparente, entrou com uma caminhonete no meio das pessoas e, após alguns minutos, iniciou uma violenta repressão,

---

<sup>103</sup> Contraditoriamente, era a primeira edição da Marcha depois do julgamento no Supremo Tribunal Federal que legitimava a manifestação.

distribuindo bombas de gás lacrimogênio, tiros de bala de borracha e golpes de cassetete, atacando a multidão que caminhava pacífica<sup>104</sup>. Posteriormente, o comando da polícia justificou a ação afirmando que a manifestação estava demorando muito para terminar, e que precisava liberar o tráfego de veículos.

Na opinião dos militantes do MLM, seria preciso buscar mais fluidez à Marcha de 2013, minimizando os impactos ao trânsito. Essa avaliação, faz questão de deixar claro, não significava que aceitassem a repressão policial como uma ação justificada. Mas, levava em conta aspectos práticos que poderiam reduzir os riscos de que novas confusões ocorressem. O trajeto da manifestação no ano anterior havia sido do Arpoador ao Posto 9, no sentido contrário do usual, ocupando a mão “de dentro” da Avenida Vieira Souto (junto aos prédios) e não a da praia, o que impedia que os carros usassem as ruas transversais à orla. De forma pragmática, era um consenso que a inversão do trajeto em 2012 havia contribuído de alguma forma para o trágico fim. Todos presentes à reunião de organização da Marcha concordavam que ela deveria voltar ao seu sentido tradicional, ocupando a pista junto à praia de Ipanema: começando no Posto 9 e indo até o Arpoador. Dessa forma haveria mais espaço livre para os manifestantes ocuparem a pista junto ao calçadão e a possibilidade de maior adesão das pessoas que estivessem na praia; o transtorno ao trânsito da região seria menor, já que o acesso às ruas transversais não seria fechado; haveria maior facilidade de dispersão ao fim do evento no Arpoador; e o trajeto não seria muito comprido<sup>105</sup>, evitando que a manifestação se alongasse por muito tempo durante os aproximadamente 1.200 metros.

Cabe aqui um pequeno comentário sobre a definição do trajeto, pois em nenhum momento foi cogitada pela organização a realização da manifestação em outro local que não a orla de Ipanema. Ao longo dos anos a manifestação na cidade já teve diferentes pontos de concentração, trajeto e dispersão, mas sempre localizados na Avenida Vieira Souto, uma das áreas mais valorizadas da cidade, na Zona Sul. O lugar é considerado pelos organizadores o espaço “tradicional” da Marcha da Maconha, desde sua primeira realização na cidade em 2002, quando foi identificado pela portuguesa Suzana como um ponto simbólico para os

---

<sup>104</sup> Ver <<http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/marcha-da-maconha-termina-em-confusao-com-a-policia-no-rio,4fad4cb8511da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>> Acessado em: Setembro/2014.  
<<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2012/05/05/marcha-da-maconha-reune-mais-de-2-mil-pessoas-na-zona-sul-do-rio-de-janeiro/>>. Acessado em: Setembro/2014.

<sup>105</sup> Em 2011, por exemplo, a Marcha teve um trajeto maior, do Jardim de Alah (entre os Postos 10 e 11) ao Arpoador.

usuários de maconha da cidade<sup>106</sup>. A escolha da orla de Ipanema para sediar a Marcha da Maconha, entretanto, já foi diversas vezes alvo de críticas à organização ao longo dos anos, por desestimular a participação de pessoas mais pobres e moradores da periferia, dando à manifestação um caráter elitista, acusada de ser um “movimento de playboys”. A orla de Ipanema também seria, segundo a crítica, vazia de qualquer simbolismo político; nesse caso, o ideal seria realizar a Marcha no centro da cidade, onde estão localizados prédios de instituições políticas importantes, região em que tradicionalmente se organizam grandes manifestações públicas na cidade.

Entretanto, os militantes que há anos participam da organização da Marcha da Maconha consideram a orla de Ipanema um local identificado com o universo da cultura canábica e condizente com o aspecto festivo da manifestação. Um caso interessante teria confirmado a vocação do espaço para a realização da manifestação. Silvestrin (2011) conta que em 2005 teriam havido duas Marchas na cidade: uma marcada para uma sexta-feira à tarde, no centro da cidade, a cargo do extinto Movimento Nacional pela Legalização das Drogas; e outra no Sábado, na orla de Ipanema, coordenada pelo Growroom. O resultado do esvaziamento da primeira e o sucesso da segunda teria confirmado a orla de Ipanema no fim de semana como o ponto privilegiado para a manifestação, reforçando o apelo do aspecto descontraído, cultural e festivo observado na manifestação.

Também, a Marcha invariavelmente começa, termina, ou passa pelo Posto 9 (posto de salvamento da praia) em função do simbolismo do local com o universo do *maconheiro* carioca. A área é amplamente conhecida como *point* de usuários de maconha na praia de Ipanema, frequentada por certa juventude carioca que consome ou convive normalmente com o consumo da maconha – tradição iniciada há algumas décadas, notadamente por artistas e personalidades que simbolizavam uma “vanguarda” cultural na cidade. Sendo uma região considerada pelos frequentadores como “*legalize*”, ou seja, onde supostamente existe mais tolerância e segurança para a prática de fumar maconha, o local também é tido pela organização como potencial para atrair banhistas para a manifestação.

Voltando às definições para a Marcha de 2013, a confusão ocorrida no ano anterior ainda rendia preocupações. Durante uma reunião, um militante comentou que alguns ativistas culpavam o bloco Planta na Mente. A banda, que animava a manifestação durante a caminhada, teria demorado a evoluir o andamento da Marcha, resultando na repressão. De fato, o “Planta”, como o bloco é comumente chamado, passou a ter em 2012 um papel central

---

<sup>106</sup> Ver seção 2.1 deste trabalho.

na dinâmica da manifestação, pois se tornou a atração musical que anima a Marcha. Em 2012, a “evolução” da Marcha ficou prejudicada pelo fato da multidão ter se aglomerado à volta da banda, dificultando o avanço da caminhada e fazendo com que a Marcha ficasse parada em diversos momentos. Em 2013 seria providenciada, portanto, uma corda para ser esticada em torno do bloco, estratégia usualmente adotada pelos blocos de rua no carnaval carioca. Seria assim garantido o avanço da banda e o andamento da manifestação, além de garantido espaço e segurança aos músicos. Havia uma preocupação em, uma vez iniciada, manter “devagar e sempre” a manifestação em movimento, pois uma vez parada era difícil fazer a massa de pessoas ordenadamente voltar a andar.

Entretanto, para um militante membro do MLM e do Planta na Mente, “não se deve procurar culpados dentre os ativistas”, pois “a repressão policial é sempre de total responsabilidade da própria repressão”. Sua posição era majoritária entre os ativistas, inclusive porque apesar de a organização ter enviado ofícios comunicando a prefeitura e o governo do Estado da realização da manifestação<sup>107</sup>, não foi feito por parte das autoridades qualquer planejamento de alternativa viária para o trânsito de veículos na região, o que agravou os transtornos às pessoas que queriam se deslocar. Segundo o entendimento geral, corroborado pela decisão do Supremo Tribunal Federal dois anos antes, a Marcha da Maconha, enquanto uma manifestação política, não precisava de autorização para acontecer, e não podia ter seu horário limitado pelas forças do Estado<sup>108</sup>. Ao Estado caberia montar uma estratégia que garanta a fluidez do trânsito e a segurança dos manifestantes. Qualquer violência cometida pela polícia contra manifestantes pacíficos é tida como injustificada e violadora de preceitos fundamentais da constituição democrática.

A fala de diversos militantes mostra uma preocupação permanente em manter a manifestação tranquila, pacífica, evitando situações conflituosas, principalmente entre os manifestantes e a polícia, que possam resultar em confusões, violência ou detenções. A segurança é um tópico de especial atenção, pois qualquer conflito é considerado negativo para o sucesso da Marcha como uma manifestação pacífica e convidativa. Essa preocupação leva o

---

<sup>107</sup> O modelo de ofício (Anexo VIII) está disponível no site da Marcha da Maconha e consta como uma das medidas indicadas no Manual do Organizador (Anexo VII) para garantir a segurança da manifestação.

<sup>108</sup> Sobre esse ponto, os militantes do MLM lembram que é preciso sempre enfatizar que a Marcha da Maconha não é um evento cultural, mas sim uma manifestação política. Isso porque se a Marcha fosse organizada como um evento cultural, seria necessário pedir autorização da prefeitura, além de realizar uma série de burocracias e cumprir condições relacionadas à produção de grandes eventos em espaços públicos na cidade (disponibilizar de banheiros químicos para o público e uma ambulância de prontidão, entre outras coisas, por exemplo). Já como manifestação política, basta a organização comunicar através de ofícios a data, hora e local de realização da manifestação, sem a necessidade de autorização ou infra-estrutura.

grupo de ativistas a exercer um papel de mediação, estabelecendo um diálogo com as “autoridades” que acompanham a manifestação – principalmente a Polícia Militar, às vezes também Cet-Rio e Guarda Municipal – e buscando orientar os manifestantes. Nesse sentido, como reforçado pelos militantes do MLM, o carro de som cumpre um papel importante. De um lado, serve à comunicação da organização com os participantes, na tentativa de orientar minimamente a Marcha quando necessário; de outro, torna-se uma referência visual para a multidão, perto de onde é sempre possível encontrar militantes da organização.

A tentativa de manter uma mínima “ordem”, no intuito de evitar conflitos, coincide por outro lado com a percepção de que a Marcha é, no limite, “incontrolável”, pelo fato de o comportamento dos participantes ser imprevisível, e não haver um “comando” central ou liderança que guie a dinâmica de uma multidão de pessoas. A Marcha de 2012 era um bom exemplo. Segundo relatou um militante, houve um momento-chave antes da confusão em que a polícia pediu à organização que a manifestação liberasse a pista ao tráfego de veículos. Foi negociado então que a Marcha liberaria apenas meia pista, já que estava quase chegando ao fim, onde ocorreria a dispersão. Foi feito então o pedido no microfone para que as pessoas liberassem a faixa da direita para os carros, permitindo que usassem as ruas transversais à Avenida Vieira Souto. Entretanto, a multidão se deslocou espontaneamente para a direita, junto à grande calçada dos prédios, onde havia mais espaço. Dessa forma a manifestação liberava meia pista, mas ainda impedia que os carros usassem as ruas à direita, mantendo certo transtorno ao trânsito – fato utilizado como pretexto para a intervenção policial violenta.

Pensando em garantir a segurança da Marcha em 2013, alguns ressaltaram ainda a importância de uma maior articulação com as “autoridades” – entendidas aqui não apenas como os servidores públicos de instituições do Estado presentes no momento da manifestação, como também políticos e figuras públicas. Nesse sentido, Renato Cinco era agora uma “autoridade”, um político em mandato. Havia o entendimento de que sua presença legitimava simbolicamente a manifestação, e representava a diminuição do risco prático de ocorrerem confusões durante sua realização. Alguns militantes mencionaram, por exemplo, que no ano anterior, em que o Batalhão de Choque da Polícia Militar reprimiu a Marcha, “coincidentalmente” foi a primeira vez em anos que o Deputado Estadual Carlos Minc (PT-RJ) não havia comparecido à manifestação. Minc é um antigo defensor da legalização, e apesar de nunca ter participado da organização da manifestação em si, diversas vezes se fez presente falando no microfone e dando seu apoio à causa. Em 2012, entretanto, ele estava no cargo de secretário Estadual de Meio Ambiente do governo Sérgio Cabral. Os ativistas sugeriam,

portanto, uma possível ligação entre a ausência de Minc e a repressão ocorrida, pois havia agora um alinhamento político do Deputado com o governador, que controla a Polícia Militar<sup>109</sup>.

Essa avaliação levava em conta que a presença de Minc em anos anteriores havia representado certa garantia de segurança, exatamente pelo *status* de “autoridade” que já o havia permitido mediar pacificamente conflitos com a polícia surgidos em outras manifestações. Portanto, na opinião de alguns antigos militantes, se Minc estivesse presente em 2012, talvez outra resolução teria se dado no caso, que não a violência policial. A eleição de Cinco, um dos organizadores da Marcha da Maconha, era vista assim como uma garantia de segurança para a manifestação em 2013. Cinco se dispôs a enviar de antemão, por meio do gabinete na Câmara de Vereadores, os ofícios aos órgãos competentes, comunicando a realização da manifestação como prevê a legislação. O “mandato” – forma como os militantes passaram a se referir à estrutura proporcionada pelo gabinete político do Cinco – também se disponibilizava a emprestar um conjunto de walkie-talkies para facilitar a comunicação dos organizadores nos diferentes pontos da manifestação. Uma das dificuldades observadas em 2012 tinha sido a comunicação e articulação entre os diferentes “setores” da Marcha: a parte da frente com as faixas<sup>110</sup>, o Planta na Mente no miolo da multidão e o carro de som. Havia uma preocupação, como se diz sobre os desfiles de escola de samba, com a “evolução” da manifestação, para que não houvesse espaços vazios entre as diferentes partes que compõe o conjunto da Marcha.

#### 4.4 Reta final pré-marcha: panfletagens, debates e oficinas

Como principal forma de divulgação da Marcha, militantes experientes propuseram a realização de uma campanha de panfletagem intensiva no mês antecedente à manifestação. Segundo alguns deles relataram, esta estratégia da divulgação foi questionada algumas vezes no passado por outros ativistas que consideravam mais eficiente a divulgação pela internet, em páginas e grupos em redes sociais e sites de cultura canábica. Eles argumentavam que a

---

<sup>109</sup> Contraditoriamente, Sérgio Cabral já defendeu publicamente a legalização das “drogas leves”. Ver em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0512201026.htm>> Acessado em 01/09/2014.

<sup>110</sup> A proposta aprovada pela organização foi a confecção de três grandes faixas: uma principal com a logo da Marcha da Maconha e outras duas com as principais pautas do momento no debate sobre política de drogas: contra o PL 7663, que tramitava no Congresso, e pelo julgamento do RE 635659 pelo STF.



divulgação virtual alcança mais pessoas e, principalmente, as pessoas certas, ou seja, aquelas que estão mais interessadas no tema. Dessa perspectiva, a panfletagem de rua era considerada um “desperdício” de dinheiro, tempo e material com pessoas aleatórias na rua, sendo criticada também por argumentos ecológicos, devido ao grande volume de material produzido e, em grande parte, jogado no lixo.

A importância da panfletagem, entretanto, é enfatizada por militantes que participam de outros movimentos sociais e de campanhas políticas como fundamental para o sucesso da Marcha. Cinco, por exemplo, falou durante uma reunião como a panfletagem de sua campanha a Vereador em 2012 teve grande aceitação nas ruas, tendo sido, em sua avaliação, primordial para alcançar a eleição. Argumentou ser importante que as pessoas vejam os ativistas mobilizados, distribuindo panfletos, e possam conversar “olho no olho” sobre o tema. Para ele, a divulgação pela internet é importante, mas limitada, por alcançar mais as pessoas que já tem certa familiaridade ou interesse sobre o assunto – que buscam páginas, grupos e sites relacionados à maconha. Enquanto isso, a panfletagem de rua permite alcançar pessoas distantes do debate, mesmo que favoráveis à causa, mas que nunca saberiam da manifestação de outra forma; e também pessoas a princípio contrárias à causa, mas que podem mudar de opinião a partir do diálogo com os militantes na rua. Além disso, mesmo que nem todas as pessoas que recebem o panfleto compareçam à manifestação, por si só o fato de um grupo de militantes estar nas ruas divulgando a Marcha torna a manifestação e o debate visível para um maior número de pessoas – o que é um dos objetivos da militância. Ao longo dos anos, as panfletagens da Marcha da Maconha se tornaram uma tradição na organização da manifestação carioca.

Em 2013 foi proposta a confecção de um panfleto nacional ou estadual, como forma de ajudar na divulgação de outras cidades<sup>111</sup>. A ideia era o panfleto ter uma “arte” na frente, com a *logo* da Marcha e as datas, e um texto explicativo no verso. Um militante sugeriu a meta de dobrar a Marcha de tamanho em relação ao ano anterior, que tinha tido a presença estimada de dez mil pessoas, sendo necessário para isso a confecção de pelo menos cinquenta mil panfletos e mil cartazes de parede. Foi proposta então uma agenda de panfletagem fixa: todas as sextas na Lapa, e domingos na praia de Ipanema, além de panfletagem durante a semana nas portas das universidades. O grupo definiu afinal a confecção de um panfleto estadual (já que em nível nacional seriam mais de trinta cidades com Marchas naquele ano)

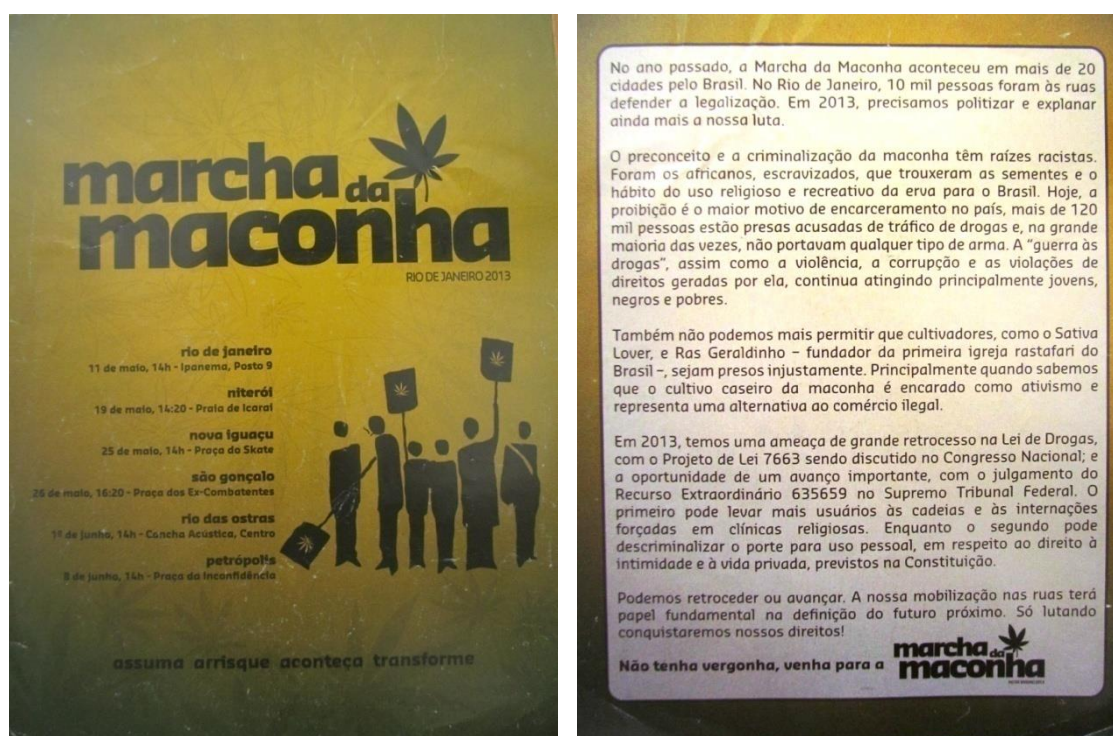
---

<sup>111</sup> Essa estratégia já tinha sido utilizada em 2008, quando foi feito um panfleto nacional com as datas das treze Marchas agendadas no país naquele ano (Ver Imagem 14, pg.40). O material foi produzido no Rio de Janeiro e enviado para as organizações de cada cidade, para reforçar o caráter nacional da manifestação, e como forma de estimular as novas Marchas (a maior parte delas ocorria pela primeira vez).

para ajudar na divulgação das outras Marchas em nível regional<sup>112</sup>, algumas das quais ocorreriam pela primeira vez.

A um mês da manifestação os panfletos e adesivos ficaram prontos e foi iniciada a campanha de divulgação. As noites de Sexta-feira na Lapa, bairro boêmio da cidade, foram as ocasiões fixas nas quais os militantes se reuniam para isso. A região é há alguns anos escolhida para as panfletagens por ser frequentada por certa juventude boêmia, originária de todas as regiões da cidade, em geral receptiva aos panfletos e potencialmente simpática ao debate da legalização. Esse é um ponto interessante a ser destacado, pois o teor do panfleto e os locais escolhidos para sua distribuição não tem por objetivo principal alcançar pessoas que sejam contrárias à causa; o público-alvo é mais especificamente o conjunto de pessoas com potencial para se identificar com a manifestação e que tenha algum interesse em participar dela – principalmente pessoas que fumam maconha.

**Imagem 22** – Panfleto estadual da Marcha da Maconha do Rio de Janeiro/2013



Arquivo do Autor

No ano passado, a Marcha da Maconha aconteceu em mais de 20 cidades pelo Brasil. No Rio de Janeiro, 10 mil pessoas foram às ruas defender a legalização. Em 2013, precisamos politizar e explanar ainda mais a nossa luta.

<sup>112</sup> Niterói, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Rio das Ostras, Petrópolis.

O preconceito e a criminalização da maconha têm raízes racistas. Foram os africanos, escravizados, que trouxeram as sementes e o hábito do uso religioso e recreativo da erva para o Brasil. Hoje, a proibição é o maior motivo de encarceramento no país, mais de 120 mil pessoas estão presas acusadas de tráfico de drogas e, na grande maioria das vezes, não portavam qualquer tipo de arma. A “guerra às drogas”, assim como a violência, a corrupção e as violações de direitos geradas por ela, continua atingindo principalmente jovens, negros e pobres.

Também não podemos mais permitir que cultivadores, como o Sativa Lover, e Ras Geraldinho – fundador da primeira Igreja rastafari do Brasil – sejam presos injustamente. Principalmente quando sabemos que o cultivo caseiro da maconha é encarado como ativismo e representa uma alternativa ao comércio ilegal.

Em 2013, temos uma ameaça de grande retrocesso na Lei de Drogas, com o Projeto de Lei 7663 sendo discutido no Congresso Nacional; e a oportunidade de um avanço importante, com o julgamento do Recurso Extraordinário 635659 no Supremo Tribunal Federal. O primeiro pode levar mais usuários às cadeias e às interações forçadas em clínicas religiosas. Enquanto o segundo pode descriminalizar o porte para uso pessoal, em respeito ao direito à intimidade e à vida privada, previstos na Constituição.

Podemos retroceder ou avançar. A nossa mobilização nas ruas terá papel fundamental na definição de futuro próximo. Só lutando conquistaremos nossos direitos!

Não tenha vergonha, vem para a Marcha da Maconha!”

(Texto-manifesto do panfleto – Rio de Janeiro 2013)

Em geral, nas noites de panfletagem, o grupo de militantes fazia basicamente o mesmo percurso, com o ponto de encontro na escadaria da Lapa<sup>113</sup>. Há alguns anos o lugar se tornou um ponto de encontro *underground* de galeras jovens, de diferentes tribos urbanas, que ocupam o espaço sentando-se nas laterais e nos degraus da escadaria, interagindo, formando rodas de violão, fumando maconha, paquerando, bebendo, se sociabilizando. Ali, em geral, era feita uma primeira distribuição: o grupo subia e descia as escadas entregando o panfleto a praticamente todas as pessoas presentes, recebendo bastante apoio. Em seguida, o grupo caminhava pela rua Joaquim Silva distribuindo os panfletos até os Arcos da Lapa. Tal rua vem se firmando na última década como um ponto “alternativo” da noite na Lapa, concentrando bares, vendedores e artistas de rua, com opções de música funk, reggae, rap, rock e outros estilos musicais. Ali o grupo também recebia, em geral, bastante apoio.

---

<sup>113</sup> A escadaria, que conecta a rua Joaquim Silva, na Lapa, com o bairro de Santa Teresa, é também conhecida como “escadaria Selarón”, em referência ao trabalho do artista plástico chileno Selarón, morto em 2013. A obra – que cobre em mosaicos os degraus e paredes da escadaria com centenas de azulejos de várias partes do mundo – vem nos últimos anos alçando o lugar à condição de ponto turístico da cidade.

**Imagem 23** – Panfletagem noturna da Marcha da maconha junto aos Arcos da Lapa



Arquivo do Autor

Dos arcos da Lapa a panfletagem seguia em geral pela rua Mem de Sá até o bar da Cachaça, na altura da rua Gomes Freire. Do bar da Cachaça, o grupo decidia retornar até a escadaria, ou então finalizar a panfletagem ali mesmo. No caminho, encontrava um público diverso em termos de idade e renda – principalmente com relação aos consumidores de bares ao longo da Mem de Sá, em geral mais velhos e com maior poder aquisitivo. A receptividade aos panfletos também variava mais naquele trecho. Foi num desses bares que certa vez um homem branco, bem vestido, de uns trinta e cinco anos, me questionou quando lhe entreguei o panfleto: “Tanta coisa ruim no mundo, e vocês protestando pela legalização da maconha?!”. O comentário resumia uma das críticas comuns feitas ao debate pela legalização da maconha, de que o tema não é importante. Tal percepção se aproxima também da ideia de que aqueles que defendem a legalização da maconha estão apenas “agindo em causa própria”. Essa percepção explica em parte a ênfase que muitos ativistas dão na defesa da legalização não apenas como uma questão relativa à liberdade individual do usuário, mas a toda a sociedade, atingida pela violência e corrupção geradas pela proibição. Minha resposta ao homem, quase irrefletida, foi dizer que a legalização da maconha poderia diminuir o poder do tráfico de drogas, diminuindo a violência, e que os impostos recolhidos pela venda legalizada poderiam ser usados na educação e na saúde. Afastei-me enquanto ele pensava sobre o assunto, continuando a distribuição.

As panfletagens na Lapa foram experiências interessantes para perceber a diversidade de reações das pessoas à própria ideia da Marcha e o debate da legalização. Antes de tudo, apesar da Marcha da Maconha ser conhecida em algum nível, a maior parte das pessoas não sabia de sua existência. Mesmo pessoas que se identificavam como usuárias, favoráveis à legalização, muitas vezes nunca tinham ouvido falar da manifestação, o que dá aos militantes a sensação de que ela ainda tem muito a crescer de tamanho – à medida em que vá se tornando mais e mais conhecida e abraçada pelos usuários. Arrisco a dizer que a Marcha da Maconha tem ainda seu público muito limitado a certo recorte de usuário, branco, de classe média, da Zona Sul. As panfletagens na Lapa, onde é possível encontrar uma juventude mais ampla, negra, de classe mais baixa, de outras regiões da cidade, são feitas buscando exatamente ampliar esse espectro. Mesmo assim, a organização tem enfatizado a necessidade de ampliar ainda mais a divulgação, com panfletagens em favelas, na Zona Norte e na Baixada Fluminense, coisa que ainda não aconteceu. A escolha da Lapa para a panfletagem também é feita como forma de incentivar a participação voluntária dos ativistas, pois o trabalho acaba se tornando também um momento de sociabilização, lazer e divertimento.

Por outro lado, durante as panfletagens muitas pessoas paravam pra conversar, mostravam que conheciam a causa, manifestavam seu apoio. Várias delas faziam questão de dizer que já tinham ido à Marcha, e confirmavam que iriam novamente naquele ano. Alguns vinham inclusive pedir um bolo de panfletos para poder distribuir entre seus amigos. Esses casos dão a impressão de que a manifestação já tem certo “público cativo”, que não necessariamente participa da organização mas que se vê como parte do movimento, que busca ajudar e difundir a causa sempre que possível.

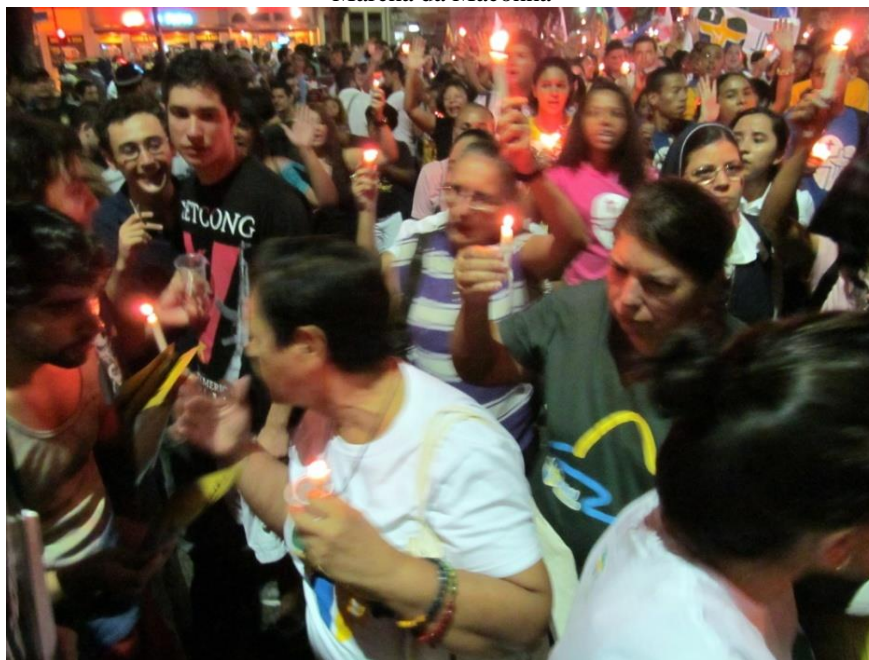
De maneira geral, o grupo de militantes panfletando é observado com curiosidade, destacando-se do resto das pessoas naquele universo. A curiosidade aumenta com a identificação de que a divulgação é de algo relacionado à maconha. Como o panfleto é às vezes confundido com *flyers* de divulgação de festas e eventos, os ativistas o entregavam já falando algo como “Marcha da Maconha!” ou “Pela legalização da maconha!”. Isso era o suficiente para que a pessoa que recebia o material logo se posicionasse sobre o assunto. Do que pude perceber, a grande maioria das reações foi de simpatia. Antes de tudo, as pessoas acham graça, riem, fazem piadas. Algumas negam inicialmente os panfletos, mas depois de perceber que são sobre maconha, pedem de volta; outros, têm reações negativas, fazem cara feia, viram pro lado, negam o panfleto. Em alguns casos extremos, a panfletagem foi vista como uma afronta, ou provocação, como quando a dona de um bar veio reclamar no momento



em que o grupo de ativistas parou para panfletar e começou a conversar com os clientes. Nenhuma dessas situações, entretanto, teve grandes consequências, pois os militantes procuravam sempre não entrar em embates com quem não se mostrava aberto a conversar e logo seguiam seu caminho.

Certa vez, um encontro inesperado aconteceu. Eram quase meia-noite, estávamos panfletando na rua Mem de Sá, quando ouvimos um som alto e avistamos de longe uma multidão de pessoas vindo em nossa direção. O trânsito tinha sido bloqueado e centenas de pessoas vinha caminhando e cantando, com velas acesas, no que parecia ser uma procissão religiosa (com direito a carro de som). Chegando mais perto descobrimos que eram católicos que faziam uma manifestação de fé em função da visita do Papa na Jornada Mundial da Juventude (JMJ), mega-evento católico que iria acontecer em dois meses. Enquanto a procissão passava, seguimos onde estávamos, com o galhardete, distribuindo os panfletos aos religiosos que passavam. Eles recebiam com estranhamento nossos panfletos, ao mesmo tempo que alguns nos entregavam o seu, sobre a JMJ.

**Imagens 24** – Encontro inusitado entre a Marcha católica e a panfletagem da Marcha da Maconha



Arquivo do Autor

Os debates promovidos pela militância nas semanas anteriores à Marcha da Maconha são também considerados importantes para expor a discussão sobre a legalização e mobilizar

a juventude universitária para a manifestação. Em 2013 foram organizados quatro debates que aconteceram em universidades públicas do Rio de Janeiro. Um foi promovido pela organização da Marcha (proposto e planejado no âmbito das reuniões da manifestação) e os outros três promovidos pelo Movimento Pela Legalização da Maconha, de forma independente.

Os debates são eventos públicos onde os ativistas que compõem a mesa as questões e argumentos relacionados à defesa da legalização e à manifestação em si. Em geral, os debates tem mais ou menos o mesmo formato: cada debatedor (em geral três ou quatro) tem dez ou quinze minutos para falar, e depois a platéia participa fazendo perguntas ou comentários, que são então respondidos pelos debatedores.

Em uma ocasião, um aluno da universidade onde seria realizado um dos debates questionou o fato do evento ser chamado de “debate”, já que só havia convidados favoráveis à legalização. O aluno, que era contra a legalização, dizia que para ser um debate é preciso haver idéias contraditórias, caso contrário não passariam de “palestras”. A essa crítica, já ouvida algumas vezes, ativistas em geral respondem que toda e qualquer opinião é bem-vinda para promover discussões durante o espaço aberto para a platéia se manifestar; entretanto, os contextos existentes para que o posicionamento proibicionista se coloque já são muitos, nos jornais, nas televisões, no senso comum de maneira geral. Os debates promovidos pelos militantes da causa não tinham como interesse, portanto, dar voz na mesa a mais uma opinião contrária à legalização. Isso não significava, entretanto, que não existissem diferenças e contradições entre os debatedores.

Nesse sentido, a escolha dos debatedores é feita pelos militantes também em função da temática que cada um vai abordar em sua fala, e da representatividade dos diferentes coletivos que compõe a organização da manifestação. Assim, no debate promovido pela Marcha da Maconha no salão nobre da faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, foram chamados para compor a mesa o neuro-cientista João Menezes, apoiador da Marcha que mostrou as falácias contidas no discurso do deputado Osmar Terra na defesa de seu projeto de Lei; o químico e auto-cultivador Mandacaru, que falou sobre cultivo caseiro, maconha medicinal e os mitos relacionados à maconha; Renato Cinco, que falou sobre a amplitude do conceito de droga, o histórico de racismo por trás da proibição e as questões sociais que envolvem o tema; e o advogado Emílio Figueiredo, consultor jurídico do Growroom, que apresentou as bases do projeto de lei elaborado pelo grupo para a regulamentação da cannabis.

Poucos dias antes da Marcha a organização promoveu também duas oficinas onde ativistas e colaboradores confeccionaram cartazes, de diferentes assuntos e teores, para serem usados no dia da manifestação.

**Imagens 25 a 27** – Debates sobre a Marcha da Maconha promovidos pelo MLM na UERJ, IFCS-UFRJ e Uni-Rio.







Arquivo do autor

**Imagem 28** - Cartazes produzidos na oficina promovida pela organização da Marcha

Arquivo do Autor

#### 4.5 Balanço da organização

As principais definições para a Marcha da Maconha de 2013 foram delineadas logo nas primeiras reuniões – data, trajeto, dinâmica, divulgação, finanças. Como encaminhamento foram criadas uma comissão de finanças, uma comissão das camisas e uma comissão do panfleto, que ficariam responsáveis por executar as tarefas. Existe no discurso da organização

a aversão a estruturas hierárquicas e burocráticas, e a valorização da horizontalidade, da autonomia individual e da participação direta dos ativistas. As reuniões de organização da Marcha, realizadas geralmente em formato de “roda”, são pensadas principalmente como um espaço para tomada de decisões coletivas, onde todos possam opinar e fazer propostas. Decisões sobre tópicos de discussão mais teóricos ou polêmicos são às vezes adiadas, com o intuito de promover o *acúmulo do debate* – como um processo coletivo de amadurecimento, para que soluções possam ser encontradas posteriormente. Os tópicos mais práticos, voltados para a logística de organização da manifestação, buscam ser definidos por *consenso*, ou em último caso pelo voto. As tarefas são definidas e os ativistas se oferecem voluntariamente como encarregados de executá-las. Assim, não há uma “coordenação” que comande os trabalhos, tampouco há qualquer instância superior que exista para além do coletivo formado pelos participantes. Os membros buscam atuar como uma equipe, em um empreendimento comum de caráter exclusivamente voluntário e colaborativo.

A sequência das reuniões de organização mostrou, por outro lado, a dificuldade desse modelo de tornar realidade algumas das ideias pensadas pelo grupo. Em geral, as comissões criadas para tocar tarefas específicas não se reuniam, e pouco avanço se observava de uma reunião para outra. As reuniões acabavam servindo assim, de forma prática, para pressionar que as tarefas fossem realizadas, com a definição de prazos. Mesmo assim, algumas propostas interessantes acabaram não sendo realizadas. Uma delas, que ocupou tempo considerável das reuniões, era a de alugar uma kombi que seria caracterizada (coberta por uma película adesiva) com as artes visuais da Marcha e rodaria seis horas por dia na cidade durante um mês antes da Marcha, dando suporte às atividades de divulgação e panfletagem; outra idéia não realizada foi a de convidar artistas identificados com a cultura canábica para compor e gravar *jingles* da Marcha.

Também naufragou a proposta do financiamento coletivo da manifestação. A Marcha do Rio tem sido financiada ao longo dos anos através de doações de ativistas e coletivos, e também da venda de camisetas. O dinheiro doado para uso comum é usado para cobrir os gastos da organização, como o aluguel do carro de som e a confecção das camisetas, panfletos e faixas da manifestação. Os diferentes coletivos também investem na Marcha de forma autônoma, a partir de seus interesses específicos, confeccionando suas próprias faixas ou outros materiais impressos de divulgação, como panfletos, cartazes e adesivos, a serem usados ou distribuídos na manifestação de forma independente. Em 2012, entretanto, segundo militantes do MLM, teria havido certa confusão sobre as finanças da organização, pois algumas doações

prometidas não foram realizadas. Dessa forma, para organizar as finanças, foi sugerido que o grupo fizesse em 2013 um projeto de financiamento coletivo (*crowdfunding*), que permitiria a qualquer pessoa doar dinheiro pela internet<sup>114</sup>. Com essa “vaquinha virtual”, as doações dos ativistas e coletivos poderiam ser feitas através da ferramenta, que facilitaria o controle financeiro das doações e dos gastos, definidos de antemão. Entretanto, o projeto demorou muito a ser enviado e o site não aprovou o vídeo de apresentação feito por um dos militantes. Assim, o financiamento das ações propostas foi feito através de doações diretas de alguns ativistas. Os panfletos, o aluguel do carro-de-som e as faixas da manifestação, por exemplo, foram bancados por militantes do MLM, que enfatizavam a importância desse repertório<sup>115</sup> de estratégias de divulgação e manifestação.

A concepção horizontal e auto-gestionada da organização convive, portanto, com problemas identificados pelos próprios ativistas sobre a dinâmica de trabalho do grupo. Em certa ocasião, por exemplo, enquanto esperava junto a outro militante pelo início de uma reunião, este comentou sobre a dificuldade da organização, enquanto grupo, de mobilizar as pessoas e funcionar de maneira mais eficiente na produção da manifestação. Lembrou que o trabalho era voluntário e não-remunerado, e que as tarefas eram definidas nas reuniões – pessoas se ofereciam para realizá-las, se responsabilizavam – mas não existia ninguém pra lembrar das datas, cobrar resultados, presença, pontualidade. Assim, muitas vezes as ações atrasavam ou simplesmente não eram feitas. Na sua opinião, isso ocorria não por má vontade, mas pela ausência de uma comissão executiva, que tivesse o respaldo e capacidade para articular a execução dos projetos. As conexões mais ou menos frouxas que ligam os ativistas em rede também contribuiriam para essa falta de “eficiência” na realização das ideias.

Como já citado, existe por outro lado um esforço, baseado na ideia de organização coletiva, de democratizar ao máximo as decisões, permitindo que todos possam opinar e contribuir. O processo de formulação do panfleto é um exemplo: um ativista se ofereceu para fazer a arte. Ele então disponibilizou três opções de design no grupo virtual, para que todos pudessem visualizar e opinar. Na reunião seguinte, as opções foram comentadas pelos presentes e foi feita uma votação para escolher qual seria usada. Um militante escreveu o texto-base do panfleto, que foi editado por outros dois. O material ficou disponível para que

---

<sup>114</sup> Esse modelo de financiamento havia sido adotado com sucesso pela Marcha da Maconha de São Paulo em 2012.

<sup>115</sup> Utilizando o conceito de repertório como um “conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolhas” (TILLY, 1995 apud ALONSO, 2009, p. 58).

qualquer ativista fizesse alterações ou revisões, antes de ser enviado para a gráfica – um outro ativista tinha ficado responsável por fazer o orçamento. Para as camisas, foi definido em reunião que teriam a *logo* da Marcha da Maconha 2013 na frente e o nome das cidades com Marchas no Estado do Rio de Janeiro atrás – uma pessoa ficou de fazer o orçamento em uma gráfica. Assim, os materiais produzidos pela organização refletiam ao máximo a coletividade de militantes que se reuniram para planejar a manifestação.

É preciso destacar que apesar da concepção horizontal na qual todos os presentes são considerados igualmente participantes, sem qualquer diferenciação formal ou hierarquia, é evidente o papel especial exercido por antigos militantes mais experientes, cujas falas acabam tendo influência sobre os encaminhamentos. O relato de Marchas anteriores e o *know-how* desses ativistas acabam tornando-se um parâmetro informal a partir do qual o grupo toma decisões. Os militantes mais antigos também contam casos engraçados e experiências significativas em geral, contribuindo para construir e perpetuar entre os ativistas certa visão compartilhada da história da Marcha e de seus acontecimentos marcantes. O ambiente das reuniões é predominantemente informal, descontraído, com os participantes contando histórias, fazendo piadas ou simplesmente conversando sobre diferentes assuntos – não necessariamente relacionados à manifestação. Para além de sua dimensão instrumental, portanto, as reuniões de organização da Marcha da Maconha constituem no Rio de Janeiro um elemento importante na construção do universo social em questão: mais que simples meios de tomar decisões, são um espaço ritual central na construção da rede do ativismo canábico carioca<sup>116</sup>. As reuniões criam um ambiente de sociabilidade que reforça a rede de relações que estrutura a organização. Elas possuem portanto uma dimensão de construção ritualizada de símbolos coletivos e de uma espécie de “sabedoria” comum, ao colocar em confronto múltiplas concepções relativas à natureza da organização da Marcha, ao debate público em que a manifestação se insere e ao papel dos ativistas.

---

<sup>116</sup> Esta observação vai no mesmo sentido que o apontado por Comerford (2001) acerca de reuniões de organizações de trabalhadores rurais.

## 5 MARCHA DA MACONHA RIO DE JANEIRO 2013

“Eu... sou maconheiro... com muito orgulho... com muito amor!”; “Ei, polícia! Maconha é uma delícia!”; “Dilma Roussef! Legalize o beque!”. Essas foram algumas das palavras de ordem e cânticos repetidos durante a Marcha da Maconha do Rio de Janeiro, edição 2013, na tarde do sábado, dia 10 de Maio. Durante a concentração, marcada para as 14h, manifestantes se reuniram e militantes fizeram discursos; A Marcha se iniciou pontualmente na *hora mundial da maconha*. Os manifestantes levavam cartazes e faixas com mensagens pela legalização. O bloco “Planta na Mente” animou a multidão com um repertório de marchinhas e canções populares, com as letras devidamente adaptadas à assim chamada *causa canábica*, transformando a manifestação em um verdadeiro carnaval fora de época. Desfilando do posto 9 ao Arpoador, pela avenida à beira-mar da orla de Ipanema, milhares de pessoas cantaram, dançaram, se socializaram e eventualmente fumaram maconha – a despeito da orientação da organização do evento para que nenhum ato ilícito fosse cometido. Pacificamente, a manifestação pediu a legalização da maconha em clima de festa. A polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro acompanhou o ato, que fechou o trânsito causando grande engarrafamento na região. Apesar disso, não houve qualquer tipo de conflito.

De forma resumida, essa poderia ser a descrição da Marcha da Maconha de 2013, cujo planejamento e organização acompanhei durante os cinco meses antecedentes. Ação coletiva de grande quantidade de pessoas, a manifestação é em si uma performance composta por diversos atores, que dela participam direta ou indiretamente.

### 5.1 Concentração

Eram pouco mais de duas e meia da tarde quando cheguei no “Coqueirão”, próximo ao Posto 9 da praia de Ipanema, local marcado para o início da manifestação. Tempo limpo, céu azul, fazia uma típica tarde de Outono naquele sábado. A praia estava cheia e muitas pessoas aproveitavam o dia passeando no calçadão e na ciclovia, em um dos principais espaços de lazer carioca.



Arquivo do Autor



De longe já se podia avistar o enorme carro de som, estacionado junto ao calçadão de pedras portuguesas, marcando visualmente o ponto de concentração. O carro também já amplificava as falas dos ativistas, ajudando a formar uma pequena aglomeração à sua volta. Atrás do carro de som encontravam-se estacionados carros e motos da Polícia Militar, junto a um grupo de aproximadamente dez soldados, que acompanhariam o evento (o governo do Estado e a prefeitura haviam sido comunicados da manifestação pela organização); Logo atrás da polícia, três carros da imprensa estacionados<sup>117</sup>. O trânsito fluía em duas pistas de rolamento, enquanto ativistas falavam no microfone. Quatro grandes faixas estavam estendidas na calçada, junto a “baseadões” cenográficos.

**Imagem 32** – Advogado e ativista André Barros discursando durante a concentração



Arquivo do Autor

Como planejado pela organização, o microfone estava aberto para quem quisesse falar. Essa era uma maneira de dar forma à horizontalidade da manifestação: todos os ativistas e manifestantes envolvidos podiam ter voz. Antonio, militante do MLM que mediava as falas, ressaltou que a manifestação é pacífica: “não incentivamos nenhuma provocação, não incentivamos o uso de nenhuma substância ilícita na manifestação, as autoridades estão aqui para garantir a nossa segurança, e é responsabilidade deles garantir a paz na manifestação também!”. Em seguida, apresentou Gerardo Santiago, advogado militante da Marcha da Maconha. Este, por sua vez, lembrou do episódio de violência do batalhão de Choque contra a

<sup>117</sup> Trtavam-se de veículos das emissoras de televisão de maior audiência no Brasil, SBT e Rede Globo, e da rádio CBN.

manifestação no ano anterior<sup>118</sup> e explicou aos presentes que a Marcha da Maconha tinha sido proibida durante alguns anos até o Supremo Tribunal Federal julgar o caso em 2011: “ficou pacificado na jurisprudência brasileira que se manifestar na rua pela legalização da maconha ou de qualquer outra droga não é apologia do crime, é legítimo exercício da liberdade de expressão! Então, eu espero que o papel do policiamento hoje seja o seu papel constitucional e legítimo de garantir a nossa segurança”, disse com força e entusiasmo, ao que foi seguido por gritos e aplausos de apoio.

**Imagem 33** – Público atento aos discursos aguardando o início da manifestação



Arquivo do Autor

As falas amplificadas pelo carro de som alcançavam a audiência de muitas pessoas que se encontravam na orla naquele momento: pessoas que aguardavam o início da manifestação, banhistas na praia, pedestres e ciclistas, trabalhadores de quiosques, vendedores ambulantes, porteiros, motoristas e moradores. A reação das pessoas que se aproximavam do carro de som era diversa, mas a maior parte se mostrava simpática. As pessoas gostavam do que ouviam, ou achavam graça, e abriam sorrisos. Atraídas pela movimentação e pelas falas dos ativistas, algumas pessoas começaram a vir direto da praia para acompanhar o ato, confirmando a previsão dos organizadores. Também passavam por ali muitas pessoas

---

<sup>118</sup> Ver seção 4.3 deste trabalho.



indiferentes, algumas mostrando irritação pela retenção causada na ciclovia. Alguns vendedores ambulantes da praia se aproximaram e mostraram total apoio ao ato.

Chegou a vez de André Barros, advogado militante e um dos organizadores da Marcha, falar no microfone. Ele ressaltou a irracionalidade da proibição da maconha, citando as possibilidades de uso medicinal da planta, inclusive como “remédio para o crack”<sup>119</sup>. Ele chamou atenção também para uma das faixas estendidas no chão, reforçando que a manifestação estava lutando para que o Supremo Tribunal Federal colocasse em pauta o Recurso Extraordinário (RE) 635659, que iria julgar a inconstitucionalidade da criminalização do uso de drogas. E terminou: “E é essa a luta que nós temos nesse momento, a luta pela descriminalização do usuário! E o maconheiro vai deixar de ser criminoso no Brasil!”, disse com entusiasmo, ao que foi seguido de aplausos e gritos de apoio.

A cada minuto que passava mais pessoas se aproximavam do carro de som, que além de amplificar as falas, servia como uma “base” para que militantes se encontrassem, guardassem panfletos, mochilas, camisas, capas de instrumentos e outros materiais. Alguns deles aproveitavam a concentração para distribuir panfletos e materiais. Alguns distribuía panfletos da própria Marcha que haviam sobrado das panfletagens de divulgação. Também havia panfletos produzidos em conjunto pelo Movimento pela Legalização da Maconha e pelo Cultura Verde, que apresentava os dois coletivos e divulgava suas próximas reuniões. Membros do Planta na Mente distribuía cartilhas do bloco, com as letras das músicas que seriam tocadas durante a manifestação, e militantes do setorial de política de drogas do PSOL distribuía panfletos produzidos pelo gabinete do militante e vereador Renato Cinco. Também eram distribuídos (fazendo muito sucesso) adesivos da Marcha da Maconha, do blog de cultura canábica Hempadão, e do portal Growroom. Já começavam a se destacar no ambiente manifestantes que vestiam adereços e fantasias com símbolos relativos à maconha e à cultura canábica, com a cor verde predominando.

---

<sup>119</sup> Ele se referiu a estudos que mostram a tendência à substituição do crack (sobra do processo de refino da cocaína, misturada com gasolina) pelo uso da cannabis em programas de redução de danos. Assim a maconha, ao invés de “porta de entrada” para drogas mais pesadas, poderia ser na verdade a “porta de saída” delas.

Imagens 34 a 38 – manifestantes caracterizados na concentração da Marcha da Maconha



Arquivo do Autor

## 5.2 Mídias e visibilidade

Durante a concentração era possível perceber, além dos manifestantes e ativistas, a atuação de jornalistas e equipes de mídia trabalhando: circulando pelo ambiente, observando o movimento, entrevistando ativistas e manifestantes, produzindo imagens e conteúdo para reportagens.

A atuação dos jornalistas é um tópico importante a ser considerado na dinâmica da Marcha da Maconha, pois se um dos principais objetivos da manifestação é dar visibilidade à “causa” da legalização da maconha, essa visibilidade depende em certo grau da cobertura e tratamento que os meios de comunicação dão ao evento. Daí a relevância da presença de equipes de reportagem da grande mídia, que tradicionalmente dedicam alguma atenção à manifestação no Rio de Janeiro. Essa cobertura leva a existência da manifestação a um público muito mais amplo que o evento em si pode alcançar.

**Imagens 39 a 41** – Grande mídia cobrindo a Marcha da Maconha



Arquivo do Autor

Fotojornalistas e equipe de TV em cima do carro de som.



Arquivo do Autor

Renato Cinco fala a uma jornalista



Arquivo do Autor

Um grupo de reportagem chamava a atenção em particular. Era a equipe do “CQC” (“Custe o Que Custar”), programa da Rede Bandeirantes de televisão cuja proposta é misturar humor e jornalismo. O programa fez a cobertura da manifestação com o personagem “Inconveniente”<sup>120</sup>. O ator-repórter, junto com o cinegrafista e uma dupla de seguranças, fluuava de rodinha em rodinha entrevistando pessoas e fazendo piadas. Ele parecia escolher

<sup>120</sup> O personagem se caracteriza pelo tom irônico, pretensamente “inocente”, em fazer perguntas “inconvenientes” (como o próprio nome diz).



peças e grupos mais identificados visualmente com símbolos do universo canábico, e fazia piadas com os estereótipos do “maconheiro”.

**Imagens 42 e 43** – “Inconveniente” gravando cenas para o programa CQC durante a concentração



Arquivo do Autor

Para além da mídia tradicional, há também jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas de mídias ativistas fazendo a cobertura do evento. Assim, pude identificar membros do Growroom, do Jornal Canábico<sup>121</sup>, da Revista SemSemente<sup>122</sup>, e dos já citados coletivo Cultura Verde e blog Hempadão trabalhando durante a Marcha, tirando fotos e gravando vídeos. Esses veículos, alternativos aos de massa, e envolvidos direta ou indiretamente na organização da manifestação, se inserem na construção da imagem que esta vem a ter, produzindo um conteúdo próprio e engajado. Além deles, havia ainda muitas pessoas, como

<sup>121</sup> Videolog (blog de vídeos) com postagens regulares no youtube.

<sup>122</sup> Primeira revista impressa de cultura canábica do Brasil.

eu, que portavam câmeras fotográficas e registravam o evento de forma independente, contribuindo para a difusão imagética da manifestação nas redes sociais.

**Imagens 44** – Manifestantes durante a concentração. Detalhe da equipe do Jornal Canábico gravando entrevista com um ativista, no alto à esquerda (arquivo do autor)



Arquivo do Autor

**Imagem 45** – Câmeras e olhares durante a concentração da Marcha da Maconha



Arquivo do Autor

E assim seguia a concentração: enquanto militantes falavam no microfone e as mídias produziam conteúdo, uma pequena multidão ia se formando em frente ao carro de som. Em

pouco tempo já não era possível caminhar pela calçada, gerando pequeno congestionamento de bicicletas e pedestres na ciclovia.

**Imagem 46** – Manifestação tomando forma no calçadão de Ipanema, durante a concentração



Arquivo do Autor

Os grupos musicais que, a princípio, tinham ficado de fazer pequenas intervenções culturais entre as falas, durante a concentração, não compareceram. Mas, perto das quatro horas da tarde, dois manifestantes improvisaram um *rap* no microfone. Em seguida, membros do Planta na Mente começaram a preparar seus instrumentos de percussão e sopro. Enquanto isso, Renato Cinco tomou a palavra:

“Nós estamos fazendo hoje a décima edição da *Global Marijuana March* aqui no Rio de Janeiro. A primeira Marcha da Maconha do Rio em 2002 foi iniciativa de uma portuguesa chamada Suzana, que veio pra nossa cidade plantar a semente do debate da legalização. A *Marijuana March*, que começou no meio dos anos 90, este ano está acontecendo em 44 países, em mais de trezentas cidades em todo o mundo! No Brasil, pela primeira vez, passamos de 40 Marchas da Maconha em todo o território nacional”

A fala foi seguida de gritos e aplausos de apoio. Ele continuou:

“E este ano nós estamos aqui também honrando a memória do Bob Marley, porque hoje faz 32 anos do seu falecimento, então nada mais bonito do que homenagear o Bob Marley lutando pela legalização de uma planta que ele considerava sagrada!”

A referência à estrela do Reggae, símbolo da cultura canábica, foi imediatamente festejada pelos presentes. Cinco seguiu:

“Mas a Marcha da Maconha desse ano também é muito importante porque nós estamos vivendo um momento de encruzilhada aqui no Brasil. Por um lado, nós temos a esperança de uma grande conquista a partir do Supremo Tribunal Federal. O STF tem que julgar o Recurso Extraordinário e ele pode declarar inconstitucional a criminalização do uso de qualquer droga; por outro lado, a gente está vivendo um momento de grandes ameaças vindo do Congresso Nacional. Na Câmara dos Deputados está em discussão o Projeto de Lei do Deputado Osmar Terra, o PL 7663, que tem enormes absurdos na sua proposta. O Governo Federal, através da Ministra Gleisi Hoffman, está negociando mudanças nesse projeto de lei, mas infelizmente mantendo dois grandes problemas: o primeiro deles, a internação compulsória como política a ser adotada indiscriminadamente contra qualquer usuário de drogas; e a outra ameaça é autorizar o governo a destinar recursos para Comunidades Terapêuticas, que são instituições religiosas que não fazem tratamento médico dos seus internos, fazem tratamento espiritual. As comunidades terapêuticas estão se tornando um negócio onde determinados grupos ganham dinheiro e ganham votos fazendo uma internação que é uma ameaça, na verdade, até à sanidade das pessoas que lá são internadas”.

Apoiado por gritos e aplausos Cinco encerrou a fala, que explicou a origem e o contexto da Marcha da Maconha, e elencou as demandas políticas e celebrações expressas nas faixas feitas pela organização. A hora de início da manifestação estava próxima e a multidão já não cabia na calçada. A efervescência do ambiente tinha crescido, incentivada pelos discursos dos militantes e gritos dos manifestantes. Faltavam dois minutos para as 16:20 quando membros do Planta na Mente começaram a aquecer a bateria cantando:

Aperta um aê!  
aperta um aê!  
Eu já tô chapado mas posso ficar mais  
Aperta um aê!



e emendando com o já clássico cântico:

Eu... sou maconheiro! Com muito orgulho... com muito amoor!

### 5.3 Marchando

Demorou algum tempo até que a massa de pessoas se organizasse minimamente no espaço. Ao comando do som, a multidão foi lentamente se movendo da calçada para a pista e a Marcha da Maconha começava em verdadeiro clima de festa e cantoria. Dei a volta e me coloquei à frente da manifestação, como também faziam diversos fotógrafos. Fui então caminhando na direção contrária da caminha, registrando imagens da manifestação.

Um grupo de policiais e uma viatura seguiram na frente da manifestação, enquanto agentes de trânsito da prefeitura, em motocicletas, se postavam na lateral, tentando manter uma pista de rolamento liberada para o trânsito. Após alguns minutos, entretanto, perceberam que seria uma tarefa impossível: pela quantidade de pessoas, a manifestação logo se espalhou pela Avenida Vieira Souto e virou um mar de gente.

**Imagem 47** – Policias à frente da manifestação



Arquivo do Autor

Na parte da frente da Marcha, manifestantes exibiam faixas e cartazes, formando uma espécie de “abre-alas”. As mensagens contidas nos cartazes davam visibilidade aos diversos temas e demandas relacionados ao movimento. Tomando a dianteira, a “comissão de frente” era formada por uma grande faixa que reivindicava ao STF a descriminalização dos usuários de drogas. Em seguida, vinha a faixa que homenageava o aniversário de falecimento do Bob Marley, e a terceira faixa produzida pela organização, pedindo ao Congresso Nacional o veto ao Projeto de Lei 7663. Logo depois, uma grande faixa feita pelo Growroom levantava a bandeira da maconha medicinal. Diversas outras faixas e cartazes empunhadas por manifestantes se espalhavam principalmente pela área da frente da manifestação, dando visibilidade a demandas e argumentos em defesa da legalização.

**Imagem 48 a 60** – Faixas e cartazes na parte da frente da Marcha da Maconha

Três faixas da organização: pressão sobre o STF no “abre-alas”...



Arquivo do Autor

...Bob Marley, ícone da cultura canábica...



Arquivo do Autor

... e pressão sobre o Congresso.



Faixa do Growroom, defesa da maconha medicinal



Fonte: Mathias Maxx/SemSemente





“GROWER NÃO É TRAFICANTE”: liberdade aos cultivadores presos, pela regulamentação do cultivo caseiro.



Organizadores da Marcha da Maconha de Niterói divulgando a manifestação na semana seguinte





“Não quero me esconder para fumar”



Fonte: G1

“O que a proibição gera? Violência, crime organizado, corrupção, marginalização da pobreza, superlotação carcerária”; “Quem impede a legalização é responsável pelas mortes ligadas à sua proibição! Maconha não mata, a proibição mata”; “Maconha é tratamento para câncer, HIV, Esclerose múltipla, glaucoma, Parkinson, bruxismo, stress”.



“Libertar a Consciência, combater a violência”



Arquivo do autor

À medida em que eu me dirigia à parte de trás da Marcha, havia menos espaço para caminhar, e se podia ouvir melhor a música emitida pelo carro de som. A parte da frente, com a exibição das faixas, tinha mais uma cara de ato político, era mais silenciosa, espaçosa, e por isso caminhava mais rápido. A parte de trás demorava mais a avançar pela questão já observada em anos anteriores: uma multidão de pessoas queria ficar próximo ao bloco e o carro de som, que tinha dificuldades em avançar. Por isso, nos primeiros trinta minutos da manifestação formou-se um “buraco” no meio da Marcha, entre a parte da frente, que não tinha música e caminhava sem olhar pra trás, e a parte de trás, com som e festa, que demorava a alcançar a parte da frente. Subi no carro de som e de lá podia-se ver bem o descompasso. Militantes com walkie talkies tentavam minimizar o problema, fazendo a comunicação entre as partes. Depois de alguns ajustes, o Planta na Mente e o carro de som conseguiram imprimir um ritmo, e a Marcha seguiu sincronizada até o final.



**Imagens 61 a 65** – a Marcha do alto do carro de som



Arquivo do Autor

Passando pelo famoso Posto 9



Arquivo do Autor





Arquivo do Autor

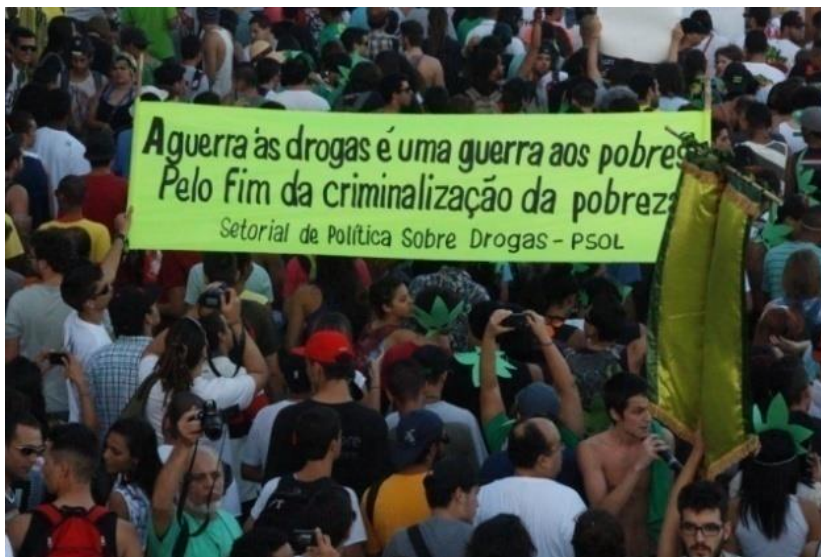
“Os cães ladram mas a caravana não para”<sup>123</sup>



Arquivo do Autor

<sup>123</sup> Referência ao disco do *Planet Hemp*, banda brasileira de rock, ícone da cultura canábica, pioneiros em defender nas letras de suas músicas a legalização da maconha – e presos por apologia na década de 1990.

“A guerra às drogas é uma guerra aos pobres. Pelo fim da criminalização da pobreza”,  
faixa do setorial de Política sobre Drogas do PSOL<sup>124</sup>.



Arquivo do Autor

Último elemento do “desfile”, o *Planta na Mente* dava o tom irreverente e festivo da manifestação, com um repertório de marchinhas, sambas e funks adaptados à chamada *causa canábica*. Por exemplo, a famosa marchinha de carnaval “Cachaça”, foi adaptada na paródia para:

Se você pensa que maconha mata  
Maconha não te mata não  
Maconha vem da natureza  
Remédio pra baixar pressão (2ª vez: Quem mata é o caveirão)

Pode me faltar a calma  
Semente, o vaso e a lei!  
Pode me faltar a terra  
Boa para plantação

Pode me faltar a seda  
Mas isso eu não acho graça!  
Só não quero que me falte  
A danada da Cannabis

O aspecto irreverente das letras e o tom carnavalesco marcam a atuação do *Planta*, como é conhecido na cidade. O funk “Eu só quero é ser feliz”...

<sup>124</sup> Partido Socialismo e Liberdade.

Eu só quero é ser feliz  
 Andar tranquilamente na favela onde eu nasci  
 E poder me orgulhar  
 E ter a consciência que o pobre tem seu lugar

Transforma-se em:

Eu só quero é ser feliz  
 Não ter que subir morro e sustentar o que eu não quis  
 Sem ter que me envergonhar  
 Por fumar uma planta que só me faz relaxar

Já a canção “Mulata Bossa Nova”:

Mulata bossa nova  
 Caiu no Hully Gully  
 E só dá ela  
 Ê ê ê ê ê ê ê ê  
 Na passarela

Vira, em tom irônico:

Fumei uma bagana  
 Bem na frente dos “cana”  
 E perdi a vela  
 Ê ê ê ê ê ê ê ê  
 Puta sequela!

**Imagens 66 a 72 – Bloco Planta na Mente**



Arquivo do Autor





Arquivo do Autor

O Planta na Mente, criado em 2010, surgiu a partir da idéia de um grupo de amigos de formar um bloco de carnaval temático que levantasse a bandeira da maconha. Desde então o grupo tem tido crescente aceitação, levando cada vez mais pessoas na “quarta-feira de brasas” do carnaval carioca. Desde 2011 o *Planta* também anima a Marcha da Maconha carioca e de outras cidades do Estado do Rio de Janeiro. A proposta do bloco de invocar na letras a experiência dos usuários de maconha passa pela referência a símbolos da cultura canábica, incluindo o auto-cultivo da planta e seus aspectos terapêuticos. Vejamos a versão da “Marcha do Remador”:

Se a canoa não virar, olê olê olá  
Eu chego lá

Rema, rema, rema, remador  
Quero ver depressa o meu amor  
Se eu chegar depois do sol raiar  
Ela bota outro em meu lugar

Que vira, no desfile canábico:

Se o Brasil legalizar, olê olê olá  
Eu vou plantar

Rega, rega com o regador  
Vou cuidar da planta com amor  
Quando a planta já tiver grandinha  
Corta e bota fogo na verdinha

Já na versão do bloco, a clássica canção “Cidade Maravilhosa”:

Cidade maravilhosa  
Cheia de encantos mil  
Cidade maravilhosa  
Coração do meu Brasil

Se transforma em:

Ô erva maravilhosa  
Cheia de usos mil  
Ô erva maravilhosa  
Legaliza meu Brasil

Outro exemplo, o famoso canto de torcidas do futebol carioca:

Domingo  
Eu vou ao Maracanã  
Vou torcer pro time que sou fã  
Vou levar foguetes e bandeiras  
Não vai ser de brincadeira  
Ele vai ser campeão

Não quero cadeira numerada  
Vou ficar na arquibancada  
Prá sentir mais emoção

Porque o meu time bota pra ferver  
E o nome dele são vocês que vão dizer (2x)

Ôô, Ôôô, ôô! Ôôô ôô! Ôôô (nome do time de preferência)!

é adaptado, apontando para os benefícios da legalização, como a diminuição da violência e o recolhimento de impostos sobre a venda de maconha, a exemplo de como ocorre na Holanda:

Domingo

Eu vou a Amsterdã

Vou fumar de noite e de manhã

Vou passar em vários *coffe shops*

Lá não tem tropa do BOPE

Nem ataque do “caveirão”

Lá a erva é legalizada

Lá não tem criança armada

Trabalhando de avião

Nos *coffe shops* tem erva pra vender

Imposto pra saúde, educação e pro lazer (2x)

Ôô Ôôô ôô! Ôôô ôô! Ôôô Planta!

E assim por diante, em inúmeros exemplos de paródias e adaptações de músicas populares do Brasil, que animam a Marcha da Maconha cantando o orgulho canábico e a defesa da legalização da maconha, o uso medicinal e o auto-cultivo da erva.

Por seu caráter lúdico e inusitado, a Marcha da Maconha é marcada pelo aspecto visual. Muito de sua graça é olhar, observar, ver. Como consequência, no contexto da manifestação, fotógrafos e filmadores cumprem o importante papel de registro dessa visualidade. Eles se tornam, no contexto da manifestação, um grupo peculiar ao qual os manifestantes reagem e posam. Isso vale especialmente para aqueles que se planejaram, individualmente ou em grupo, para fazer intervenções ou performances na Marcha, com fantasias, adereços, cartazes, faixas, camisas, enfim, pessoas que se prepararam para serem *vistas*. A manifestação pode ser entendida nesse sentido como uma performance coletiva, em um movimento entre ver ser visto<sup>125</sup>.

<sup>125</sup> Por outro lado, algumas pessoas evitam sair em fotos, presumivelmente pelo receio de serem reconhecidas. Essa preocupação, segundo relatos de ativistas, já foi bem mais central, quando o tabu sobre o tema era mais forte e havia um aspecto mais forte de “clandestinidade” na manifestação (principalmente antes de 2011). Naquele período, marcado por proibições à Marcha, ativistas chegaram a distribuir máscaras com o rosto de políticos que defendiam a legalização, como Gabeira e Sérgio Cabral, para que as pessoas pudessem participar da manifestação sem receio de serem identificadas. Já nos últimos anos, a máscara com o formato da folha da cannabis feita pelo bloco Planta na Mente se tornou peça quase onipresente nas Marchas da Maconha do Rio, usada muito mais como adereço que meio de esconder o rosto.

**Imagens 73 a 84 – Manifestantes da Marcha da Maconha (arquivo do autor exceto quando anunciado)**



(Fonte: G1)

“Liberdade: livre para pensar, livre pra sentir, livre para plantar. Plante uma ideia”; “Criminalização gera o tráfico de drogas, que gera violência. O tráfico é contra a legalização, e você?”







(Fonte: G1)





Assim, E assim, descontraidamente, os manifestantes seguiram marchando e o ato se encaminhava pro fim.

**Imagens 85 a 87 – Multidão na Marcha da Maconha Rio/2013**





Arquivo do Autor

A Marcha da Maconha seguiu até a entrada do Arpoador, onde oficialmente terminou a caminhada. Neste momento fui com um dos advogados da Marcha falar com o policial responsável pelo acompanhamento da manifestação. Eles comentaram o fato de não ter tido nenhum tipo de conflito durante o ato, mas enquanto o advogado atribuía isso à correta conduta da polícia, o policial comentava “Viu? Deu tudo certo. Quando vocês se comportam direitinho, a gente fica na paz e ninguém tem do que reclamar”.

Estava prevista para depois da Marcha uma roda de rima e o microfone aberto para mais falas pela legalização, próximo à pedra do Arpoador. Porém, chegando no local, uma banda evangélica de música gospel estava se apresentando. Nada que pudesse atrapalhar o clima de festa e confraternização instalado. No improviso, agora sem amplificação – o carro de som já tinha ido embora – o Planta na Mente seguiu tocando à distância, enquanto algumas rodinhas se formavam na areia e a manifestação ia aos poucos se dispersando.

**Imagens 88 e 89 – Dispersão da Marcha no Arpoador**

Arquivo do Autor

Considerando o processo prévio de organização, a avaliação dos militantes foi de que a Marcha de 2013 cumpriu as expectativas em relação a como foi planejada. Os dois principais fatores usados para medir o sucesso foram a quantidade de pessoas presentes e a ausência de conflitos com a polícia. Sobre o primeiro aspecto, a manifestação de 2013 conseguiu se não aumentar, pelo menos manter o volume estimado de manifestantes do ano anterior. Havia um receio de que, devido à confusão em 2012, a Marcha se esvaziasse, o que não aconteceu. A quantidade de pessoas presentes também apontava para um processo de divulgação bem feito, aliado à capacidade por si só da ideia da Marcha se difundir pela internet. Sobre o segundo aspecto, da segurança, a Marcha de 2013 reforçou a impressão de que a confusão em 2012 foi um ponto fora da curva. O número de policiais era mínimo e a manifestação ocorreu tranquilamente sem qualquer incidente.

Com relação às tensões presentes na organização, elas parecem se diluir durante a manifestação, que se apresenta externamente como uma unidade. O caráter de participação direta pulveriza as iniciativas, cartazes, faixas, evidenciando que a manifestação é mais ampla do que a organização em si. Os diferentes temas e enfoques aparecem por todos os lados, a partir de iniciativas autônomas de indivíduos e grupos. Os grupos aparecem assim como complementares, e não conflitantes, somando esforços em um sentido comum. O aspecto político é preponderante na concentração e na parte da frente da Marcha, com as faixas e a busca da visibilidade das câmeras. Mais perto do carro de som, a manifestação toma a forma de um típico bloco de carnaval, com muita gente, pouco espaço e muita alegria. A irreverência e o sentimento de pertencimento e solidariedade reinam absolutos sobre a manifestação.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurei neste trabalho abordar alguns aspectos relativos à Marcha da Maconha, movimento social espontâneo que surge na internet a partir de uma idéia relativamente simples: uma manifestação pública, pacífica, da sociedade civil, que defende a legalização da maconha.

Necessário para o entendimento do movimento em questão, o primeiro exercício proposto foi a problematização da categoria “droga” e a desnaturalização da ideia da proibição como uma medida necessária e automática para lidar com o “problema”. O processo histórico de criminalização de algumas substâncias psicoativas, dentre elas a planta da maconha, a mais consumida no mundo, se mostra central para compreensão do quadro, e o surgimento de uma nova categoria referente àqueles que sistematicamente infringem a regra estabelecida: os usuários. Apesar da proibição e das sanções sociais a que aqueles que fumam maconha estão sujeitos, eles seguem escolhendo fazer o que fazem, pois acham que a regra que proíbe a maconha está equivocada.

A Marcha da Maconha surge assim como um movimento contrário à proibição e de afirmação de usuários, que transformam a experiência comum em bandeira, celebração, ativismo. Ao mesmo tempo em que se articula em torno da causa da maconha, a manifestação parece produzir efeitos simbólicos na construção de uma nova identidade coletiva, onde ser “maconheiro” torna-se motivo de orgulho. É feito um convite ao usuário: não tenha vergonha, saia do armário. Externamente, a manifestação traz visibilidade a esse novo ator coletivo em processo de constituição e afirmação, marcando posição no debate público e pressionando para a mudança. Internamente, seja levando cartazes ou vestindo adereços relativos à cultura canábica, os participantes expressam visualmente seu pertencimento durante a manifestação. Ao mesmo tempo em que mantém um aspecto reivindicatório marcante, a Marcha transforma-se em uma grande festa de celebração da cultura canábica, semelhante a um bloco de carnaval, agregando os participantes e proporcionando uma sociabilidade própria.

As características de organização descentralizada e horizontal da Marcha da Maconha e sua articulação pela internet proporcionam o encontro de uma militância mais ampla que forma o chamado “movimento canábico”. A diversidade de perspectivas e atores engajados na organização carioca mostra a complexidade e os desafios do movimento. A partir de divergências internas sobre forma de atuação, enfoque no debate, posições político-ideológicas e concepções sobre a manifestação, a organização tem passado ao longo dos anos

por inúmeros conflitos e buscado entrar em acordos sobre a manifestação e suas próprias práticas de organização. A definição, no Rio de Janeiro, da Marcha da Maconha apenas como um “evento” pontual e não como um “movimento”, em 2010, restringiu seu fórum de articulação apenas à realização da manifestação. Como resultado, um grupo de militantes criou o Movimento pela Legalização da Maconha, concebido como um movimento social/coletivo canábico e antiproibicionista, que participa da organização da Marcha da Maconha.

A articulação do movimento canábico mais amplo em rede, com a criação da Rede Nacional de Coletivos e Ativistas pela Legalização da Maconha<sup>126</sup>, em 2012, caminha no mesmo sentido. A RENCA, formada por militantes e grupos que participam das organizações das Marchas da Maconha nas várias cidades do país, indica um novo âmbito de articulação, independente da organização da manifestação em si, que amplia as possibilidades de atuação conjunta do movimento em nível nacional. O efeito imediato da criação da rede, evidenciando seu potencial, foi a consolidação do Dia Nacional Pela Legalização da Maconha como uma segunda data além da Marcha da Maconha, no segundo semestre, para marcar o debate pela legalização com a realização de atividades e manifestações em diversas cidades do país.

A atuação do MLM no Rio de Janeiro para além da Marcha da Maconha aponta para novas formas de articulação do debate pela legalização da maconha e a capacidade de diálogo do movimento canábico e antiproibicionista com outros movimentos sociais que compartilham lutas e demandas transversais em espaços políticos mais amplos. A participação do MLM na Frente Estadual Drogas e Direitos Humanos, por exemplo, tem realizado a aproximação da discussão das drogas com movimentos ligados à saúde e aos Direitos Humanos. A luta antimanicomial se consolida neste processo como uma bandeira comum ao antiproibicionismo. Essa aproximação resulta no alinhamento de forças e a realização conjunta de manifestações públicas, como o Ato Contra a Internação Forçada e Contra o PL 7663, em Abril de 2013.

Logo após a edição da Marcha da Maconha descrita no último capítulo deste trabalho, protestos populares contra o aumento das tarifas de ônibus tomaram ruas e praças das principais cidades e mobilizaram o país em Junho de 2013. Divulgadas pela internet, de forma descentralizada e sem lideranças, as manifestações ganharam adesão em reação à violência da polícia e pela liberdade de expressão e manifestação, expandindo causas e reivindicações. As

---

<sup>126</sup> Definida durante a Cúpula Canábica Rio+4:20, encontro nacional de ativistas canábicos na Cúpula dos Povos, durante a conferência da ONU Rio+20.

“Jornadas de Junho” foram interpretadas como expressão de uma crise de representatividade cuja reação foi a participação política direta, nas ruas.

Depois de uma semana catártica, em que o país praticamente parou, sucessivas manifestações continuaram a acontecer no Rio de Janeiro durante meses, aglutinando pautas, movimentos sociais, categorias profissionais, sindicatos, fóruns e coletivos políticos organizados. É interessante pontuar a atuação do MLM durante esse período. Naquele contexto, militantes do MLM participaram dos diversos atos contra o aumento das passagens, a violência policial e a criminalização das manifestações. Em Julho, participaram da Marcha das Vadias, produzindo e distribuindo um panfleto sobre a articulação entre os movimentos feministas e antiproibicionista. Nas reuniões do coletivo foram realizados debates feministas e criado um espaço de auto-organização de mulheres.

Ainda em Julho, o MLM participou da construção do Encontro Popular sobre Segurança Pública e Direitos Humanos (ENPOP). Este encontro teve como objetivo articular movimentos sociais, organizações de direitos humanos e moradores de regiões que sofrem com intervenções militares e reformas urbanas para megaeventos, para debater o Direito à Cidade e pensar estratégias de enfrentamento às múltiplas formas de violência cometidas pelo Estado. O MLM participou dos debates ressaltando o aspecto racista da proibição da maconha e a relação entre guerra às drogas e a criminalização da juventude negra nas favelas, além de realizar o antigo projeto da “Feira de Drogas”<sup>127</sup>. O movimento se tornou conhecido no cenário dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro, permitindo a aproximação com coletivos de moradores de favelas, como o movimento “Favela Não se Cala”. Essa aproximação é buscada como forma de dialogar com os atores diretamente afetados pela repressão ao tráfico de drogas.

Em Agosto, o MLM organizou a manifestação “Ato pelo Fim da Guerra às Drogas”, conectando a pauta antiproibicionista à luta contra a violência do Estado e pela desmilitarização da polícia, e reforçando o questionamento das manifestações sobre o desaparecimento do pedreiro Amarildo, na favela da Rocinha<sup>128</sup>. No feriado da Independência, em 7 de Setembro, o MLM organizou a “ala da maconha” no “Grito dos Excluídos”, tradicional manifestação ampla de diversos movimentos sociais, grupos e entidades comprometidos com as causas dos excluídos<sup>129</sup>. O MLM participou também da

---

<sup>127</sup> Uma mesa com o anúncio “Feira de drogas” expando drogas lícitas como açúcar refinado, refrigerante, cigarro, remédios, com o objetivo de desconstruir o conceito de “drogas” e relativizar a proibição.

<sup>128</sup> Uma faixa dizia “A GUERRA ÀS DROGAS MATOU O AMARILDO”.

<sup>129</sup> Ver <<http://www.gritodosexcluidos.org/historia/>>. Acessado em: Outubro/2014.



Plenária dos Movimentos Sociais, concebida como um espaço de articulação política dos movimentos sociais para a construção de uma unidade nas Lutas.

Com relação ao movimento estudantil e de juventude, o MLM estabeleceu diálogos com a Assembléia Nacional dos Estudantes – Livre (ANEL)<sup>130</sup>, participando da Assembléia Estadual como convidado de uma mesa. O MLM também participou do processo, iniciado pelos coletivos nacionais Levante<sup>131</sup> e Rompendo Amarras<sup>132</sup>, que levou à realização do Acampamento Nacional das Juventudes Anticapitalistas<sup>133</sup>, uma aglutinação de movimentos de juventude ampla com recorte anticapitalista, incluindo coletivos antiproibicionistas como o MLM, Cultura Verde e Organização Positivamente (OPM), e coletivos universitários, secundaristas, culturais, LGBT, feministas e outros. O acampamento levou à criação do RUA – Juventude Anticapitalista<sup>134</sup>, movimento nacional com eixo antiproibicionista, com organizadores da Marcha da Maconha de todo o país.

No fim de 2013, o MLM mobilizou a militância canábica para a realização do Encontro Estadual Antiproibicionista, em Janeiro de 2014, organizado no âmbito estadual da RENCA e concebido como um encontro dos coletivos canábicos e antiproibicionista de todo o Estado. O evento, que durou três dias e contou com militantes do Rio de Janeiro, Campos, Rio das Ostras, Caxias, Nova Iguaçu e São Gonçalo foi proposto como um espaço de formação para a militância e de formulação política do movimento, com a realização de mesas, debates, oficinas. Esse encontro fortaleceu a relação do MLM com os coletivos Cultura Verde, de Niterói, e OPM, de Magé, e distensionou a relação com o Growroom, que aderiu à proposta e teve importante participação.

A atuação do MLM, enfim, indica caminhos para pensar na transversalidade das demandas do movimento canábico e antiproibicionista, em relação a outros movimentos e na participação em fóruns, assembleias, manifestações e espaços políticos mais amplos de articulação da sociedade civil.

\*\*\*

---

<sup>130</sup> Criada no Congresso Nacional de Estudantes, em 2009, com o objetivo de ser uma alternativa à União Nacional dos Estudantes (UNE) e impulsionar nacionalmente um novo movimento estudantil. Ver: <<http://anelonline.com/>>. Acessado em Outubro/2014.

<sup>131</sup> Ver em: <<http://coletivolevante.wordpress.com/>>. Acessado em: Outubro/2014.

<sup>132</sup> Ver em: <<http://rompendoamarras.webnode.com.br/sobre-nos/>>. Acessado em Outubro/2014.

<sup>133</sup> Depois da realização de Acampamentos Estaduais das Juventudes Anticapitalistas por todo o país.

<sup>134</sup> Ver <<https://pt-br.facebook.com/ruajuventudeanticapitalista>>. Acessado em: Outubro/2014.

A organização da Marcha da Maconha carioca em 2013, que este trabalho procurou acompanhar, evidencia um movimento rumo à busca de consensos a partir de acordos tácitos, com a resolução dos conflitos intra-grupos através da divisão de tarefas e iniciativas. Por um lado, o Movimento pela Legalização da Maconha, reforçado pela eleição do ativista Renato Cinco, teve grande participação na organização, realizando a maior parte das iniciativas para a Marcha, garantindo as propostas do carro-de-som, panfleto com texto, e faixas com as principais bandeiras políticas. A efetiva realização dessas propostas, entretanto, teve que ser garantida com financiamento e militância próprios.

Os ativistas e coletivos ligados ao Growroom, por outro lado, esvaziaram ao mínimo necessário sua participação no espaço das reuniões de organização, deixando as iniciativas propostas pelo Movimento pela Legalização da Maconha serem aprovadas e realizadas. Enquanto isso, o grupo se mobilizou de forma independente para o dia da Marcha, focando em seus próprios temas e objetivos, levando uma faixa sobre uso medicinal da maconha e distribuindo adesivos e materiais próprios. Alguns ativistas ligados ao grupo fizeram posteriormente um balanço negativo de que a Marcha teria sido muito “burocratizada”, “militarizada” e “fúnebre”, retomando a dicotomia entre “festa” x “política” que contribuiu para as tensões que culminaram na criação do MLM em 2010.

A análise da Marcha da Maconha em si, entretanto, revela que o movimento é ainda maior e mais diverso do que o conjunto de atores que participam da organização no ambiente virtual e nas reuniões presenciais. A partir da definição da data e hora da manifestação, um conjunto muito amplo de indivíduos e grupos se articulam de forma independente para participar da Marcha e se fazer representar diretamente durante a manifestação, tomando-a como sua.

A Marcha da Maconha de 2014 apontou para novas possibilidades, com uma proposta da organização em “alas”. A idéia foi inspirada na Marcha da Maconha de São Paulo de 2013 que, em proposta inovadora, fomentou a auto-organização de iniciativas coletivas na Marcha (intervenções, performances, faixas, adereços) em “blocos” independentes da instância decisória/deliberativa central. O modelo foi adotado no Rio como forma de dar conta da concepção descentralizada da Marcha em nível local, garantindo autonomia aos diferentes grupos, atores e recortes temáticos, e também como uma forma de amenizar os conflitos internos, permitindo que cada grupo de interesse se mobilizasse de forma independente.

Assim, em 2014, na Marcha do Rio, pôde-se identificar diversas alas auto-organizadas que se destacavam no ambiente através de faixas, camisetas e adereços. O Growroom se

articulou para organizar a ala dos cultivadores e a ala medicinal, com a participação das famílias de crianças que sofrem com raras doenças convulsivas<sup>135</sup>. O MLM se articulou para apoiar diversas alas e mediar alas de novos atores, que participaram da Marcha de forma organizada pela primeira vez. O Planta na Mente montou a ala musical, o RUA – Juventude anticapitalista fez uma ala, assim como a ANEL; ativistas do MLM ganharam o apoio de ativistas da Marcha das Vadias para a organização da “ala Feminista”, houve uma “ala Psicodélica”, e uma ala do movimento “FIFA GO HOME” (contra a Copa do Mundo e os megaeventos na cidade). Além disso, intervenções foram realizadas na Marcha de forma totalmente livre, como uma Kombi levando uma chaminé que soltava uma fumaça branca e densa, e um Fusca conversível que tocava música mecânica com forte aparelhagem de som e vendia cerveja. O fusca se tornou um pólo de atração dos participantes da manifestação, dividindo com o Planta na Mente a função de animar a Marcha com música – mais ou menos como tinha sido previsto pela organização no ano anterior.

Se por um lado a ideia das alas dava conta da diversidade de temas e grupos na Marcha da Maconha, por outro a iniciativa foi criticada por alguns ativistas por supostamente “dividir” o movimento, e fazer com que a Marcha seja “invadida” por movimentos “alienígenas”, que tratam de outros assuntos que não da maconha. O questionamento de ativistas feministas do MLM sobre o machismo presente na organização da Marcha já havia resultado em uma grande discussão que remeteu a tensões históricas que estavam relativamente acomodadas. Esse acirramento das tensões durante a organização acabou estimulando a mobilização dos grupos para a Marcha, que só teve a ganhar com isso.

Na avaliação dos membros do MLM, a organização em alas foi uma boa solução para os limites do espaço de organização. A Marcha ganhou em pluralidade e conseguiu dar visibilidade às diferentes pautas. A articulação do MLM com diversos outros grupos e movimentos que participaram pela primeira vez da Marcha com alas organizadas representou o fortalecimento da transversalidade da Marcha da Maconha, entre o antiproibicionismo e outros movimentos sociais. Já a discussão sobre machismo e a reação agressiva por parte de homens da organização reforçou a importância da ala como forma de empoderar mulheres e a afirmação do debate feminista no movimento. A Marcha de 2014 mostrou-se assim, para o MLM, uma vitória política, pois teve um crescimento qualitativo, se tornou mais diversa e politizada, com a entrada de novos atores e novas pessoas.

---

<sup>135</sup> Em acordo com o MLM, a ala medicinal organizada pelo Growroom foi o “abre-alas” da Marcha, junto a uma grande faixa com o logotipo da manifestação, tendo grande destaque na mídia.

As observações feitas sobre a Marcha da Maconha ilustram o conceito de rede de movimento social, com sujeitos coletivos identificados em torno de um projeto comum, com a definição dos adversários a serem combatidos (SCHERER-WARREN, 2006). Ao mesmo tempo em que a literatura aponta a importância do aspecto da subjetividade na articulação de movimentos sociais de base identitária (TOURAINÉ, 1989; ALONSO, 2009; GOHN 2006), mostra que os movimentos percebem cada vez mais a necessidade de articulação com outros grupos com identidade social ou política semelhante, de modo a aumentar a visibilidade e a capacidade de impactar a esfera pública na luta por direitos (SCHERER-WARREN, 2006). Nessas aproximações, permitem o diálogo com novos interesses e valores, que apontam para a passagem da defesa de um sujeito identitário único à defesa de um sujeito plural, com o debate de temas transversais e a demanda de novos direitos (2006, p. 115-116), mas que resultam também em diversos conflitos. É na tensão constante entre essas diferentes linhas de atuação que a Marcha da Maconha se constrói.

**Imagem 90** – Famílias de crianças que precisam da autorização para usar maconha como remédio, formando a ala medicinal da Marcha da Maconha – Rio/2014



Arquivo do Autor

\*\*\*

Com relação ao debate público sobre a legalização da maconha, algumas novidades alteraram o cenário, levantando novas questões não respondidas. A regulamentação da

maconha no Uruguai entrou em vigência, em um modelo que permite o uso recreativo e medicinal, com o monopólio estatal do comércio de maconha e a autorização ao auto-cultivo. Por outro lado, a regulamentação de Colorado, nos Estados Unidos, baseia-se no livre-mercado, polarizando os modelos de legalização disponíveis. No Brasil, dois Deputados Federais apresentaram Projetos de Lei para a regulamentação da maconha no Brasil: Eurico Junior, do PV-RJ, e Jean Wyllys, do PSOL-RJ. Sem a possibilidade dos projetos serem analisados antes das eleições de 2014, sua apresentação serviu para fomentar o debate público e marcar a posição dos candidatos e partidos sobre o tema. Como o novo Congresso, eleito em 2014, reagirá ao tema nos próximos quatro anos?

No início de 2014 a campanha REPENSE<sup>136</sup>, iniciativa do jornalista e ativista Tarso Araújo, realizou um documentário expondo o drama de famílias de classe média que precisavam de um remédio feito de maconha, vendido no exterior mas proibido no Brasil, único capaz de tratar raras doenças que causam convulsões diárias em seus filhos. Os casos tiveram grande repercussão na mídia, com veiculação em importantes programas de televisão como *Fantástico* e *Encontro com Fátima Bernardes*, alterando a percepção da opinião pública, que se tornou favorável ao uso medicinal da maconha. A ANVISA se viu obrigada a se posicionar sobre o tema e autorizar a importação do remédio<sup>137</sup>.

Entretanto, uma questão sutil se coloca quando parte dos novos atores e da mídia passam a se referir ao remédio como “canabidiol” (CBD), e não “maconha”. O CBD é apenas uma das substâncias presentes na planta (sem efeito psicoativo). Ela é a principal responsável pelo efeito desejado no caso específico das crises convulsivas. Entretanto, não existe CBD isolado, seja na natureza ou em laboratório; o remédio importado é na verdade um extrato líquido de uma variação híbrida de cannabis rica em CBD, mas com todas as outras mais de 400 substâncias presentes, inclusive o THC (em pequenas quantidades), que tem efeito psicotrópico, de alteração de consciência.

A relutância em usar o termo “maconha medicinal” no discurso de diversas reportagens de mídia impressa e televisiva sugere duas coisas: certa tendência do discurso midiático à autoridade da ciência, que identifica como legítimo apenas o uso de substâncias isoladas em laboratório e produzidas pela indústria farmacêutica; e certa reprovação moral à

---

<sup>136</sup> Ver em: <<http://campanharepense.org/>>. Acessado em Outubro/2014.

<sup>137</sup> A burocracia necessária para tal autorização, entretanto, ainda emperra a compra do remédio, a despeito da urgência dos pacientes. A ANVISA ficou de dar uma posição mais definitiva sobre a importação do remédio depois das eleições de 2014. Ver em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/saudeciencia/180707-anvisa-deve-discutir-apos-as-eleicoes-se-libera-cbd.shtml>>. Acessado em Outubro/2014.

alteração de consciência como “perda da razão” e ao que tem se entendido como “uso recreativo”, associado ao nome “maconha” e à idéia de vício.

Em todo caso, a possibilidade do cultivo caseiro não tem sido enfocada nas demandas apresentadas pela campanha, por parte das famílias de pacientes, ou pelas reportagens da grande mídia a respeito, que se mostram favoráveis apenas à importação do extrato de cannabis produzido no exterior e à liberação apenas do CBD da lista de substâncias proscritas. Isso não tem agradado a *growers* e outros usuários medicinais, que exigem a liberação do uso medicinal da planta inteira, e não apenas de uma de suas substâncias. Defendem também a permissão para plantar em casa e produzir o extrato de forma caseira, segura e barata, além de outras formas de administração medicinal da maconha, fumada, vaporizada, em forma de chá, em um uso medicinal holístico e fitoterápico.

Para completar o cenário do debate público, o ativista André Kieper se utilizou de uma ferramenta de participação popular pela internet, criada como resposta às manifestações de Junho no site do Senado Federal, e protocolou uma proposta de lei de regulamentação da maconha para uso medicinal, recreativo, industrial e religioso. Com o apoio das redes e coletivos canábicos na internet, principalmente Smokebuddies e Hempadão, a proposta recebeu o apoio de vinte mil pessoas em poucos dias, e o Senador Cristovam Buarque tornou-se relator da proposta, convocando audiências públicas para debater o tema e levantando inúmeras polêmicas e reações.

As eleições de 2014 mostram que o debate sobre a maconha está posto na sociedade brasileira, com pelo menos três candidatos à presidência defendendo a legalização e regulamentação das drogas, além de diversos candidatos a deputado estadual e federal pautando o tema. Renato Cinco se candidata ao cargo de Deputado Federal e realiza uma campanha de adesão da militância, com apoio dos ativistas de diferentes grupos que organizam a Marcha da Maconha e outros movimentos sociais. Como seria a atuação deste militante socialista da Marcha da Maconha no Congresso?

O acompanhamento do desenrolar do debate público sobre a maconha e a atuação dos movimentos sociais se mostra um campo de pesquisa rico e atual, de crescente importância para a interpretação de diversos dilemas e conflitos da sociedade. O conflito em torno da criminalização e patologização da figura do usuário recreativo de maconha se mostra culturalmente enraizado, mas ainda estamos por conhecer os efeitos simbólicos e políticos da afirmação dos usuários em manifestações coletivas de visibilidade como a Marcha da maconha.

## REFERÊNCIAS

CENTRO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS PSICOTRÓPICAS (CEBRID). *II Levantamento Domiciliar Sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil* (2005): estudo envolvendo as 108 maiores cidades do Brasil. UNIFESP. Escola Paulista de Medicina, Departamento de Psicobiologia.

ALEXANDER, Jeffrey C. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 37, Jun. 1998.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, 76, p. 49-86, 2009.

BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BOITEUX, Luciana. Tráfico e Constituição: um estudo sobre a atuação da justiça criminal do Rio de Janeiro e de Brasília no crime de tráfico de drogas. *Revista Jurídica*, volume 11, n. 94, 2009.

BURGIEMAN, Denis. *O fim da guerra: a maconha e a criação de um novo sistema para lidar com as drogas*. São Paulo: Leya, 2011.

CARLINI, Elisaldo Araújo. A história da maconha no Brasil. In: *Jornal brasileiro de psiquiatria*. vol.55 no.4 Rio de Janeiro, 2006. disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0047-20852006000400008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0047-20852006000400008&script=sci_arttext)> Acessado em Outubro 2014.

CARNEIRO, Henrique: *A maconha, as marchas e a crise do capitalismo*. Disponível no site do coletivo DAR (Desentorpecendo a Razão): <<http://coletivodar.org/2011/06/a-maconha-as-marchas-e-a-crise-do-capitalismo-texto-de-henrique-carneiro/>>. Atualizado em 29/06/2011, acessado em: Fevereiro/2013.

COMERFORD, John. “Reuniões camponesas, sociabilidade e lutas simbólicas”. In: PEIRANO, M. (org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais* (pp. 149-168). Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 2001.

DÓRIA, Rodrigues. “Os fumadores de maconha: efeitos e males do vício”. In: HENMAN, Anthony; PESSOA JR., Osvaldo (org.). *Diamba Sarabamba: coletânea de textos brasileiros sobre a maconha*. São Paulo: Ground, 1986. p. 19-38.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. De Cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. In: *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana* n. 3, 2009, p. 54-81.



FIORE, Maruricio. *Uso de “drogas”*: controvérsias médicas e debate público. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. “Prazer e Risco: uma discussão a respeito dos saberes médicos sobre uso de ‘drogas’”. In: LABATE, Beatriz; GOULART, Sandra; FIORE, Maurício; MACRAE, Edward; CARNEIRO, Henrique (orgs.). *Drogas e Cultura: novas perspectivas*. Salvador: EdUFBA, 2008. Pg. 141-153.

\_\_\_\_\_. Alguns apontamentos sobre o consumo de substâncias psicoativas como objeto antropológico. Disponível em <<http://www.antropologia.com.br/>> Seção Coluna, edição n. 51. Atualizado em 24/11/2009. Data de acesso: 25 de Fevereiro de 2013.

GEERTZ, Clifford. “Uma Descrição Densa: Por Uma Teoria Interpretativa da Cultura”. In: \_\_\_\_\_. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, LTC, 1989a.

GOHN, Maria da Glória. A contribuição de Alain Touraine para a produção do conhecimento na sociologia urbana: sujeitos coletivos e multiculturalidade. In: 30º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2006, Caxambu.

GRILLO, Carolina Christoph. *Fazendo o Doze na Pista*: um estudo de caso do mercado ilegal de drogas na classe média. Rio de Janeiro, UFRJ/ IFCS, 2008

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2011.

HENMAN, Anthony; PESSOA JR., Osvaldo (org.). “Introdução”. In: *Diamba Sarabamba: coletânea de textos brasileiros sobre a maconha*. São Paulo: Ground, 1986. P. 7-15.

IGLÉSIAS, F. A. “Sobre o vicia da diamba”. In: HENMAN, Anthony; PESSOA JR., Osvaldo (org.). *Diamba Sarabamba: coletânea de textos brasileiros sobre a maconha*. São Paulo: Ground, 1986. P. 39-51.

LABATE, Beatriz; FIORE, Maurício; GOULART, Sandra. “Introdução”. In: LABATE, Beatriz; GOULART, Sandra; FIORE, Maurício; MACRAE, Edward; CARNEIRO, Henrique (orgs.). *Drogas e Cultura: novas perspectivas*. Salvador: EdUFBA, 2008. Pg. 23-38.

LANÇAS, Vinicius Ramos. *Marcha da Maconha*: transgressão e identidade em um movimento social contemporâneo. 2013. 145 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MACRAE, Edward. SIMÕES, Júlio Assis. *Rodas de Fumo: o uso de maconha entre camadas médias urbanas*. Salvador: EdUFBA; UFBA; CETAD, 2000.

\_\_\_\_\_. “A subcultura da maconha, seus valores e rituais entre setores socialmente integrados”. In: Marcos Baptista, Marcelo Santos Cruz, Regina Matias (org.). *Drogas e Pós-modernidade, volume 2: faces de um tema proscrito*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2003.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais?. *Lua Nova*, São Paulo, n. 17, June 1989.

\_\_\_\_\_. “Juventude, Tempo e movimentos sociais”. In: Revista Brasileira de Educação, n. 5, p. 5-14, Mai/Jun/Jul/Ago 1997.

MOTT, L. “A maconha na história do Brasil”. In: HENMAN, Anthony; PESSOA JR., Osvaldo (org.). *Diamba Sarabamba: coletânea de textos brasileiros sobre a maconha*. São Paulo: Ground, 1986. P. 117-135.

PEIRANO, Mariza. “Rituais como estratégia analítica e abordagem etnográfica”. In: \_\_\_\_\_ (org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2001.

PRESIDÊNCIA da República. Lei nº 11.343. Brasília, 2006. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm)>. Data de acesso: 10 de Julho de 2012.

REED, Andrew M. *‘Eu fumo porque é bom’*: controle, prazer e sociabilidade em jovens usuários de maconha. Monografia de conclusão de curso. Rio de Janeiro: Departamento de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. In: *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

SILVA, Hélio R.S. *Travestis: entre o espelho e a rua*. Rio de Janeiro, Rocco, 2007.

SILVESTRIN, Mauro Leno. A militância pró legalização da cannabis e o movimento social Marcha da maconha Brasil – apontamentos de um fazer militante entre a política e o mercado. In: VI JORNADAS DE JÓVENES INVESTIGADORES do Instituto de Investigaciones Gino Germani, 2011.

SIMÕES, Julio Assis. “Prefácio”. In: LABATE, Beatriz; GOULART, Sandra; FIORE, Maurício; MACRAE, Edward; CARNEIRO, Henrique (orgs.). *Drogas e Cultura: novas perspectivas*. Salvador: EdUFBA, 2008. Pg. 13-21.

TORON, Alberto. Alguns aspectos sócio-jurídicos da maconha. In: HENMAN, Anthony; PESSOA JR., Osvaldo (org.). *Diamba Sarabamba: coletânea de textos brasileiros sobre a maconha*. São Paulo: Ground, 1986. P. 137-146.

TOURAINÉ, Alain. Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos. *Lua Nova*, São Paulo, 17: 5-18, 1989.

\_\_\_\_\_. Na fronteira dos movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n.1, p. 17-28. Jan/Abr. 2006.

VARGAS, Eduardo Viana. “Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas”. In: LABATE, Beatriz; GOULART, Sandra; FIORE, Maurício; MACRAE, Edward; CARNEIRO, Henrique (orgs.). *Drogas e Cultura: novas perspectivas*. Salvador: EdUFBA, 2008. Pg. 41-63.

VELHO, Gilberto. *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 4ª edição, 1981.

\_\_\_\_\_. *Nobres e Anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia*. Rio de Janeiro, FGV, 1998.

\_\_\_\_\_. “Duas categorias de acusação na cultura brasileira contemporânea”. In: \_\_\_\_\_. *Individualismo e Cultura: Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, sétima edição, 2004a.

\_\_\_\_\_. “Observando o familiar”. In: \_\_\_\_\_. *Individualismo e Cultura: Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, sétima edição, 2004c.

\_\_\_\_\_. O consumo de psicóticos como campo de pesquisa e de intervenção política (entrevista concedida a Maurício Fiore). In: LABATE, Beatriz; GOULART, Sandra; FIORE, Maurício; MACRAE, Edward; CARNEIRO, Henrique (orgs.). *Drogas e Cultura: novas perspectivas*. Salvador: EdUFBA, 2008. Pg. 123-139.

VERÍSSIMO, Marcos. A marcha mundial da maconha no Rio de Janeiro: ativismo político e hedonismo carnavalesco na cidade pré olímpica. In: SECOND INTERNATIONAL CONFERENCE OF YOUNG URBAN RESEARCHES (SCYUrb), Lisboa. 2011.

\_\_\_\_\_. *Do maconheiro ao cannabier: os autocultivos domésticos e outras domesticações*. In: 28ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. São Paulo, Julho/2012.

\_\_\_\_\_. *Maconheiros, fumons e growers: um estudo comparativo do consumo e do cultivo caseiro de maconha no Rio de Janeiro e em Buenos Aires*. 2013. 298 f. Tese (doutorado em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

ZIMMER, Lynn. MORGAN, John P. *Maconha: Mitos e Fatos – Uma revisão das provas científicas*. Rio de Janeiro, Psicotropicus, 2010.

#### **Periódicos consultados:**

RAJ, Bruno. “Resistência Verde: 10 anos de Marcha da Maconha”, revista SemSemente, Edição 01, ano 01, Maio – Junho 2012.

#### **Sites consultados:**

Portal de notícias UOL. 03/05/2008 - 20h14. TJ do RJ proíbe Marcha da Maconha em Ipanema. Acessado em 25/08/2013.

GUANABARA, Luis Paulo. “Tudo ou quase tudo que você não sabia a respeito da Marcha da Maconha em 4 de maio de 2002 no Rio de Janeiro”, Texto publicado no Blog ONG Centro Brasileiro de Política de Drogas – Psicotropicus. <<http://psicotropicus-blog.blogspot.com.br/2014/02/tudo-ou-quase-tudo-que-voce-nao-sabia.html#more>>. Acessado em 20/02/2014.

MAXX, Matias. “Marcha da Maconha continua voando alto!”. Blog da revista SemSemente. <<http://www.semsemente.com/2011/marcha-da-maconha-continua-voltando-alto/>>. Acessado em 25/08/2013

\_\_\_\_\_. “Marcha da Maconha na Rio + 420”. Blog da revista SemSemente. <<http://www.semsemente.com/2012/marcha-da-maconha-na-rio420/>> Acessado em 23/01/2014.

\_\_\_\_\_. “Dez mil celebram o direito dos maconheiros no Rio de Janeiro”. Blog da revista SemSemente. <<http://www.semsemente.com/2013/dez-mil-celebram-o-direito-dos-maconheiros-no-rio-de-janeiro/>> Acessado em Setembro/2014.

<<http://www.semsemente.com/2012/marcha-extraordinaria/>> Acessado em 23/01/2014.

<<http://www.semsemente.com/2012/calendario-da-radio-legalize-2012-tera-lucro-revertido-para-a-marcha-da-maconha/>> Acessado em 23/01/2014.

<<http://www.semsemente.com/2011/145/>> Acessado em 23/01/2014.

<[http://cannabis.wikia.com/wiki/Basic\\_1999\\_GMM\\_city\\_list](http://cannabis.wikia.com/wiki/Basic_1999_GMM_city_list)> Acessado em 21/02/2014

<[http://cannabis.shoutwiki.com/wiki/Global\\_Marijuana\\_March](http://cannabis.shoutwiki.com/wiki/Global_Marijuana_March)>. Acessado em 20/02/2014.

<http://marchadamaconha.org/>

<<http://coletivodar.org/2011/10/diario-liberdade-entrevista-renato-cinco-da-marcha-da-maconha-do-rj/>> acessado em 23/01/2014.

<<http://coletivodar.org/2013/04/pm-afirma-que-ira-infiltrar-agentes-em-protesto-da-marcha-da-maconha-sp/>> Acessado em 23/01/2014.

<<http://blognauu.wordpress.com/2012/12/26/um-pouco-sobre-a-marcha-da-maconha-e-o-uso-das-novas-tecnologias/>> Acessado em 23/01/2014.

<<http://www.jb.com.br/rio/noticias/2013/05/11/marcha-da-maconha-ajuda-no-debate-da-legalizacao/>> Acessado em Setembro/2014

## ANEXO A – Matéria “Jornal do Brasil” 05 /05/2002 (Fonte: Guanabara/ blog Psicotropicus)

Jornal do Brasil  
5 de Maio 2002

Antônio Lacerda



## Ipanema tem atos contra e pró-maconha

SABRINA NETTO E BRUNO AGOSTINI

Duas manifestações em torno da maconha – uma a favor da liberação, outra contra – dividiram em proporções desiguais a Praça Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, ontem à tarde. Os simpatizantes eram cerca de 500, quase todos adolescentes, que fizeram muito barulho e não se intimidaram com a presença da PM. Os opositores, silenciosos, não passavam de duas dezenas, entre eles Carmem Gilson, cujo filho de 22 anos, viciado, foi assassinado num hospital penitenciário. Os dois grupos convergiam num ponto: os usuários da droga não devem ser caçados como criminosos pela polícia. (Continua na página 25)

*Adeptos da liberação da maconha foram 24 vezes mais numerosos que seus críticos*

<b>2ª Edição</b>	Atendimento ao assinante
Venda em banca para RJ, MG, ES, SP:	<b>0800-707-2000</b>
<b>R\$ 3,00</b>	Serviço ao anunciante <b>(21) 2516-5000</b>

## ANEXO B – Matéria jornal “O Globo” 05/05/2002 (Fonte: Guanabara/ blog Psicotropicus)

# Ipanema tem a primeira marcha pró-maconha

06 LOBO, 05/05/02

Manifestação causou polêmica no bairro e polícia vai investigar organizadores por fazerem apologia às drogas

Marco Antônio Texeira

**Leticia Matheus**

• A primeira manifestação no Rio do “Liberation Day” pela legalização da maconha, que acontece simultaneamente em 192 países, foi filmada e fotografada por três agentes da Polícia Civil, que vai abrir inquérito para indiciar os organizadores por fazerem apologia às drogas. Segundo o chefe de gabinete da PC, delegado Pedro Paulo Pinho, que esteve na manifestação ontem em Ipanema, será investigado o possível envolvimento de traficantes com líderes do protesto.

**PMs foram vaiados na Praça Nossa Senhora da Paz**

A marcha mundial pela maconha, como foi chamada a manifestação, foi acompanhada por 50 Policiais Militares do 23<sup>o</sup> BPM (Leblon). Ninguém foi preso, mas a PM avisou que ia coibir o uso de maconha. Na concentração, na Praça

Nossa Senhora da Paz, o subcomandante do batalhão, major Mário Barbosa, foi hostilizado e vaiado. Cerca de 150 pessoas, segundo a PM, e 800, segundo os organizadores, deixaram a praça em direção ao Posto 9, com gritos de “Legalize já” e “maconha” na Avenida Visconde de Pirajá.

A marcha causou polêmica entre os moradores: — Isto é a derrota da sociedade de bem — disse uma moradora de 77 anos, que preferiu não se identificar.

Já a comerciante Cláudia Miranda, de 53 anos, mãe de um adolescente de 14, aprovou a manifestação: — Se descobrisse meu filho fumando maconha, acho que conseguiria contornar a situação. O que não gostaria é que ele fosse preso. Eu fumo meu cigarro e bebo minha cerveja e não sou perseguida por isso.

Segundo um dos organizadores, o psicoterapeuta Luiz Paulo Guanabara, o objetivo da manifestação foi fazer distinção entre os usuários da droga e de outros entorpecentes. Os manifestantes também pediram a descriminalização do uso da maconha.

— O usuário deve ser tratado pelo Ministério da Saúde, não da Justiça — disse.

**ONG lembra violência decorrente das drogas**

Os manifestantes defenderam que a legalização da maconha reduziria a violência urbana, motivada pelo tráfico.

— É essencial legalizar as drogas para acabar com a violência — disse o mineiro Álvaro Lobo.

Por volta do meio-dia, representantes da ONG Tamin (Tributo a Michelle Moraes) também foram a Ipanema mas numa manifestação contra a maconha. O protesto foi organizado pelo cirurgião plástico Wagner Moraes, cuja filha foi assassinada em 1999 por uma mulher drogada. ■



POLICIAL ACOMPANHA a manifestação pró-maconha: marcha reuniu centenas de pessoas em Ipanema



ANEXO C– Matérias jornais “O Dia” 05/05/2002 e “O Globo” 06/05/2002 (Fonte: Guanabara/ blog Psicotropicus)

# Ato pró-maconha reúne 500 pessoas

*O Dia, Domingo, 5 de maio de 2002*  
Durante a passeata, em Ipanema, policiais civis filmavam e fotografavam os manifestantes favoráveis ao uso da droga

A Polícia Civil vai identificar, chamar para depor e processar – por apologia às drogas – mais de 500 manifestantes que participaram ontem à tarde da marcha pela liberação da maconha, em Ipanema, na Zona Sul da cidade.

Enquanto os manifestantes gritavam “maconha é paz!” e “Sou maconheiro, com muito orgulho e muito amor!”, três policiais civis filmavam e fotografavam a passeata, cujo ponto de partida foi a Praça Nossa Senhora da Paz, em Ipanema. “A identificação dessas pessoas será imediata”, afirmou o delegado Pedro Paulo Pinho, chefe

de gabinete da Polícia Civil. O delegado acredita que traficantes estejam ligados ao protesto, que terminou no Posto 9, na Praia de Ipanema, e aconteceu em outros 191 países.

**Organizadores ficaram satisfeitos com a marcha**

O psicoterapeuta Luiz Paulo Guanabara, que se identificou como um dos organizadores da marcha a favor da erva, lamentou a atitude da polícia e fez um balanço positivo da passeata. “Atingimos nosso objetivo: discutir a liberação da maconha e a descriminali-

zação dos usuários”, afirmou ele, assegurando não ser usuário da droga.

Morador da Zona Sul, o universitário K. Jones, 20, usuário de maconha há cinco anos, acredita que a liberação da erva diminuiria a violência e o tráfico de drogas no País. “A política atual está errada”, disse Jones, contando que seus pais e outros dois irmãos também são consumidores da erva.

Antes da marcha, na mesma praça, um grupo contra a maconha, comandado pelo cirurgião Wagner de Moraes, protestou contra a passeata.



DANIELA CONTI

ATIVISTAS afrontaram policiais militares aos gritos de ‘maconha é paz’

# Ato pró-maconha cria divergência no governo

*O Globo, 06/05/02*  
Enquanto Benedita considera normal policiais terem filmado manifestantes, líder do partido acha um absurdo

**Adriana Castelo Branco**

• A governadora Benedita da Silva considerou normal o fato de três agentes da Polícia Civil terem filmado a manifestação em favor da legalização da maconha, feita anteontem, em Ipanema. Segundo ela, a ação faz parte do trabalho dos policiais.

**Para Chico, filmagem não combina com governo do PT**

Já o presidente da Comissão de Direitos Humanos e líder da bancada do PT na Assembleia

Legislativa, deputado Chico Alencar, considerou absurda a atitude dos policiais e disse que “não combina com o governo do PT”.

— A filmagem faz parte do instrumento de trabalho da polícia. Uma manifestação dessa natureza tem que ser registrada para ver se existe apologia da droga ou alguma distorção que venha a ferir o Código Penal. O que ficou registrado está em poder da polícia para ser examinado e ela fazer uso, se necessário

— afirmou Benedita.

Para Chico Alencar, o aparelho do estado não deve ser usado para filmar, vigiar ou documentar manifestações públicas, principalmente as pacíficas, o que faz parte, segundo ele, de uma sociedade democrática.

— É um desperdício de dinheiro, quando há a necessidade de investigação em áreas de risco, violência e criminalidade. Sou a favor da descriminalização do usuário, que acaba alimentando o comércio destruidor de vidas que é o tráfico.

Mas uma coisa é alimentar o esquema, outra bem diferente é considerá-lo criminoso. Isso não combina com o PT. A polícia deve achar que o secretário de Segurança ainda é o Josias Quintal, que trabalhou no DOI-Codi — criticou o deputado.

**Minc pede que manifestantes não sejam processados**

Com relação à declaração do ex-governador Anthony Garotinho, durante um programa de rádio no sábado, de que a governadora é de um partido

que prega a legalização da maconha, Benedita foi sucinta: — Ele pode dizer o que quiser. Não acredito que outros partidos não tenham pessoas com idéias diferentes que não façam parte das idéias do programa do partido. O PT já tem 22 anos e governa entendendo a pluralidade da sociedade. Nosso programa é um projeto para o Brasil e não para uma religião, um sexo ou uma etnia.

O deputado Carlos Minc (PT), presidente da Comissão contra a Impunidade da Alerj,

conversou com o secretário de Segurança, Roberto Aguiar; o chefe da Polícia Civil, Zaqueu Teixeira; e com o delegado Pedro Paulo Pinho, que teriam garantido que os manifestantes não serão processados por defender a legalização da maconha. Minc mostrou a Pedro Paulo que traficantes não apóiam a legalização, pois lucraram com o comércio clandestino. Roberto Aguiar não quis comentar o caso. ■

COLABOROU Renato Garcia



ANEXO D – Notícia jornal “Extra” 05/05/2002 (Fonte: Guanabara/blog Psicotropicus)

*Suave "Extra" 5/2/2012*

## Manifestação vigiada

### Polícia vai investigar organizadores de passeata pró-maconha

A primeira adesão carioca ao “Liberation Day” pela legalização da maconha, manifestação que acontece simultaneamente em 192 países, foi filmada e fotografada por três agentes da Polícia Civil, que vai abrir inquérito para indiciar os organizadores por fazerem apologia às drogas. Segundo o chefe de gabinete da PC, delegado Pedro Paulo Pinho, que esteve na manifestação ontem em Ipanema, será investigado o possível envolvimento de traficantes com líderes do protesto.

A passeata foi acompanhada por 50 Policiais Militares do 23º BPM (Leblon). Ninguém foi preso, mas a PM avisou que ia coibir o uso de maconha.

Cerca de 150 pessoas, segundo a PM, e 800, segundo os organizadores, deixaram a Praça Nossa Senhora da Paz em direção ao Posto 9.

Segundo um dos organizadores, o psicoterapeuta Luiz Paulo Guanabara, o objetivo da manifestação foi fazer distinção entre os usuários da droga e de outros entorpecentes. Os manifestantes também pediram a descriminalização do uso da maconha.

Por volta do meio-dia, representantes da ONG Tamim (Tributo a Michelle Moraes) também foram a Ipanema, mas numa manifestação contra a maconha. O protesto foi organizado pelo cirurgião plástico Wagner Moraes, cuja filha foi assassinada em 1999 por uma mulher drogada.

MARCON ANTONIO TEIXEIRA



Policiais acompanham a manifestação em Ipanema: ninguém foi preso no protesto

ANEXO E – Matéria jornal “Extra” 06/05/2002 (Fonte: Guanabara/ blog Psicotropicus)

EXTRA • Segunda-feira, 6 de maio de 2002 • 2ª EDIÇÃO

# Filmagem da marcha da maconha provoca divergência no PT

Governadora e deputado discordam sobre ação da polícia

**A** marcha pela legalização da maconha, realizada anteontem em Ipanema, gerou uma discordância no PT. A governadora Benedita da Silva considerou parte do trabalho normal da polícia o fato de a manifestação ter sido filmada e fotografada por três agentes da Polícia Civil. Já o presidente da Comissão de Direitos Humanos e líder da bancada do PT na Assembléia Legislativa, deputado Chico Alencar, afirmou ser um absurdo.

— Manifestações dessa natureza têm que ser registradas para ver se ferem Código Penal ou se existe apologia à droga — disse a governadora.

Para o deputado Chico Alencar, o aparelho do estado não deve ser usado para vigiar manifestações públicas pacíficas em uma democracia:

— Espionagem não combina com o PT. A polícia deve achar que o secretário ainda é o Josias Quintal, que trabalhou no DOI-codi.

O deputado Carlos Minc, presidente da Comissão contra a Impunidade, conversou com o secretário de segurança pública, Roberto Aguiar, o chefe da Polícia Civil, Zaquiel Teixeira, e o delegado Pedro Paulo Pinho, que garantiram que os manifestantes não serão processados pela defesa da discriminação do usuário ou da legalização da maconha.



ANEXO F – Matéria “Jornal do Brasil” 06/05/2002 (Fonte: Guanabara/ blog Psicotropicus)

SEGUNDA-FEIRA, 6 DE MAIO DE 2002

JORNAL DO BRASIL 1

Cidade

cidade@jb.com.br

# Militantes não serão investigados

Manifestantes pró-maconha não serão acusados de apologia às drogas pela Polícia Civil, que filmou a passeata de sábado



Os 500 manifestantes seriam investigados a partir de imagens de TV e fotografias feitas na Praça Nossa Senhora da Paz, em Ipanema

## Maconheiro aplaudido

Antônio Lacerta

PAULA MAIRAN E SABRINA NETTO

Militantes pró-legalização da maconha podem respirar aliviados. Não serão mais acusados de apologia às drogas (crime com pena prevista de 3 a 15 anos de prisão). O chefe de gabinete da Polícia Civil, delegado Pedro Paulo Pinho, chegou a afirmar que cerca de 500 ativistas do movimento, filmados e fotografados em marcha por Ipanema, na tarde do sábado, seriam investigados. Mas a declaração não agradou ao secretário de Segurança Pública, Roberto Aguiar, que se manifestou em favor do ato de livre expressão. Pinho voltou atrás: "Fui mal interpretado. Quis dizer que a polícia estava presente para garantir uma manifestação democrática".

Aguiar, que estava ontem em Brasília, prestou satisfação, pelo telefone, até para correligionários do PT, como o deputado estadual Carlos Minc. "Telefonei para o secretário, que se declarou favorável à liberdade de manifestação. Afinal, não estamos mais no dia

Impetuosidade de jovem... Nada que justifique inquérito".

Pinho até se revelou opositor defensor da legalização de drogas. "Como delegado, tenho de cumprir a lei, mas tenho consciência de que a liberação das drogas seria o melhor caminho contra a violência no Estado, a exemplo do que aconteceu em Chicago, nos Estados Unidos, quando só o fim da Lei Seca acabou, nos anos 30, com a guerra entre quadras pelo controle do contrabando de álcool".

O delegado conversou pelo telefone com Minc. "Ele desistiu de investigar os manifestantes. Fiz ver que não interessava a traficantes defender a liberação das drogas. O negócio deles é justamente garantido pela clandestinidade. O protesto partiu de quem preferiria comprar maconha no botequim obtê-la das mãos de bandidos. A liberação também livraria usuários e dependentes de sofrer extorsões praticadas por policiais", disse o deputado.

**Política** – A governadora Benedita da Silva defendeu o tempo de apuração policial montado

## ANEXO G – Manual do organizador (Fonte: site Marcha da Maconha <<http://blog.marchadamaconha.org/manual-do-organizador>>. Acessado em Fevereiro/2014.)

Em 2008, uma parcela conservadora da sociedade brasileira tentou desarticlar e difamar o movimento através de acusações de apologia ao crime. Violaram o direito constitucional à liberdade de expressão e proibiram a Marcha da Maconha na maioria das cidades onde estava programada. Contrariando suas expectativas, a repressão serviu para divulgar ainda mais a luta pela legalização. Agora, a Marcha da Maconha conta com o apoio de todos os setores democráticos da sociedade. Não desistiremos! O coletivo Marcha da Maconha está presente em Belém, no Fórum Social Mundial, e continua a espalhar sementes antiproibicionistas através da oficina "Como Organizar a Marcha da Maconha 2009 na sua Cidade", orientando e articulando ativistas de todo o Brasil. A oficina será seguida de uma passeata pelas ruas da cidade.

**Carta de Princípios**

1. LEIA a Carta de Princípios da Marcha da Maconha que se encontra no verso deste guia.
2. Entre no fórum da Marcha da Maconha: [www.marchadamaconha.org.br/forum](http://www.marchadamaconha.org.br/forum) e clique em REGISTRAR. PREENCHA o formulário e ENVIE. Você vai receber um e-mail de confirmação. Atenção: Ele pode ser classificado como lixo eletrônico, confira! É importante que você RESPONDA.
3. VERIFIQUE se a sua cidade já está inscrita no tópico do seu estado. Se estiver, entre e participe das discussões, caso contrário, CRIE você mesmo um tópico para ela!
4. DIVULGUE o tópico sobre a participação da sua cidade na Marcha da Maconha através de e-mails, Orkut e outros meios.
5. Através do tópico, REÚNA os interessados e ORGANIZE o coletivo Marcha da Maconha da sua cidade. Começam a planejar a manifestação e a divulgação.

### MARCHA DA MACONHA PASSO-A-PASSO:



6. DEFINAM o dia da manifestação, 2 ou 9 de maio de 2009 (datas sintonizadas com a Marcha Global), o horário e o trajeto na sua cidade.
7. ADQUIRAM gratuitamente cartazes da Marcha Global, em inglês, inscrevendo sua cidade no site [globalmarijuanamarch.org](http://globalmarijuanamarch.org)
8. PROCUREM assistência jurídica local para garantir a realização da manifestação e assistência aos ativistas. Entrem em contato com o coletivo nacional para receber orientações.
9. ARRECADEM fundos para arcar com gastos com a infraestrutura da manifestação, como carro de som e faixas.
10. As cidades que se inscreverem em tempo hábil entrarão no flyer de divulgação nacional, e receberão uma cota deste.

**Importante:** Estes panfletos serão pagos com as camisas vendidas exclusivamente pela loja do site nacional da Marcha: [www.marchadamaconha.org](http://www.marchadamaconha.org) **COMPRE E COLABORE!**

## Carta de Princípios

A Marcha da Maconha Brasil é um movimento social, cultural e político, cujo objetivo é questionar a proibição hoje vigente em nosso país em relação ao plantio e consumo da cannabis, tanto para fins medicinais como recreativos. Também é nosso entendimento que o potencial econômico dos produtos feitos de cânhamo deve ser explorado, especialmente quando isso for adequado sob o ponto de vista ambiental.

A Marcha da Maconha Brasil não é um movimento de apologia ou incentivo ao uso de qualquer droga, o que inclui a cannabis. No entanto, partilhamos do entendimento de que a política proibicionista radical hoje vigente no Brasil e na maioria dos países do mundo é um completo fracasso, que cobra um alto preço em vidas humanas e recursos públicos desperdiçados.

A Marcha da Maconha Brasil não tem posição sobre a legalização de qualquer outra substância além da cannabis, a favor ou contra. O nosso objetivo limita-se a promover o debate sobre a planta em questão e demonstrar para a sociedade brasileira a inadequação de sua proibição. A Marcha da Maconha Brasil tem como objetivo agregar todos aqueles que comunguem dessa visão, usuários da erva ou não, que desejem colaborar de alguma forma para que a proibição seja derrubada. Os que estão presos pelo simples fato de plantar cannabis para uso pessoal são considerados presos políticos, assim como todos aqueles que estão atrás das grades sem ter cometido violência nenhuma contra ninguém, por delitos relacionados a esse vegetal que o conservadorismo obscurantista teima em banir.

Para atingir seus objetivos, a Marcha da Maconha Brasil atuará estritamente dentro da Constituição e das leis. Não abrimos mão da liberdade de expressão, mas também não promoveremos a desobediência a nenhuma lei. Entretanto, reconhecemos que se a sociedade tem o dever de cumprir a lei elaborada e aprovada por seus representantes eleitos, os legisladores devem exercer sua função em sintonia com a evolução da sociedade.

Uma vez por ano, simultaneamente com o movimento internacional Global Marijuana March, a Marcha da Maconha Brasil organizará e convocará manifestações públicas pela legalização da cannabis. Além disso, também poderão ser organizadas outras atividades, tais como seminários, conferências e debates, inclusive em colaboração com outros grupos e movimentos, nacionais e estrangeiros.

## Manual do Organizador



Contatos: [www.marchadamaconha.org](http://www.marchadamaconha.org)  
[contato@marchadamaconha.org](mailto:contato@marchadamaconha.org)  
 +5521 8705 33 57

**ANEXO H** - Modelo de Ofício (Fonte: site Marcha da Maconha)

Rio de Janeiro, 04 de Abril de 2012.

Srº Comandante do XX Batalhão de Polícia Militar

Assunto: Garantia da Liberdade de Reunião

Vimos pela presente, considerando a decisão do Supremo Tribunal Federal na ADPF 187, informar que no dia DD/MM/AAAA será realizada a Marcha da Maconha, que terá sua concentração no [LOCAL], às [HORÁRIO], com o início da marcha propriamente dita às [HORÁRIO], realizando o percurso da concentração até [LOCAL/IS].

Requer desta forma, as devidas providências cabíveis para garantia e salvaguarda dos Direitos Constitucionais estabelecidos na nossa Magna Carta e reconhecidos pela Suprema Corte.

Sem mais para o momento, subscrevemos a presente,

**ANEXO I** – Manifesto do bloco carnavalesco Planta na Mente (Fonte: site do coletivo Cultura Verde disponível em: <<http://culturaverde.org/ativismo/bloco-planta-na-mente/>> Acessado em: 20/02/2014).



Somos o *Planta na Mente*, o primeiro bloco carnavalesco do Rio de Janeiro a levantar bem lá no alto a bandeira da legalização da maconha. Defendemos a legalização da maconha, seja para o uso recreativo, medicinal, religioso, industrial, entre outros. Nossa missão é tirar o usuário do armário criado pela repressão policial e social!

A atual política proibicionista joga usuários e traficantes no mesmo balaio. Não somos criminosos! Não somos perigosos! Enquanto estudantes e trabalhadores forem presos simplesmente por fumar maconha e os verdadeiros bandidos estiverem soltos, de gravata ou farda, O PLANTA NA MENTE NÃO PODE PARAR.

O Carnaval é festa e curtição, mas é também uma oportunidade de discussão social. Usamos nossa irreverência e música para disseminar a cultura canábica. Maconha é remédio, é fibra, é estado de espírito. Sua proibição gera segregação social, dá poder a uma pequena parcela que controla seu comércio, criminaliza a mão de obra barata usada em seu ciclo, leva violência e preconceito às áreas mais pobres e torna pessoas inocentes reféns de suas vizinhanças.

Acusam-nos de fazer apologia às drogas. Tivemos até um membro do bloco processado pelo simples fato de carregar nossas letras. Mas estamos amparados pelo Artigo 5º da Constituição, Item IX, que diz: “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença!”

Nossas marchinhas são manifestos. Nossas apresentações são ações diretas! Viemos fazer história, construir novas pontes, adubar e plantar sementes positivas de tolerância e de viver-e-deixar-viver. Nascemos para exercer nosso poder de criar, recriar e transformar essa realidade que nos foi dada e concebida antes de nossa existência. Nosso carnaval libertário veio para ficar!